

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Assistência e profissionalização no Exército:
Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Setembro de 2006

Assistência e profissionalização no Exército:
Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Banca Examinadora:

Titulares

Dr. José Gonçalves Gondra - Orientador

Dra. Cláudia Maria Costa Alves - Universidade Federal Fluminense

Dra. Ana Maria B. de Mello Magaldi - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Suplentes

Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ao meu pai, com quem aprendi a amar a vida e o ensino.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Gonçalves Gondra que aceitou orientar esse projeto, quando eu pensava em desistir. Além de sua orientação segura e competente, seus cursos foram fundamentais para o desenvolvimento dessa dissertação.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, Ana Maria Magaldi, Maria Luiza Oswald, Inês Barbosa e Maria de Lourdes Tura, pelas valiosas contribuições nas disciplinas oferecidas.

Ao Professor Vitor Izecksohn, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, a oportunidade de assistir à sua disciplina que forneceu subsídios relevantes para o trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa do NEPHE - Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da UERJ, que me acolheram de maneira simpática e carinhosa.

Aos queridos Inára, Irma, Alessandra, Zélia e Daniel, pelos incentivos e mais que tudo, pela amizade e convívio.

Aos professores, civis e militares, do Colégio Militar do Rio de Janeiro que, de alguma forma, possibilitaram a realização dessa pesquisa, em especial, à Professora Tereza Cristina Piva.

Aos meus alunos do Colégio Militar, torcida compreensiva e fiel na pressa das circunstâncias, Zum Zaravalho!!!

À Suzana, pela ajuda inestimável no tratamento da maioria das imagens do Colégio Militar.

À Regina, porque me fez acreditar que era possível e pelo estímulo desde sempre.

À Tatiana e ao Larry, que me ajudaram nos momentos de aflição e desesperança, tornando mais fácil essa caminhada.

À Mariana, minha filha, que comigo compartilha as vivências e os sonhos, pelo amor e admiração incondicionais, e também à minha família.

Mais uma vez, porque nunca é demais, ao papai, doce lembrança e eterna saudade.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho constitui uma reflexão acerca do processo de criação do Imperial Colégio Militar, em fins do século XIX, e as relações pouco conhecidas deste com o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, antes de procurar a finalidade originária para a sua criação, busquei identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento do colégio, em sua especificidade enquanto instituição de ensino secundário de modelo militar.

Tais condições de existência se articulam com a emergência dos militares como novos atores políticos ao final do Império, acompanhando a profissionalização do Exército, que se processava desde meados do século XIX, notadamente após a Guerra do Paraguai. Para tanto, considerei como fatores da profissionalização do Exército: de um lado, o incremento na formação dos militares e, de outro, o Exército como parte do projeto de reordenação e consolidação do Estado Imperial.

Neste trabalho, procurei historicizar as práticas educativas do Exército principalmente na perspectiva assistencialista, presente na concepção do Asylo, bem como busquei compreender, devido às dificuldades encontradas para a criação do Colégio, qual foi a discussão política em torno do assunto e através de que canais ela ocorreu.

Por fim, investiguei a presença do caráter preparatório na instituição que, possivelmente, se justificaria pela necessidade de formação de bons quadros militares para o Exército, que atendessem aos anseios do projeto profissionalizante em curso. Essas foram algumas questões que se impuseram ao longo dessa pesquisa, possibilitando perceber em que condições emerge, como objeto e como finalidade, a idéia de um colégio destinado, preferencialmente, a filhos de militares.

Ao lado do levantamento historiográfico, integrou a pesquisa um *corpus* documental que envolveu fontes tais como: a legislação do Império, os relatórios ministeriais da Guerra, os Anais do Senado e da Câmara, os avisos e instruções dos Ministros da Guerra, os livros de Ordens do Dia do Quartel General do Exército, os regulamentos do Colégio Militar, além de jornais da época e periódicos do Colégio.

ABSTRACT

This research aims to understand the creation process of the Imperial Colégio Militar, by the late years of the 19th century, as well as the barely known connections between the School, the Asylo dos Inválidos da Pátria and the Associação Comercial do Rio de Janeiro. Before searching the original goal for the School creation, I tried to identify the forces that determined its functioning and existence, according to its specificity as a military secondary school.

These conditions of existence are related to the emergence of the militaries as new political actors, by the end of the imperial era, attending the Army's professionalization, which happened since the mid 19th century, especially after the Paraguai War. Therefore, I understood as factors of the referred Army's professionalization, the improvement of the military formation and the role performed by the Army, as part of a project to reorganize and solidify the Imperial State.

In this research, I tried to historicize the educational practices undertaken by the Army, especially over the welfare prism, which featured the Asylo's conception. Due to the difficulties found during the School's creation process I sought to comprehend the political discussion regarding this subject and where it occurred.

Finally, I looked into the presence of the preparatory nature in the Imperial Colégio Militar, which could possibly be justified by the need to form better personnel to the Army, since there was a professionalizing longing to be fulfilled. These were some of the issues put during this research, enabling to realize in what conditions emerged the idea, faced at once like object and purpose, of a school destined, preferably, to militaries' sons.

Besides the historiographical survey, this research was based upon sources such as: the legislation in force during the imperial period, War Ministerial reports and other documents, Annals of the Senate and the Chamber, Imperial Colégio Militar rules and journals, part of the Army's official records, newspapers from back then, among other sources.

Sumário

Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Índice de Imagens	X
Índice de Quadros	XI
Introdução	1
1. A pesquisa no campo da história das instituições escolares: o ensino secundário militar	
1.1. Considerações iniciais	9
1.2. Metodologia e tipologias: algumas questões	10
1.3. O balanço: algumas tendências visíveis	12
1.4. O foco privilegiado: os trabalhos sobre instituições de ensino secundário militar	15
1.5. O Colégio Militar da Corte: a produção historiográfica sobre o tema..	20
2. O Exército no Estado Imperial	
2.1. O Exército brasileiro pós-independência: a herança militar portuguesa	25
2.2. O Exército de linha e a criação da Guarda Nacional: uma “política de erradicação”?	31
2.3. A questão do recrutamento militar e a composição social do Exército .	35
2.3.1. O recrutamento das praças	35

2.3.2.	O recrutamento de oficiais	42
2.4.	A profissionalização do Exército: “uma carreira aberta ao talento”?	44
2.5.	A politização dos militares	47
2.6.	As práticas educativas no Exército	53
3.	“Quem dá aos pobres, empresta a Deus!”: o Asylo dos Inválidos da Pátria	
3.1.	Antecedentes	63
3.2.	Patriotismo e caridade: as discussões sobre a criação do Asylo	64
3.3.	Organiza-se a Sociedade do Asylo dos Invalidos da Pátria	67
3.4.	“Quem dá aos pobres, empresta a Deus”: a subscrição	70
3.5.	“Abrigada dos miasmas paludosos e refrescadas pelos ventos geraes” - Higiene e salubridade: as condições para a localização do Asylo dos Invalidos da Pátria	73
3.6.	Organização e funcionamento do Asylo dos Invalidos da Pátria	76
3.7.	“Cumpro se enfim a palavra!”: a inauguração do Asylo	78
4.	As condições de emergência do Imperial Colégio Militar	
4.1.	Doutores ou soldados: o ensino militar em debate	85
4.2.	Ordem e Civilização: o Exército Imperial e o projeto conservador de reorganização nacional	99
4.3.	A resistência ao projeto reformista: o receio da “militarização” do país	103
4.4.	“Acaso quer se criar uma raça militar?”: as discussões políticas acerca do projeto de criação de um colégio militar	105

4.5.	Os estudos preparatórios na Marinha: a experiência do Colégio Naval ..	115
4.6.	Do “sonho de Caxias” à “Casa de Thomaz Coelho”: a criação do Imperial Colégio Militar	116
5.	A “Casa de Thomaz Coelho”: os primeiros anos	
5.1.	Existência e funcionamento do Colégio Militar (1889-1906)	128
5.2.	O acervo fotográfico do Colégio Militar: elementos para uma interpretação	140
	Considerações Finais	151
	Bibliografia	154
	Anexos	164

ÍNDICE DE IMAGENS

Número	Descrição	Página
	Portão do Colégio Militar (1906)	Capa
Figura I	Praça do Comércio da Corte em meados do século XIX	65
Figura II	Asylo dos Inválidos da Pátria (1869)	78
Figura III	Inauguração do Asylo dos Inválidos da Pátria (1868)	79
Figura IV	Distribuição semanal dos tempos de aula para os alunos do 1º ano do Imperial Colégio Militar (1889)	130
Figura V	Formatura militar no Colégio (1890)	131
Figura VI	O corpo docente militar (1890)	134
Figura VII	O <i>Pantheon</i> do Colégio Militar do Rio de Janeiro	136
Figura VIII	Os primeiros alunos matriculados (1889)	137
Figura IX	A primeira turma formada (1894)	138
Figura X	A formação do “quadrilátero” (1890)	144
Figura XI	O Palacete da Babilônia (1906)	145
Figura XII	O prédio do refeitório (1906)	146
Figura XIII	Sala de aula (1906)	146
Figura XIV	Dormitório dos alunos (1906)	147
Figura XV	Gabinete de Física, Química e História Natural (1906)	148
Figura XVI	Usina geradora de eletricidade (1906)	148
Figura XVII	Alunos da Bateria de Artilharia em combate (1906)	149
Figura XVIII	Aula de esgrima (1906)	150

ÍNDICE DE QUADROS

Número	Descrição	Página
Quadro I	Organização dos eixos no I, II e III Congressos da SBHE	11
Quadro II	Os trabalhos sobre instituições escolares no I, II e III Congressos da SBHE	12
Quadro III	A demarcação espacial dos trabalhos referentes às instituições escolares no I, II e III Congressos da SBHE	13
Quadro IV	Taxa de deserção anual no Exército Imperial e em outros exércitos contemporâneos	29
Quadro V	Efetivo oficial do Exército brasileiro 1831-1873	30
Quadro VI	Contribuição ao esforço de guerra (1865-1870)	39
Quadro VII	Oficiais no Senado do Império	48
Quadro VIII	Algumas ocupações dos ministros no Império	48
Quadro IX	Oficiais no Conselho de Estado	49
Quadro X	Tabela de soldos mensais dos oficiais do Exército	52
Quadro XI	Alguns salários pagos pelo Estado Imperial em 1870	52
Quadro XII	Vencimentos mensais dos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1862)	52
Quadro XIII	Mapa demonstrativo dos Aprendizes Menores dos Arsenais	54
Quadro XIV	Contribuição ao esforço de guerra, por regiões (1865-1870)	80
Quadro XV	Matrículas civis e militares na Escola Militar da Corte (1855-1864)	91
Quadro XVI	Expansão das estradas de ferro de 1854 a 1889	96

*“De tudo, ficaram três coisas:
A certeza de que ele estava sempre começando...
A certeza de que era preciso continuar...
A certeza de que seria interrompido antes de terminar...”*

*Fazer da interrupção um caminho novo ...
Fazer da queda um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...”*

(Certeza – Fernando Pessoa)

Introdução

Embora haja um interesse crescente nos historiadores em pesquisar as Forças Armadas, notadamente o Exército, pelo que se pode depreender da produção historiográfica recente sobre a constituição dos militares como novos atores políticos, tanto no Estado Imperial como na República, o mesmo não se dá em relação à pesquisa sobre o ensino militar, onde poucos estudos abordam esse tema.

Neste trabalho efetuei uma reflexão acerca do processo de criação do Imperial Colégio Militar, em fins do século XIX, bem como, investiguei as relações pouco conhecidas deste com o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ao lado do interesse, como historiadora, em pesquisar um tema tão pouco explorado, somou-se a possibilidade, como professora do Colégio Militar do Rio de Janeiro, de acessar arquivos comumente pouco disponíveis para pesquisadores. Nestas condições, com base na experiência docente cotidiana, em observações acerca da coexistência e permanência na instituição do caráter preparatório e assistencial, surgiram as indagações iniciais que provocaram o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, pude formular e examinar algumas questões, como: porque o Imperial Colégio Militar foi criado naquele momento e não em outro? Se a idéia de constituir um

colégio para filhos de militares vinha do período regencial, que condições possibilitaram seu aparecimento somente ao fim do Império? Quais eram as práticas educativas do Exército no período imperial? Quais as relações estabelecidas entre o Colégio, o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro? Era possível relacionar a profissionalização militar, na segunda metade do século XIX, com o aparecimento da instituição? Que importância teve a Guerra do Paraguai, para a existência do Asylo e do Colégio? O caráter preparatório já estava presente no projeto da instituição?

Cabe assinalar que o objetivo nesta pesquisa não foi empreender uma busca da origem do Colégio Militar, mas, sim, procurar entender em que condições pôde emergir, como objeto, a idéia de um colégio destinado a filhos de militares. De acordo com Foucault (1988), a “emergência se produz sempre em um determinado estado das forças” (p. 23). Deste modo, antes de procurar a causalidade originária para a sua criação, busquei identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento do colégio, em sua especificidade enquanto instituição de ensino secundário militar.

Outro aspecto a ressaltar é a questão da coesão e da uniformidade, muitas vezes atribuída ao Exército. Longe de formar um grupo coeso e homogêneo, a corporação militar abrigava profundas diferenças: a heterogeneidade de sua composição social e as diferenças entre os oficiais que possuíam formação militar e aqueles que não tinham curso nenhum. Mesmo não chegando a constituir um fosso, parece certo ainda, que havia uma distinção valorativa concedida aos oficiais das chamadas “Armas Científicas”, Engenharia, Artilharia e Estado-Maior, em detrimento das Armas de Infantaria e Cavalaria. (ALVES, 2002)

Na esteira dessa perspectiva historiográfica de unidade do Exército, o tratamento dado à sua trajetória, com frequência, se generaliza comprometendo a análise dos acontecimentos. No período imperial, o Exército é examinado como se fosse um único bloco, desconhecendo as diferenças e as mudanças por que passa a corporação, em seu processo de profissionalização.

Ao perceber esta marca em parte da produção historiográfica do Exército, procurei desenvolver esta pesquisa atenta às duas noções fundamentais para o estudo da História que, de acordo com Foucault (2000a) “não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento” (p.287) e que se deve observar as condições de

emergência das mudanças dentro das sociedades. Dessa forma, procurei identificar as mudanças operadas na trajetória do Exército, em seu processo de profissionalização, que repercutiram em suas práticas educativas. Outrossim, atentei para diferenças observadas, por exemplo, na oficialidade que, do início do Império, quando o alto oficialato integrava a elite política, guarda poucas semelhanças com a oficialidade do Exército, em 1889, ao fim da Monarquia.

Um outro fundamento dessa nova história, que Foucault (2000b), chama de história serial ou história efetiva, é o acontecimento. Os objetos dessa história não são naturais, não estão definidos previamente, já que se constroem nas relações de poder que os indivíduos estabelecem entre si. Portanto, os objetos não podem ser percebidos no isolamento, mas a partir de suas relações, resultando daí a necessidade da composição de séries de documentos que permitam delimitar “o lugar do acontecimento, as margens de seu acaso, as condições de seu aparecimento” (CHARTIER, 2006, p.3). Nestes termos, uma nova tarefa se impõe ao historiador, na medida em que:

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento, não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (FOUCAULT 1988, p. 28)

Assim, ao analisar os acontecimentos por meio do *corpus* documental constituído neste estudo, trabalhei com as fontes, consciente de que elas não forneceriam retratos fiéis do ocorrido e tampouco, a verdade absoluta dos acontecimentos. Procurei compor as séries, sem buscar o sentido “oculto” nos discursos, pois, como adverte Foucault (2000c), libertos de uma “desconfiança alegórica” (p. 69) devemos operar com o que está no discurso e não com o que está além dele, pois a preocupação deve ser com sua materialidade, com o que efetivamente existe, mesmo porque, para o autor, não é possível deduzir as práticas e os regimes de uso a partir dos discursos. (FOUCAULT, 2000a)

Ao mesmo tempo, busquei compreender como as práticas discursivas estavam articuladas com outras, de natureza não discursiva. O exame das práticas não-

discursivas ajudou a identificar as relações de força em jogo. Assim, por exemplo, a Guerra do Paraguai e o envolvimento da Associação Comercial não fizeram parte do discurso oficial, mas serviram para compor as séries que, relacionadas, ajudaram a explicar as condições de emergência do Imperial Colégio Militar, em 1889. A guerra não estava prevista e foi um acontecimento fundamental, era o acaso interferindo no devir histórico. Da mesma forma, ao examinar as práticas educativas no Exército, procurei mapear algumas iniciativas congêneres, a fim de demonstrar que a preocupação educativa estava disseminada em outras esferas da sociedade e no próprio campo militar, como na Marinha.

Para a pesquisa documental, foi feita uma análise das fontes, cotejando com outros documentos sobre o tema, visando remontar os discursos das fontes, a partir da pluralidade dos momentos, compreendendo que os acontecimentos não estão submetidos à temporalidades únicas e a História não é uma única duração “[...] é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros. É preciso, portanto, substituir a velha noção de tempo pela duração múltipla”. (FOUCAULT, 2000b, p.293)

Minha primeira incursão nesse movimento de constituir as fontes que pudessem responder às questões formuladas e fornecer subsídios para a pesquisa foi consultar os arquivos existentes na própria instituição. No entanto, por ser uma instituição escolar militar, ainda em funcionamento, sua documentação encontra-se dispersa em vários arquivos. Na biblioteca do Colégio Militar, localizei dois trabalhos memorialistas. Já no Museu do Colégio, que guarda parte da documentação relativa à instituição, encontrei documentos oficiais, memórias de alunos, séries de fotografias, periódicos publicados pelos alunos, como o primeiro número da revista *A Aspiração*, bem como o Livro de termos de posse dos professores.

Também foram utilizadas as edições comemorativas da *A Aspiração*, localizadas na Biblioteca do Exército e na do próprio Colégio, que me forneceram pistas de como a instituição construiu sua identidade.

No que se concerne às relações entre o Colégio e o Asylo, procedi ao exame do livro “Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Patria”, escrito em 1869, pelo capelão do Exército Manoel da Costa Honorato, encarregado do ensino no referido Asylo. Esta obra rara, que apareceu

vagamente mencionada por um memorialista se constitui, até o presente momento, na principal referência histórica sobre o Asylo dos Inválidos da Pátria.

Após buscas infrutíferas pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Estadual, finalmente, localizei o livro no Arquivo Histórico do Exército. Para meu espanto, em uma caixa relativa aos arquivos hospitalares! Considerando que nenhum sistema de representação é equivalente às práticas, busquei entender, também neste caso, quais eram as práticas representadas na obra do cônego Honorato e de que forma a educação assistencial, presente na concepção do Asylo, era justificada pelo autor.

Uma outra série documental com a qual trabalhei se refere às peças normativas do campo militar. O exame da legislação militar possibilitou avaliar o alcance e os limites das reformas no ensino militar e sua relação com a profissionalização do Exército. Pesquisei o “fundo” de Caxias, sob a custódia do Arquivo Nacional, a Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil e os relatórios dos Ministros da Guerra e da Marinha. Além disso, boa parte da documentação pesquisada referente ao Exército está sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, como os Avisos e Instruções dos Ministros da Guerra, os livros de Ordens do Dia do Quartel General do Exército e os regulamentos das Escolas Militares e do Colégio Militar.

Em um esforço adicional para ampliar o debate acerca da criação do Colégio, investiguei as discussões políticas acerca do assunto e através de que canais ela ocorreu. Mais do que mapear a legislação, a preocupação era acessar o que não havia sido implementado e que havia permanecido nos bastidores da discussão política. Assim sendo, operei com os Anais do Senado e da Câmara do Império localizados nos arquivos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Por fim, examinei, na Biblioteca Nacional, jornais de grande circulação no Império, disponíveis em microfilme, buscando verificar se e como a imprensa acompanhou os debates políticos acerca da idéia do Colégio. As publicações do Jornal do Commercio, principalmente, mostraram-se de especial relevância para compreender as relações entre o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Ademais do levantamento historiográfico efetuado, o esforço ao constituir fontes variadas que integraram essa pesquisa foi no sentido de poder me aproximar do meu objeto, de tal forma, que ele não parecesse natural, como se já existisse previamente. Tratei os documentos efetuando uma crítica interna, ou seja, analisando os discursos presentes em uma mesma fonte, procurando relacioná-los entre si; e externa, relacionando-a com outros documentos versando sobre o tema. De acordo com a perspectiva de Foucault (2000a):

[...] a história em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* (grifos do autor) do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (p.8)

Ao tratar a documentação por meio da dupla crítica referida, procurei ao mesmo tempo isolar e relacionar os diferentes discursos com os quais trabalhei para tornar visível o debate relativo à criação de uma forma de educação escolar sob o controle do Exército. Tendo em vista esses pressupostos, o trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, elaboro um mapeamento da produção historiográfica versando sobre as instituições escolares, a partir do exame dos resumos dos trabalhos apresentados nos congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação. Por outro lado, faço um exame mais detalhado dos trabalhos que focalizam as instituições de ensino secundário militar, como os Colégios Militares.

No segundo capítulo, procuro situar o Exército no Estado Imperial, acompanhando sua trajetória, procurando perceber nele a permanência da herança portuguesa, desenvolvendo as questões cruciais do recrutamento militar e da composição social do Exército, para perceber como tais aspectos estavam relacionadas ao processo de profissionalização e de politização dos militares. Analiso, ainda, as práticas educativas do Exército, no período imperial, a fim de compreender o seu caráter e em que condições essas práticas foram instauradas.

Reflico, no terceiro capítulo, acerca de uma das práticas de escolarização do exército no período imperial, notadamente em sua dimensão assistencial, buscando identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento do Asylo dos Inválidos da Pátria, enquanto instituição destinada a abrigar e educar militares e órfãos de militares desvalidos. Para tanto, busquei compreender as relações estabelecidas entre o referido Asylo e a Praça do Comércio do Rio de Janeiro, investigando, ainda, a possibilidade de a criação do Asylo estar inserida em um modelo assistencialista de formação e de atendimento da população mais pobre, o qual se difundia no Brasil, naquela época.

No quarto capítulo, procuro circunscrever as efetivas condições de emergência do Imperial Colégio Militar. Para tanto, efetuo a análise das reformas no ensino militar e de que forma estas se articularam ao processo de profissionalização do Exército, procurando identificar o movimento da corporação no sentido de instituir um ensino secundário militar. Através do mergulho exaustivo e demorado nos debates postos no Senado e na Câmara, no período imperial, foi possível entender como eram tratadas as questões relativas ao ensino militar e ao assistencialismo, bem como as propostas da elite política para o Exército, interessando, principalmente, compreender como e quando emergiu a idéia de um colégio para filhos de militares.

Por fim, no último capítulo, a partir do diálogo com as fontes oficiais e as da própria instituição, acompanho os primeiros anos do Colégio Militar, suas condições de existência e funcionamento. Aqui, empreendo uma reflexão sobre as práticas educativas e disciplinares implementadas, procurando identificar o caráter preparatório e compreender como o Colégio Militar foi construindo sua identidade como instituição de ensino secundário de modelo militar.

1 . A pesquisa no campo da história das instituições escolares: o ensino secundário militar

“Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois ‘fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.

E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho”.

(Walter Benjamin)

1.1. Considerações iniciais

Os objetivos que nortearam este capítulo foram, de um lado, identificar a produção na área de história das instituições escolares, a partir do exame dos resumos dos trabalhos apresentados nos congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação, buscando detectar tendências quanto a objetos e enfoques espaciais e temporais privilegiados, além de identificar as principais abordagens efetuadas, as referências teóricas e fontes utilizadas nos trabalhos levantados. Por outro lado, buscou-se fazer um exame mais detalhado dos trabalhos que focalizam as instituições de ensino secundário militar, como os Colégios Militares, por ser este o meu objeto de interesse.

Não obstante existam outros lugares de produção e de debate na área, a opção pela Sociedade Brasileira de História da Educação reside no fato de acreditar que este fórum seja representativo de boa parte da produção nacional em História da Educação, na medida em que a Sociedade reúne trabalhos de iniciação científica, monografias, dissertações e teses, bem como a produção acadêmica de um conjunto de especialistas, representando Programas de Pós-Graduação, das diferentes Universidades brasileiras.

Visto que meu tema de dissertação refere-se à assistência e profissionalização do Exército e à constituição do Colégio Militar da Corte, em 1889, vi a possibilidade de mapear o campo das instituições escolares como um esforço no sentido de contribuir para melhor compreensão da forma como a pesquisa, nesse campo, vem se configurando no âmbito da produção historiográfica brasileira.

Sobre os estudos que abordam o tema das instituições escolares, Justino de Magalhães (2004) pontua:

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições escolares, enquanto totalidades em relação e em construção, é uma via de renovação da História da Educação, compreendendo o questionamento e o alargamento das problemáticas educacionais, maior sensibilidade aos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas, e uma interpretação do processo histórico como construção de uma identidade institucional. (p. 141-142)

Aquilo que se convencionou chamar de história das instituições educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa em história da educação, envolvendo uma série de pesquisadores. No tocante às interpretações construídas nesse campo historiográfico, tanto por pesquisadores estrangeiros quanto por brasileiros, as preocupações, de maneira geral, se concentram nos processos de criação e de

desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas, na configuração e nas mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar, nos processos de conservação e mudança do perfil dos docentes e dos alunos, além das formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, entre outros aspectos. Busca-se, assim, a apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.

Nesse sentido, Justino de Magalhães (2004) adverte para a necessidade de centralizar a atenção na relação das instituições com o meio sociocultural, “associando a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re) construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a sua identidade histórica”. (p. 135)

1.2. Metodologia e tipologias: algumas questões

No que concerne aos aspectos metodológicos e às dificuldades para a elaboração de um balanço dessa ordem, algumas premissas devem ser consideradas, como por exemplo, a problemática que envolve o uso dos resumos como fontes. Daí advêm várias questões: quais são as regras estabelecidas pelos congressos para a submissão dos resumos, o que se espera de um resumo e o que se pode aferir dele e quais os limites da fonte em questão.

Um outro aspecto, ainda, diz respeito à imbricação entre os eixos temáticos e a dificuldade de determinar os trabalhos relativos às instituições escolares. Se, no 1º Congresso, há um eixo específico para o tema, nos outros, os trabalhos encontram-se distribuídos em vários eixos. Sobre esse assunto, Libânia Xavier (2001), organizadora do balanço geral do 1º Congresso, relata que “a distribuição dos trabalhos pelos oito eixos temáticos não obedeceu a critérios rígidos [...] além disso, a maioria dos pesquisadores não indicou explicitamente o eixo temático no qual pretendia incluir seus trabalhos, ficando esta tarefa de classificação a cargo da Comissão Organizadora”. (p. 219)

No que se refere à dificuldade de demarcação dos eixos temáticos, consequência de uma pulverização do campo da disciplina, Miriam Warde e Marta Chagas de Carvalho (2000) pontuam:

É transitando nessa fronteira e embaralhando as suas linhas demarcatórias que a história da Educação tende a se especializar em uma pluralidade de domínios - história das disciplinas escolares, da profissão docente, do currículo, do livro didático etc. Curiosamente, o impulso nessa direção não teve ainda suficiente força para constituir vertentes de pesquisa nitidamente demarcadas. (p. 16)

Assim, o I Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, cujo tema geral foi “Educação no Brasil, História e Historiografia”, aconteceu em 2000, na UFRJ, e contou com 231 resumos aprovados; o II Congresso, realizado na UFRN, em 2002, sobre o tema “História e Memória da Educação Brasileira”, teve 428 resumos aprovados; por fim, o III Congresso da SBHE, com o eixo central “A Educação Escolar em Perspectiva Histórica”, ocorreu em 2004, na UFPR, para o qual foram aprovados 418 trabalhos. O quadro I indica como foram organizados os eixos em cada um dos Congressos da SBHE:

Quadro I - Organização dos eixos no I, II e III CBHE

I SBHE	II SBHE	III SBHE
Estado e Políticas Educacionais (30); Fontes, categorias e métodos de pesquisa em história da educação (30); Gênero e Etnia (22); Imprensa Pedagógica (9); Instituições Educacionais e/ou científicas(41); Pensamento educacional (40); Práticas escolares e processos educativos (37); Profissão Docente (22)	História Comparada da Educação (12); História dos Movimentos Sociais na Educação Brasileira (18); História das Culturas Escolares e Profissão Docente no Brasil (111); Intelectuais e Memória da Educação Brasileira (93); Relações de Gênero e Educação Brasileira (51); Estado, Nação e Etnia na História da Educação (49); Processos Educativos e Instâncias de Sociabilidade (94)	Arquivos, Fontes e Historiografia (80); Estudos Comparados (13); Políticas Educacionais e Modelos Pedagógicos (107); Cultura Escolar e Práticas Educacionais (112); Profissão docente (46); Gênero, Etnia e Educação Escolar (43); Movimentos Sociais e Democratização do Conhecimento (11); Ensino da História da Educação (06).

Obs: Os números entre parênteses referem-se ao número de trabalhos por eixo temático.

A primeira parte desse levantamento constou de uma seleção dos trabalhos a partir da leitura dos resumos constantes nos Anais, procurando considerar a flexibilização das fronteiras entre os eixos temáticos estabelecidos nos Congressos. Feito isto, as instituições foram agrupadas de acordo com as tipologias e critérios estabelecidos.

Como critério para este inventário, considerei apenas as instituições de ensino primário e secundário, profissionais ou não. Não contemplei o ensino universitário, o pré-escolar ou a educação especial. As tipologias estabelecidas foram: escolas públicas, escolas particulares (subdivididas em católicas, protestantes e não-confessionais) e escolas profissionais (subdivididas em particulares, católicas e públicas). Entendi como profissionais as escolas agrícolas, de artesãos e ofícios e as escolas normais.

1.3. O balanço: algumas tendências visíveis

Foram selecionados 125 trabalhos, assim distribuídos:

Quadro II - Os trabalhos sobre instituições escolares no I, II e III CBHE

Ano	Total de trabalhos	Nº de eixos temáticos	Nº de resumos selecionados
2000/UFRJ	231	08	25
2002/UFRN	428	07	45
2004/UFPR	418	08	55

Quando houve ausência de um eixo explícito, como ocorreu no II e III Congressos, os trabalhos sobre instituições escolares tenderam a agrupar-se nos eixos relativos à cultura escolar ou naqueles relacionados às práticas docentes. Entretanto, mesmo diante da presença deste eixo no I CBHE, pude identificar trabalhos referentes às instituições escolares e/ou educativas em outros eixos temáticos, reforçando o que havia apontado anteriormente acerca da fragilidade dessas demarcações temáticas.

Com relação à demarcação espacial, constatou-se que alguns espaços foram privilegiados com uma incidência maior de trabalhos, na região Sudeste (notadamente de Minas Gerais) e, em menor número, nas regiões Nordeste (predominando os trabalhos do Rio Grande do Norte) e Sul (os do Paraná), o que possivelmente refletiu os espaços institucionais de produção na área. O Centro-Oeste comparece com uma pequena produção, porém crescente, enquanto, da região Norte, apenas dois trabalhos foram relacionados, conforme é possível observar do quadro seguinte:

Quadro III - A demarcação espacial dos trabalhos referentes às instituições escolares

Congresso	Nº de resumos selecionados	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
2000/UFRJ	25	11	7	6	0	1
2002/UFRN	45	17	6	17	2	3
2004/UFPR	55	22	17	12	0	4

O exame dessas configurações revelou a predominância do enfoque regional sobre o nacional o que, possivelmente, se justifica a partir de um duplo movimento, qual seja, o afluxo de pesquisadores para as várias regiões brasileiras interessados em desenvolver estudos que contemplassem as temáticas regionais, bem como as novas tendências da pesquisa histórica, nas quais as especificidades e singularidades regionais, ou mesmo, locais, passaram a ser consideradas como importantes objetos de estudo.

Apesar de o recorte temporal predominante ter sido o período republicano, é digno de registro que a produção versando sobre o Império vem crescendo, o que sinaliza o interesse pelo período. Discutindo a nova historiografia da educação, Warde e Carvalho (2000) indicam:

Um dos movimentos do processo de reconfiguração conceitual e metodológica dos estudos historiográficos sobre educação vem sendo o de voltar-se para períodos históricos mais longínquos. Cada vez menos é a história recente que interessa aos historiadores da educação. [...] Esse movimento é altamente positivo na medida em que promove o abandono da espécie de presentismo que marcou a historiografia de matriz azevediana. (p. 29)

Ainda sobre a tendência crescente de estudos sobre o século XIX, Xavier (2001), no balanço já referido, afirma que “os educadores estão interessados em compreender as especificidades da gênese e do desenvolvimento da escola pública, a partir do século XIX, observando como este modelo escolar articula-se ao processo de constituição da esfera pública em nosso país, de secularização da cultura e de progressiva especialização do campo educacional, consoante um projeto de construção da nacionalidade”. (p. 224)

No que diz respeito aos objetos de estudo preferenciais, foi possível identificar um equilíbrio quantitativo entre instituições escolares públicas e privadas. Entre as

instituições profissionalizantes, o foco principal das pesquisas foram as escolas normais e, nas instituições particulares, as escolas confessionais católicas constituem a maioria.

Grande parte dos resumos não explicita sua abordagem teórica, e talvez isso ocorra em virtude das exigências e características do próprio resumo. Considerando esse limite, ainda assim é possível identificar, nas temáticas abordadas, uma tendência à inserção na história cultural, especialmente, no que tange às contribuições de Roger Chartier. Essa nova tendência, que tem marcado a produção historiográfica contemporânea, fez-se presente nos trabalhos a partir do uso freqüente de conceitos como *representações, cultura escolar, práticas, estratégias e cotidiano*.

A recorrência do uso do termo *representações* nos resumos sugere que o conceito tem sido utilizado de forma muito diferenciada, conforme alertam Warde e Carvalho (2000)

A larga circulação que teve o conceito de *representação* na produção historiográfica recente cria a impressão de que essa produção partilha, na sua totalidade, referenciais teóricos de uma mesma extração epistêmica. No entanto, é preciso dissolver essa idéia. Sob o rótulo comum de *nova historiografia educacional*, convivem concepções radicalmente diversas. (p.17)

O impacto da nova história cultural sobre as pesquisas no campo da história da educação pode ser localizado, segundo Clarice Nunes e Marta de Carvalho (1993), “numa preferência cada vez mais manifesta por privilegiar como objetos de investigação as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos” (p. 37). Para as autoras, a adoção de referenciais teóricos que privilegiam o conceito de prática cultural, traduz-se em desafios metodológicos para os estudos histórico-educacionais, particularmente no campo da história das instituições escolares, como se pode depreender desse trecho:

É sobretudo no campo da história das instituições escolares que o impacto da história cultural da sociedade é mais complexo. Não somente porque a escola se torna um objeto de grande interesse para ela, mas principalmente porque a massa de estudos produzida sobre questões de produção, circulação e apropriação culturais abre novas perspectivas e põe novos problemas à investigação.(NUNES e CARVALHO, 1993, p. 49)

É importante destacar também as incursões interdisciplinares detectadas neste balanço, a partir dos diálogos estabelecidos com a produção de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau ou Edward Thompson. Aqui fica evidenciada a pluralidade das referências que tem comparecido nos estudos de história da educação.

Quanto às fontes utilizadas nos resumos, notou-se um movimento de ampliação e diversificação das mesmas. Além dos documentos escritos e fontes oficiais, a renovação das fontes expressou-se seja pelo uso de imagens, como a fotografia e a iconografia, do material escolar, como livros e cadernos, seja pelo resgate da memória individual e coletiva. Esta última registrou grande incidência, pois cerca de 44% dos resumos explicitaram a utilização do método da história oral, principalmente aqueles trabalhos que se referiam às histórias de vida de professores e/ou educadores.

De acordo com Marieta Ferreira (1998), a história oral é uma metodologia, e não uma disciplina, tratando-se de “um conjunto de procedimentos usados para produzir depoimentos, que têm qualidades distintas de outras fontes orais como um programa de rádio ou uma entrevista para a televisão” (p.19-30). Na perspectiva desta autora, o trabalho histórico pressupõe um conjunto de procedimentos que visa uma análise e um confronto de fontes e não apenas a publicação de uma entrevista, mesmo porque é importante atentar para o fato de que os depoimentos envolvem esquecimentos, distorções e omissões que demandam operações específicas para serem compreendidos e contribuir para o trabalho histórico. Advém daí a necessidade imperiosa das entrevistas serem complementadas pelo cruzamento com outras fontes.

Al poner en evidencia las condiciones de producción de las fuentes y la relación de éstas con el investigador, la historia oral crea problemas a la propia noción de fuente. Tal vez sea ése el gran aporte metodológico de la historia oral en la actualidad. Al estimular ese tipo de debate ella puede funcionar como una brújula no solo en el mapeo de problemas, sino también indicando caminos para enfrentar la emergencia de nuevos tipos de archivo (sonoros, visuales y virtuales). (FERREIRA, 2002, p.17)

Uma questão se impõe, com relação à incidência do recurso às memórias individuais e coletivas: já que o recorte temporal predominante identificado no balanço foi o período republicano, com as possibilidades de acesso à documentação escrita relativas a esse período, qual é o sentido de se privilegiar as fontes orais?

1.4. O foco privilegiado: os trabalhos sobre instituições de ensino secundário militar

Foram localizados três estudos sobre esse tema nos Congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação. No I Congresso, houve um trabalho que pude obter

na íntegra, através do CD-ROM; já os trabalhos apresentados no II e no III Congressos não constam dos respectivos CDs, por este motivo, no que se refere à análise desses trabalhos, tive de me restringir aos resumos.

Gilberto Souza Vianna (2000), do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, apresentou no I Congresso o trabalho intitulado: “O Sabre e o Livro - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988)”, vinculado ao eixo temático “Instituições educacionais e/ou científicas”, não tendo apresentado trabalho nos outros congressos da SBHE.

Eis o objetivo do trabalho, como exposto no resumo, de acordo com as palavras de Vianna (2000a):

Investigo como o Colégio Militar de Curitiba teve sua imagem construída nos aspectos culturais e na memória da sociedade curitibana e paranaense. [...] A análise passa por mergulhar neste cotidiano e investigar como o culto à tradição criou um lugar de memória para seus ex-componentes do Colégio, assim como contextualizar mesmo que sucintamente, o Colégio Militar na história do Exército e do ensino militar no Brasil.[...] Objetivei estudar o que se passa dentro deste microcosmo, resgatando a memória daqueles que aqui estudaram e trabalharam [...]. (p. 197)

A proposta, então, é remontar a história da instituição através do resgate da memória individual e coletiva, utilizando a metodologia da história oral, a partir de entrevistas com ex-professores, ex-monitores, ex-diretores e ex-alunos, além do uso de imagens. Em tópicos, o autor aborda a criação do Imperial Colégio Militar e a expansão dos colégios militares, referindo-se ao de Belo Horizonte e focaliza o Colégio de Curitiba. Em sua introdução, aponta o objetivo e a relevância do estudo, justificando que “investigar a razão da fundação e manutenção de Colégios Militares pelo Exército é um campo pouco estudado no Brasil. Através destas instituições de ensino o Exército mantém um diálogo com a sociedade civil, neles os militares assumem a função de educadores e não só de instrutores ou disciplinadores”. (VIANNA, 2000, p. 1)

Detive-me na parte relativa à criação do Imperial Colégio Militar, visto ser esse o meu objeto de dissertação. Na análise empreendida, o autor não aborda as tentativas anteriores para criação de um colégio militar. Em um tom oficial, presente nos históricos do Exército até hoje, Vianna (2000) atribui a criação do Colégio Militar ao “plano” estruturado pelo Conselheiro Tomás Coelho, como “tentativa de acalmar os

ânimos dos militares republicanos com uma demonstração de boa vontade do Império para com os filhos desamparados dos militares”. (p. 2)

O autor afirma que, na fundação do Imperial Colégio Militar, o princípio explícito era o “assistencial” (aspas do autor), abrigar os filhos e órfãos dos inválidos do Paraguai, considerando este objetivo parte de um discurso oficial do exército em relação aos colégios militares. Sendo assim, o ensino deveria ter qualidade, pois “seria talvez a única herança para aquelas crianças, dando a eles as melhores condições para a vida profissional futura, civil ou militar”. (VIANNA, 2000, p. 3)

Gilberto Vianna (2000) sustenta que a passagem de “colégio assistencial” para um “sistema educacional” (aspas do autor) ocorreu por causa da “mística formada no imaginário social” (p. 3), segundo ele, reforçada pelo sucesso de ex-alunos no meio militar e civil (p. 3). Conforme essa proposição, o Colégio Militar, que se tornaria Colégio Militar do Rio de Janeiro, “formou no imaginário social a idéia de instituição séria na disciplina e no ensino”. Finaliza essa parte afirmando que “o exército passou a compreender o Colégio Militar como veículo de divulgação e integração com a “sociedade civil”.(VIANNA, 2000, p. 4)

O Colégio Militar de Curitiba, fundado em 1959, foi criado, de acordo com o autor, com o apoio do governador do estado, que via no colégio uma possibilidade de aliança com o Ministro da Guerra e com o Governo Federal, além de reforçar o mito de Curitiba como “cidade dos estudantes” (aspas do autor).

O colégio obedeceu aos padrões do ensino militar em todo o Brasil, que seguiu os moldes do Colégio Militar do Rio de Janeiro e o autor compara a formação da “mocidade militar” (aspas do autor) da Praia Vermelha com a formação dos alunos de Curitiba, a partir do exame do discurso inaugural proferido pelo comandante do colégio, do qual ele transcreve trechos.

Encerra seu trabalho afirmando que “para que o aluno do Colégio Militar chegue a afirmar a sua própria personalidade, terá necessariamente de adquirir algo que lhe seja pessoal, ou existencial, mas também algo que seja comum, ou seja, compartilhado com os outros”. (VIANNA, 2000, p. 12)

Wesley Silva (2002), da FUMEC, apresentou no II Congresso da SBHE o trabalho intitulado “A espada e a pena: um projeto político de Brasil a partir de um

colégio militar em Minas Gerais”, vinculado ao eixo temático “História de culturas escolares e a profissão docente no Brasil”, parte integrante de sua pesquisa de mestrado.

Este trabalho objetivou apresentar e discutir aspectos políticos e ideológicos decorrentes da proposta de instalação do Colégio Militar de Belo Horizonte, em 1956. Nele o autor discute as motivações e implicações que, segundo ele, “vão além de interesses meramente pedagógicos ou institucionais de natureza educacional” (SILVA, 2002, p. 160), concluindo que a instalação de um colégio militar em Belo Horizonte atendeu muito mais que a imperativos didáticos, sociais ou econômicos, pois o que “estava em jogo, de fato, era a partilha do poder político e disseminação do poderio militar entre os estados da federação brasileira”. (SILVA, 2002, p. 161)

No III Congresso, Wesley Silva (2004), agora pertencente à USP, apresentou o trabalho “Para além de Foucault, uma abordagem de questões disciplinares em instituições que utilizam instrumentos de modelização e conformação de sujeitos”, ligado ao eixo temático “Políticas educacionais e modelos pedagógicos”. Neste trabalho, o autor objetiva problematizar conclusões obtidas a partir de uma pesquisa realizada no Colégio Militar de Belo Horizonte, acerca das questões disciplinares, sob uma perspectiva foucaultiana. Após uma releitura do texto que constituiu um capítulo de sua dissertação, Silva (2004) concluiu que a opção teórica por Michel Foucault havia limitado suas possibilidades de análise documental.

Como contraponto ao Colégio Militar, Wesley Silva (2004) propõe a análise de uma outra instituição, destinada à educação de crianças pobres, desvalidas e/ou abandonadas em Belo Horizonte, no período que vai de 1948, ano em que se iniciam as atividades das Escolas Caio Martins, até 1975, quando a Polícia Militar de Minas Gerais, instituição onde nasceu essa iniciativa, deixa a responsabilidade pela gestão dessas Escolas. Conforme indica Silva (2004), “além da educação escolarizada, a instituição se utiliza, como estratégia de modelização, da formação para o trabalho e do sistema de lares”. (p. 166)

Finaliza o resumo, indicando que seu estudo buscará identificar, para além do discurso revelado, sobretudo pelos registros institucionais, as iniciativas concretas de atuação das Escolas Caio Martins, atento principalmente à forma como tais estratégias foram absorvidas, além de problematizar as táticas e representações que os assistidos fazem de tais iniciativas institucionais. (SILVA, 2004)

De certa forma, as possibilidades de diálogo com esses trabalhos ficaram prejudicadas pelo fato de ter tido acesso apenas a seus resumos e, do mesmo modo, pelas evidências de que não focalizaram a trajetória da profissionalização do exército, fundamental, na minha perspectiva, para compreender as condições para a emergência, tanto do Colégio Militar da Corte, quanto da expansão dos colégios militares no Brasil.

Hoje já são 12 colégios que formam o Sistema Colégio Militar, além da Fundação Osório. O primeiro a ser instalado foi o Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1889, seguindo o de Porto Alegre, em 1912; Fortaleza, em 1919; Belo Horizonte, em 1955; Salvador, em 1957; Curitiba, em 1959; Recife, em 1959; Manaus, em 1971; Brasília, em 1978; Campo Grande, em 1993; Juiz de Fora, em 1993; e o Colégio Militar de Santa Maria, o mais novo do Sistema, fundado em 1994.

Apesar das limitações impostas pelo recurso ao resumo como fonte e, conseqüentemente, ser este levantamento uma amostra restrita da produção no campo da história das instituições escolares cabe afirmar que se verificou um crescimento da pesquisa nesta área. A produção histórico-educacional segue demonstrando uma grande vitalidade para inspirar a pesquisa de novos objetos, temas e domínios de conhecimentos afinados com referenciais da história cultural e com o procedimento interdisciplinar.

Como assinalam Warde e Carvalho (2000):

Além de recuarem a períodos de tempo mais longínquos, os historiadores da educação estão operando significativos deslocamentos conceituais, metodológicos e de objetos, dentre os quais merecem atenção: da velha polaridade ‘idéias’ e ‘sistemas de ensino’, para os âmbitos institucionais e dispositivos pedagógicos; do universal para o singular; das estruturas para as práticas; dos sujeitos para as estratégias/táticas; do tempo contínuo para a descontinuidade. (p. 31)

Tal movimento tem ajudado na renovação da abordagem em relação a velhos objetos e na definição de novos; como parece ser o caso dos estudos sobre as instituições militares, particularmente no que tange ao seu sistema educativo, das instituições que o integram e do funcionamento das mesmas.

1.5. O Colégio Militar da Corte: a produção historiográfica sobre o tema

Apesar de se registrar um movimento crescente dos historiadores em pesquisar as Forças Armadas, notadamente o Exército, pelo que se pode observar da produção historiográfica recente sobre o papel político dos militares, tanto no Império como na República, o mesmo não se dá em relação à pesquisa sobre o ensino militar, já que poucos trabalhos contemplam este tema.

Nesse sentido, o levantamento historiográfico especificamente sobre o assunto ficou restrito, dada a pouca incidência de estudos, numa área em que predominam trabalhos de cunho memorialista. Como exemplo, há o trabalho intitulado “*Breve introdução à história dos colégios militares*” do Ten Cel Antonio Joaquim de Figueiredo e do Maj. Arivaldo Fontes (1958). Os autores abordam o início da história da instituição e, particularmente, a pouco conhecida relação entre o Colégio Militar, o Asilo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, creditando à “agitação político-militar de 1889 e à sagacidade de um político” (p. 13), o Conselheiro Thomaz Coelho, a concretização do “sonho de Caxias”, qual seja, o Colégio Militar.

Da mesma forma, o artigo de cunho memorialista de um dos fundadores do Colégio Militar, o capitão-médico Dr. Luiz Carlos Duque Estrada (1956) possibilita iluminar alguns acontecimentos que envolveram a criação da instituição. Este artigo cujo título é “*Subsídio para a história do Colégio Militar do Rio de Janeiro*”, foi publicado pela primeira vez, em fevereiro de 1904, na “Revista Didática”, fundada e organizada pelos professores do Colégio e por mim localizado na biblioteca do Colégio Militar. De acordo com sua memórias, nos últimos dias de 1888, ele foi convidado para ajudar na organização do colégio que iria chamar-se “Pritaneu Militar”, inspirado, possivelmente, no *Prytanée Militaire de La Fleche*, da França.

O trabalho do Gen Dermeval Peixoto (1960) busca, de acordo com as palavras do autor, a reconstituição “de nomes, coisas e fatos do período inicial deste século de evolução do nosso Exército”. Sobre o Colégio, apenas uma pequena referência laudatória, acerca da qualidade do ensino ministrado, e dos alunos que lá se formaram, em que “gerações sucessivas de jovens, como enxame de colméas esvoaçaram pelo Brasil afora; em regra para vencerem, os que se imbuíram do civismo e dos bons ensinamentos ministrados na ‘Casa de Thomaz Coelho’”. (PEIXOTO, 1960, p. 34)

Nelson Werneck Sodré (1967), historiador e militar, que lá estudou de 1924 a 1930, dedica um capítulo de suas memórias ao Colégio Militar. O autor não se deteve no processo de criação do colégio, mas seu relato se reveste de importância para a compreensão do funcionamento e do cotidiano daquela instituição. Descreve, criticamente e com riqueza de detalhes, as instalações, as atividades pedagógicas e militares, os alunos e professores, as sanções disciplinares e as estratégias desenvolvidas pelos alunos “para enfrentar o sólido e rigoroso aparelho de repressão”. (p. 13)

Já em sua obra analítica sobre a História Militar do Brasil, Nelson Werneck Sodré (1965) compreende o surgimento do Colégio Militar como mais uma medida tomada pelo governo imperial, que agiu no sentido de “atender algumas necessidades militares, como a de educação dos filhos” (p. 160). Uma medida paliativa, entre outras, como a repressão e violência que, segundo o autor, tentava adiar o fim da Monarquia.

Dentre os estudos que se debruçaram sobre o ensino militar, nos domínios da história da educação, são referências fundamentais, os trabalhos de Jehovah Motta (1998) e de Claudia Alves (2001, 2002 e 2003).

Jehovah Motta, pedagogo militar e ex-aluno do Colégio Militar de Fortaleza dedicou-se à pesquisa e aos estudos acerca da evolução do ensino militar. Sua obra, *Formação do oficial do exército - currículos e regimes na Academia Militar*, publicada pela primeira vez em 1976 e republicada em 1998, procura analisar as transformações dos currículos e dos processos de ensino que marcaram a trajetória da formação de oficiais do exército no Brasil.

Motta (1998) compreendeu a criação do Colégio Militar como mais uma etapa do processo de expansão do ensino militar em direção ao ensino secundário, principalmente, a partir de 1858, quando o curso da Escola Central foi precedido de um “ano preparatório”. Desde então, de acordo com o autor, teria se cristalizado a noção de que era prerrogativa do exército prover esse tipo de ensino, também chamado de “humanidades”. No início, a idéia era garantir o preparo necessário aos alunos matriculados nas Escolas Militares que, aos poucos, foi se somando o aspecto do dever do Estado de prover a educação secundária aos filhos de militares. Assim, foram marcos dessa trajetória: o “ano preparatório”, depois “curso preparatório” e, a partir de 1863, esses estudos assumiriam a forma de “Escola Preparatória”, que, por fim, resultariam na criação, em 1889, do Imperial Colégio Militar.

Jehovah Motta (1998) sustenta ainda que o exército tornou-se, graças a uma política educacional uniforme e transparente, “uma agência realizadora do ensino médio”, pois que se fez “realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem” (p. 106-107), referindo-se, provavelmente, à expansão dos colégios militares que, no momento da primeira publicação do seu estudo, já totalizavam oito unidades.

Cláudia Alves (2002), em seu trabalho de doutoramento, *Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*, dedicou-se ao exame do desenvolvimento institucional e profissional do exército, analisando seu efeito na formação acadêmica dos oficiais naquele período, o que resultou, notadamente após a Guerra do Paraguai, na formação de uma intelectualidade militar comprometida com um projeto para o país, possibilitando uma unidade de ação que viabilizou a intervenção dos militares na vida política imperial.

Na mesma direção de Motta (1998), no que tange ao processo que sedimentou os estudos secundários como atribuição do exército, Alves (2003) agrega ainda que, contrariando a tendência geral no Império aos exames parcelados para ingresso no ensino superior, os preparatórios para o acesso a Escola Militar caminharam na direção de constituir um curso de nível secundário, com formato escolar próprio, que incorporou gradualmente a sistematização de conteúdos em séries. Segundo a autora, “esta tendência inversa que se delineou no exército desembocou, no último ano do Império, na criação do Imperial Colégio Militar” (ALVES, 2003, p. 233), uma proposta antiga, que acompanhou a profissionalização da corporação.

Ainda na história da educação, Maria Luiza Cardoso (2001) procurou caracterizar as diversas fases da participação da Marinha e do Exército na educação de crianças e jovens carentes. Sua pesquisa que abrangeu um largo período, da Colônia ao fim do Segundo Reinado, focalizou as instituições militares de instrução elementar. Concentrando-se, principalmente, na Marinha, Cardoso não abordou as iniciativas de ensino secundário no Exército, bem como não há referência aos projetos no sentido de constituir um colégio para filhos de militares, apesar da perspectiva assistencial adotada na proposta da autora. Por fim, não há menção ao Imperial Colégio Militar.

Já no campo da história da ciência, há a dissertação de mestrado de Tereza Cristina de Carvalho Piva (2003) que, procurando investigar o papel da ideologia

prevalecente no final do Império e início da República, sobre a cultura brasileira, tomou como exemplo o desenvolvimento e a consolidação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, sobretudo nos aspectos ligados ao ensino das ciências dessa instituição centenária.

Neste estudo, a autora avaliou a qualificação do corpo docente e administrativo e o incentivo dado aos projetos científicos, bem como examinou os planos de ensino da instituição, as instalações pedagógicas e a forma como eram ministradas as aulas práticas nos laboratórios. (PIVA, 2003)

Entretanto, apesar de receberem a melhor preparação disponível na época, Piva (2003) constatou que os professores ressentiam-se de um sistema educacional deficiente em relação ao ensino das ciências da natureza, pois a formação científica que se ministrava no Brasil era, segundo ela, na maioria das vezes, equivocada, e se caracterizava por um estudo livresco e não experimental no que concernia a ciências como Química ou Física.

Contudo, não obstante as contribuições da produção supracitada, algumas lacunas acerca do tema persistem, especialmente no que concerne ao ensino militar, como evidenciado na historiografia militar aqui explorada. Desse modo, o objetivo deste trabalho, é contribuir para o debate, no campo da história da educação, no período imperial, fornecendo elementos que ajudem a compreender a história do Colégio Militar da Corte.

2. O Exército no Estado Imperial

“O soldado entre nós, ou é um infeliz sem proteção, ou vítima de torpe vingança, arrastado pelo recrutamento para as fileiras do Exército ou é o vagabundo desmoralizado, e muitas vezes punido de crimes, ou o pobre esmagado pelos rigores de sua mal aventurada sorte, que ambos vão procurar na praça, um refúgio ou esquecimento de suas iniqüidades, este o último recurso que vê luzir através do caliginoso véu que o circunda (...) Eis pois o que é o soldado – defensor da pátria – o garante da tranqüilidade pública, o mantenedor da tranqüilidade do Império”

(O Militar, 1854)

2.1. O Exército brasileiro pós-independência: a herança militar portuguesa

Manter a estabilidade institucional e concretizar a independência constituíram-se as principais prioridades para a elite política que assumiu o controle do Estado brasileiro após a separação formal de Portugal. A vastidão do território, a diversidade de interesses regionais e as pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos eram problemas urgentes para a elite política. As soluções que esses grupos conceberam, verdadeira obra de engenharia política, se apoiavam na centralização administrativa e, ao mesmo tempo, em um complicado sistema de interdependências entre a burocracia do Estado e os proprietários de terra. Dessa forma, pode-se dizer que a constituição do Estado Nacional, no Brasil, resultou de um processo de interações entre o poder instituído e a “aristocracia” agrária e se imprimiu na manutenção da escravidão como base da unidade e do Império.

Vencer as revoltas de caráter regional que ameaçavam a integridade territorial e impor o projeto imperial foram os grandes desafios das primeiras décadas pós-independência. Qual seria o papel da força militar nesse quadro? Nas condições em que ocorreu o processo de separação da metrópole, sem grandes resistências e sem mobilização militar da população, manteve-se inicialmente a estrutura herdada do Exército português. Conforme pontuou Izecksohn (2004, p. 53), “sustentar a formação de um exército de dimensões nacionais não fazia parte das possibilidades financeiras do novo Estado brasileiro”.

Por conseguinte, muitas características do Exército português seriam incorporadas ao Exército brasileiro. Como, por exemplo, a tradição do cadetismo que estruturava as patentes e a hierarquia do Exército, principalmente, através de privilégios de nascimento, alheia ao modelo moderno que associa a carreira à aquisição de conhecimentos técnicos específicos, à incorporação de valores e atitudes orientados por uma disciplina rigorosa e a uma forte unidade corporativa.

Na ausência de uma nobreza de sangue no Brasil, o cadetismo permaneceu restrito aos jovens “bem-nascidos”, oriundos de famílias que, se não possuíam brasões, se distinguiram por participar dos círculos próximos ao imperador ou, ainda, pelos serviços prestados à Monarquia. Era a Coroa quem detinha o monopólio de distribuição das graças honoríficas, títulos nobiliárquicos e, também, das patentes militares. Segundo

Adriana Barreto de Souza (1999, p. 53), “ser um oficial era antes uma honraria que uma profissão”.

A carreira do marechal Manoel Felizardo de Souza e Melo é exemplar dessa dissociação entre formação específica e ascensão hierárquica. Para alcançar essa patente não lhe foi exigido qualquer tipo de habilidade militar. Nascido no Rio de Janeiro, Manoel Felizardo ingressou no Exército como capitão do corpo de engenheiros após terminar seus estudos em matemática na Universidade de Coimbra. Nesse posto, seria nomeado professor substituto da Academia Militar, iniciando uma carreira político-burocrática que lhe renderia várias promoções. Foi presidente de várias províncias, quando major e, ainda, deputado e ministro da Marinha, da Fazenda e da Guerra. Sua última promoção, antes daquela que acompanhou a reforma, veio como prêmio pelos serviços prestados à monarquia. Em dezembro de 1860, quando assumiu a direção da Escola Central, foi promovido a brigadeiro, após deixar o cargo de ministro da Guerra (SILVA *apud* SOUZA, 1999).

Assim, pode-se dizer que o Exército brasileiro, pós-independência, manteve os critérios aristocráticos no recrutamento de oficiais, o que favorecia o ingresso de membros dos grupos dominantes, seja pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder, até as reformas de meados do século XIX e a lei que regulamentou as promoções no Exército, cujos critérios baseavam-se na antigüidade e no mérito.

Outro aspecto digno de nota é a grande participação de portugueses no alto oficialato. Em fins dos anos 1830 e durante a década de 1840, os oficiais portugueses ainda ocupavam quase metade dos postos de comando do Exército brasileiro. Adriana Barreto de Souza, em seu estudo, procurou traçar um perfil dos oficiais-generais que integravam o Exército entre 1837 e 1850, período de consolidação do Estado Imperial. Dos 46 generais pesquisados, a autora chegou às seguintes conclusões: do total, 19 generais eram filhos de militares, enquanto 21 deles não foi possível identificar a ocupação dos pais; 65,4% tinham seu ingresso no Exército marcado por um título honorífico e haviam assentado praça como cadetes, alguns ainda crianças, como os irmãos Bellegarde, que tinham, respectivamente, dois e três anos de idade. Todos os Lima e Silva, nascidos no Brasil, também usufruíram desse benefício. Esses dados revelaram um outro traço importante da tradição militar portuguesa, transplantada para o Brasil, que é o fato de a formação acadêmica ser dispensável para a construção de

uma carreira bem-sucedida no Exército, visto os dados indicarem que 65,2% dos generais pesquisados não possuía nenhuma formação específica (SOUZA, 2004).

Entretanto, para compor o efetivo da maioria das tropas, as praças, eram recrutados jovens entre a população pobre das cidades e do campo. No que tange à composição racial, se no período colonial e nos primeiros anos do Império, os homens negros estavam formalmente excluídos das fileiras do Exército, a partir dos anos 1830, o efetivo iria se constituir, predominantemente, por indivíduos não-brancos, negros, mulatos e pardos (KRAAY, 2001).

Também se recrutavam condenados, uma outra herança portuguesa, pois, desde o período colonial, eles eram mandados para o Brasil para servir no Exército português, permanecendo, depois, como forma de punição, essa prática do exílio dentro do país (BEATTIE, 2001). Consta que D. Pedro I teria formado corpos de mercenários (Mc BETH, 1971), notadamente ingleses, que possuíam um tratamento diferenciado: o soldo era maior, e tinham um fardamento e uma comida melhores que os outros. Tal situação não colaborou para melhorar a imagem do exército, que nascia fruto de tal hibridismo, antes, aumentou a resistência ao recrutamento.

Ainda não existia, no Primeiro Reinado, um treinamento sistemático para as tropas, já que havia resistência por parte dos soldados, que o consideravam como verdadeiro castigo. As punições corporais eram freqüentes, como chicoteamentos, fazê-los caminhar com muitos fuzis amarrados às costas. Enfim, eram tratados com muita violência, quase como escravos.

Não foi exclusivo do Exército o uso de punições como medida disciplinar. A Marinha registra a existência, nas primeiras décadas do século XIX, de um navio-presídio, denominado presiganga. O termo é uma corruptela do inglês *press-gang*, destacamento naval comandado por um oficial e encarregado de recrutar, à força, homens para servirem na Marinha de Guerra inglesa (FONSECA, 2004). A presiganga era uma nau de guerra da Marinha portuguesa, a *Príncipe Real*, que transportou o Regente D. João e parte da Corte portuguesa, na vinda para o Brasil. Em decorrência de avarias foi transformada em prisão, fundeada na baía de Guanabara, onde eram despejados recrutas, prisioneiros de guerra, infratores militares, degredados (condenados a viver fora de seu local de residência), galés (condenados a trabalhos forçados) e escravos em correção (FONSECA, 2004).

Ao entrar para a presiganga, os indivíduos já estavam sendo punidos, mas, além disso, podiam receber uma punição disciplinar adicional, caso infringissem as normas institucionais estabelecidas, atingindo os pilares daquela ordem: a subordinação e a disciplina. Os castigos corporais (prisão a ferros, golilha ou chibatadas) serviam de exemplo para os outros presos e para restabelecer o respeito no navio, além de constituir punição para os transgressores por meio da dor e da humilhação. A guarnição que servia na presiganga não possuía um regulamento, confirmando seu caráter provisório de prisão.

Durante o período imperial, a corporação militar esteve às voltas com altas taxas de deserção, em virtude do tratamento dado aos recrutados, tanto no Exército quanto na Marinha, o qual originava muitos protestos de parte dos liberais. O problema das deserções era agravado pelo efetivo reduzido das tropas. Uma comparação das taxas anuais no Exército do Brasil e em outros exércitos contemporâneos ilustra essa assertiva:

Quadro IV - Taxa de deserção anual no Exército Imperial e em outros exércitos contemporâneos

País	Ano	Soldados (%)
Brasil	1857	11,6
	1860	11,9
	1861	7,7
	1862	11,2
Estados Unidos	1867-91	—
Grã-Bretanha	1862-98	—

Fonte: (Adaptado) Kraay. (2004)

Hendrik Kraay (2001), que concentrou suas pesquisas sobre o exército imperial entre 1790 e 1840, na Província da Bahia, questiona historiadores que, como Beattie (2001) e Mc Beth (1971), consideram o tratamento dado aos soldados semelhante ao que era dado aos escravos. Sugeriu que a disciplina não era tão estreita assim e comportava negociação, considerando, inclusive, o Exército como um capataz fraco, na medida em que muitos indivíduos se voluntariavam ao serviço militar para escapar da miséria ou de um senhor repressivo (KRAAY, 1996). Se o treinamento servia para internalizar valores militares, na prática, o que funcionava era a negociação com os oficiais, principalmente, diante das muitas deserções, que eram fator de barganha nesse processo. Na documentação com a qual trabalhou, as petições mostram que os soldados tinham canais para reivindicar os seus direitos, já que em época de colheita, ainda que estivessem recrutados, podiam trabalhar no campo. Possivelmente, esses episódios estavam ligados aos acordos políticos com os potentados locais, na medida em que o prestígio social, naquela sociedade, estava relacionado ao número de pessoas que o grande proprietário conseguia proteger do recrutamento.

Como observado por Kraay (1996), não havia, nessa época, uma clara separação entre a corporação e o resto da sociedade. Por um lado, devido ao fato de que não havia muitos militares fardados e, por outro, aos serviços de polícia e de sentinela que estes

desempenhavam. Nesse momento, em que a oficialidade é metade portuguesa e metade brasileira, muitos oficiais brasileiros tinham outras ocupações, pois os soldos eram muito baixos, resultando daí, a dependência em relação à elite dominante o que, de acordo com o autor, impedia a formação de uma consciência corporativa.

Não obstante o notável levantamento efetuado, é importante frisar que as conclusões do autor se aplicam à Província da Bahia, em uma determinada época e não podem ser generalizadas e estendidas ao Exército imperial em toda sua trajetória, ou mesmo à realidade de outras províncias.

A derrota na Guerra da Cisplatina (1825-1828), verdadeira campanha desmoralizante, mostrou o despreparo do exército, levou à ruína a economia brasileira e acelerou o desgaste político que conduziria à Abdicação, em 1831. Tendo em vista as condições de desvalorização e impopularidade do Exército, que refletiam a falta de importância deste para a constituição do emergente Estado brasileiro, D. Pedro I tomou iniciativas de militarização, procurando aumentar o efetivo do Exército, que chega a 30.000, no Primeiro Reinado. Este seria um dos maiores efetivos na história do exército imperial que, a partir do Segundo Reinado, oscilava entre 15.000 e 18.000, à exceção dos anos em que ocorreram os conflitos contra Oribe e Rosas e no período da Guerra contra o Paraguai.

Quadro V - Efetivo oficial do Exército Brasileiro 1831-1873

Ano	Efetivo	Ano	Efetivo	Ano	Efetivo	Ano	Efetivo	Ano	Efetivo	Ano	Efetivo
1831	12.200	1837	6.230	1845	15.000	1853	16.000	1861	18.000	1868	20.000
1832	10.000	1838	8.200	1847	15.000	1854	16.000	1863	14.000	1869	20.000
1833	8.000	1839	12.000	1849	15.000	1855	16.000	1864	18.000	1870	17.000
1834	8.000	1840	15.000	1850	16.000	1856	19.000	1865	18.000	1871	17.000
1835	8.000	1841	15.000	1851	16.000	1858	17.000	1866	18.000	1872	17.000
1836	6.230	1843	15.000	1852	16.000	1860	17.000	1867	18.000	1873	17.000

Fonte: Izecksohn (2002) Os números relativos ao período da Guerra provavelmente consideram apenas o número fixo de soldados que serviam no exterior, não computando o número total de indivíduos enviado ao conflito.

Após a Guerra, esses efetivos foram ainda mais reduzidos e, quando o Império chega ao fim, o Exército contava com 13.500 homens. Essa tendência só seria revertida no início da República, quando os efetivos militares não cessariam de crescer (CARVALHO, 1978).

2.2. O Exército de linha e a criação da Guarda Nacional: uma “política de erradicação”?

Como é possível depreender do quadro anterior, o período regencial, marca o início de um processo de desmobilização do Exército e de esvaziamento de suas funções, atendendo às concepções liberais tão avessas à formação de exércitos permanentes. Os liberais da Primeira Regência professavam um exacerbado antimilitarismo, como forma de fortalecer o poder civil, tendo como um de seus próceres o Padre Diogo Antonio Feijó, Ministro da Justiça da Regência Trina, tornando-se Regente, em 1835.

A fim de preencher o vazio deixado pela redução dos efetivos do Exército, que se seguiu à Abdicação, foi criada a Guarda Nacional, politicamente mais confiável para a elite, que manifestava clara preferência por esta solução. Além de ser uma alternativa mais barata, dado que o serviço não era remunerado, tranquilizava o governo em relação às ameaças de interferência militar na vida política do país, tão comum aos outros países da América Latina.

Inovação institucional da Regência, a Guarda Nacional fazia parte da estratégia dos liberais para garantir a defesa da ordem política recém-estabelecida. De acordo com as palavras do liberal Evaristo da Veiga, um dos autores do projeto

[...] muito confiava na força publica, nos bravos militares do campo de honra, cujo character, brio e zelo era reconhecido; mas, que não podia negar que nunca a segurança dos cidadãos é mais bem guardada do que pelos mesmos cidadãos interessados na sua conservação.

Com a sua criação, foram extintos os corpos auxiliares das Milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais, que vinham da época colonial, passando a Guarda Nacional a efetuar, em seu lugar, o serviço de manutenção da ordem interna. Ao Exército, nesta conjuntura, caberia exclusivamente o papel restrito de controle das fronteiras o que, entretanto, não impediu que fossem designadas tropas militares para a

pacificação das Províncias durante as rebeliões regenciais, frente à impossibilidade dos corpos da Guarda em manter a ordem estabelecida.

Subordinada aos juízes, aos Presidentes das Províncias e ao Ministério da Justiça, em vez de vinculada ao Ministério da Guerra, a Guarda Nacional tinha sua finalidade manifestada no artigo de abertura da lei de sua criação:

As Guardas Nacionaes são creadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem, e a tranqüillidade publica; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.

Entre os principais serviços que realizava incluía-se a captura de criminosos, a transferência de réus, o transporte de valores públicos, o patrulhamento e policiamento das cidades e das prisões, o combate aos quilombos e o apresamento e a vigilância dos recrutados para o Exército. Prestação litúrgica dos cidadãos, esses serviços desempenhados pelos corpos da Guarda não eram pagos. E quem estava obrigado a servir na Guarda Nacional? Todos os homens livres com a situação de eleitores, o que quer dizer, acima de dezoito anos e abaixo de sessenta, com renda superior a 200\$000 nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão, e superior a 100\$000 no restante do Império. Estavam isentos os membros das Forças Armadas, os padres, os funcionários da justiça e policiais nomeados para a arregimentação dos milicianos. Também eram dispensados os homens doentes, os burocratas, estudantes, advogados, médicos e farmacêuticos se assim o desejassem, bem como, políticos, magistrados, carteiros e proprietários de mais de 50 escravos ou com produção pecuária anual de quantidade similar.

Chama a atenção a rapidez com que se instalou a Guarda Nacional e sua capacidade de mobilização. Dois ou três anos após a sua criação, o vasto território do Império foi coberto pelos contingentes da Guarda e a maioria dos distritos, mesmo os mais distantes, já tinham organizado suas milícias locais. Nesse esforço, foram mobilizados cerca de 200.000 homens livres, quando o Exército, nessa época, contava com uma força efetiva em torno de 8.000 homens (URICOECHEA, 1978).

A administração e comando dos milicianos da Guarda Nacional ficava a cargo dos potentados locais que, por sua vez, eram nomeados pelo poder central. Quanto à seleção da oficialidade, no primeiro momento de criação da Guarda, o critério era democrático, através de assembléias, onde as tropas elegiam os oficiais. No entanto,

esse caráter eletivo não durou muito tempo, pois, pouco a pouco, o governo foi centralizando as nomeações, até aos oficiais inferiores. Por fim, a reforma da Guarda Nacional, em 1850, deixou de contemplar qualquer instância eletiva, tornando-se a Guarda um instrumento a serviço das camadas dominantes.

Em tais circunstâncias, o principal benefício em servir na Guarda Nacional era escapar do recrutamento para o Exército e para a Armada. O pertencimento à Guarda Nacional confundia-se, pois, com as isenções do recrutamento, em virtude do alistamento na Guarda constituir uma das estratégias mais comuns de evasão das levas de recrutas. Em verdade, a Guarda Nacional representava uma imensa rede de proteção institucionalizada, conforme as palavras de um agente do recrutamento da vila de Itabira, em carta para o presidente da Província de Minas Gerais, uma das mais refratárias ao recrutamento em todo o Império: “os guardas nacionais, por serem parentes, vizinhos e amigos dos que se acham nas circunstâncias de serem recrutados, nada fazem”. Cabe mencionar ainda, este depoimento do agente da vila de Alfenas, reiterando tal situação:

Um grande numero de indivíduos estão matriculados na G. N., de maneira que, isento o grande numero de G.; os maiores de 35 anos; os menores de 18; e todos que pela lei são isentos, poucos ficam para o recrutamento, e estes se tem evadido; uns para Parnaíba, província de São Paulo; outros pelos vastíssimos matos, e outros (não temo crer) apoiados por alguns fazendeiros.

Poucos trabalhos acadêmicos abordaram, especificamente, a criação da Guarda Nacional. Contudo, existem dois trabalhos que são referências acerca do tema, embora partindo de perspectivas diferentes. O primeiro é o de Jeanne Berrance de Castro (1979), versão de sua tese de Doutorado, onde a autora caracteriza a Guarda Nacional como uma instituição democrática, que emerge justificada pela “explosão nacionalista” ocorrida após a Abdicação. Trata-se de um texto bastante datado, a tese é de 1968, sugerindo, talvez, a necessidade de uma geração de historiadores buscar uma tradição política progressista na história do país, naqueles tempos de ditadura militar. Assim, Jeanne Berrance (1979), inspirada diretamente nos modelos norte-americano e francês do cidadão - soldado armado para a defesa da liberdade, propõe que a “milícia cidadã” teria sido capaz de impulsionar o movimento de construção da cidadania na jovem Nação. Porém, a autora conclui que o princípio eletivo que inicialmente norteava a

composição dos postos da Guarda Nacional, “(...) na prática, esbarrou na formação aristocrática da sociedade do Brasil independente” (p. 238).

Na mesma direção, o surgimento da Guarda Nacional foi o argumento base utilizado para corroborar a idéia proposta por Edmundo Coelho, sob a denominação de “política de erradicação”, segundo a qual existia uma determinada hostilidade no tratamento que as autoridades civis dispensavam ao Exército. Sob o argumento do predomínio dos princípios liberais nos primeiros anos da Regência e, apoiado em Huntington, o autor reduz todo o período imperial, acrescido da República Velha, a um mesmo esquema de análise: “(...) a política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930” (COELHO, 1976, p.34).

O outro trabalho é de Fernando Uricoechea (1978) que, numa perspectiva oposta a de Jeanne Berrance de Castro (1979), pensou a criação da Guarda Nacional como a organização de milícias patrimoniais, no caminho para a burocratização do Estado, em que este destinava a terceiros, atribuições estatais. Trabalhando com os conceitos de “liturgia” e “patrimonialismo”, retirados de Max Weber, Uricoechea considera os serviços prestados pelas milícias como uma “cooperação litúrgica”, que funcionou enquanto o Estado burocrático ainda não operava, deixando de existir quando o Estado Imperial, efetivamente, se organiza. Segundo o autor, “a história da Guarda Nacional desenrola-se, assim, *pari passu* com o declínio de uma antiga ordem e a consolidação de uma nova - do poder patrimonial para o poder burocrático” (Uricoechea, 1978, p. 144).

Se não resta dúvida que na primeira fase da Regência houve, de fato, um processo sustentado pelos liberais de desmobilização e esvaziamento, tanto dos efetivos, quanto das funções do Exército, também é verdade que, a partir do Regresso e frente aos limites da Guarda Nacional demonstrados no combate às rebeliões, que já tomavam grande parte do país, tem início o projeto reformista conservador. As circunstâncias exigiam uma reforma militar que restabelecesse a disciplina e a ordem no interior do Exército. Assim, em 1838, o Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros encaminhava a proposta conservadora de reorganização das forças de linha, que elevaria o efetivo das praças para o ano de 1839, quase 40%, em relação ao ano anterior:

(...) E sendo certo que algumas das nossas províncias confinam com estados estrangeiros, e que a grande extensão de nossas fronteiras se acha toda em aberto, indispensável se torne que se proporcionem ao governo os precisos meios de força, seja para manter a ordem interna do

paíz, seja para repelir qualquer invasão estrangeira (...) Acresce ainda, que havendo-se creado em algumas províncias companhias provisórias, que não fazem parte de corpo algum do exercito, e tendo-se chamado em outras a guarda nacional (...) para supprirem a falta da tropa de primeira linha; em último resultado succede que sem termos, em rigor, um exercito regular, temos comtudo, senão maiores, todos os gravames que indispensavelmente o acompanhão, resultando de um tal estado de cousas que nem todas as províncias se achão sufficientemente guarnecidas, nem tão pouco a força existente apresenta, nem pode apresentar aquela unidade que lhe avigora a acção, e aquela disciplina e organização que lhe é mister (...) Esta medida torna-se urgentíssima a face do dismantelamento em que se acha o exercito, e da necessidade, por todos sentida, de se lhe dar uma nova organização.

As ameaças de recrutamento na Guarda Nacional, para compor o Exército, que por fim se concretizariam durante a Guerra do Paraguai, significavam o rompimento do pacto de confiança que garantia a continuidade da “cooperação litúrgica”, com o efeito de provocar o dismantelamento da corporação miliciana. Sem conseguir proteger seus membros do recrutamento, a partir de então, a Guarda se tornaria uma corporação com funções puramente simbólicas.

Finalmente, em 1873, os serviços da Guarda foram restritos apenas a situações extraordinárias de guerra externa ou rebelião interna, bem como todas as suas funções foram, então, assumidas pelas forças policiais.

2.3. A questão do recrutamento militar e a composição social do Exército

2.3.1. O recrutamento das praças

O problema do preenchimento das fileiras do Exército preocupou as autoridades imperiais encarregadas da administração militar durante praticamente todo o século XIX. Apesar do contingente relativamente reduzido do Exército e dos esforços dos agentes recrutadores, os quartéis estavam sempre desfalcados.

Por várias razões, havia uma grande hostilidade ao serviço militar: em função dos baixíssimos soldos, do tratamento dado aos soldados, usando punições corporais, das péssimas condições da vida na caserna, além dos constantes deslocamentos, que afastavam os indivíduos de suas localidades e de seus afazeres no campo. Tais circunstâncias tornavam o Exército pouco atraente até mesmo para os grupos mais pobres da sociedade, que fugiam dos agentes do recrutamento como o “diabo foge da

cruz” (SCHULZ, 1994, p. 36). Na Marinha, o quadro não era diferente, o que gerava um número elevado de evasão das praças.

Com a agravante das numerosas deserções, era muito difícil manter o efetivo previsto das tropas que, invariavelmente, ficavam milhares de praças abaixo do número oficial estabelecido. Na ausência de voluntários, a maioria das vagas era ocupada através do recrutamento forçado que, muitas vezes, serviu como alternativa para as autoridades à superlotação das cadeias, na medida em que visou, notadamente, a população desocupada das ruas. O crescimento populacional de algumas cidades, como a Corte, aumentava também o número de desempregados, de menores órfãos e gerava a proliferação da mendicância, o que, do ponto de vista das autoridades, ameaçava as propriedades e as vidas das pessoas da “boa sociedade”.

Nesses termos, o recrutamento forçado assumia uma função correcional, para ajustar posturas, e serviu à manutenção da ordem pública já que incidia sobre vadios, capoeiras, mendigos, menores delinquentes e, inclusive, escravos rebeldes cujos senhores pretendiam corrigir. Em suma, aqueles que não gozavam de algum tipo de proteção. No recrutamento de menores, havia os que eram órfãos e então, recolhidos às Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra, espalhadas pelo país, ou ainda, incorporados às Companhias de Aprendizes Marinheiros, onde aprendiam o ofício antes de seu engajamento nos navios. Na Marinha, ao longo do século XIX, “os menores foram cada vez mais assumindo o lugar dos homens maiores de idade, tornando-se maioria no quadro de marinheiros” (NASCIMENTO, 2001, p. 75).

Irma Rizzini (2006), em sua pesquisa sobre a educação popular na Amazônia Imperial, aponta os receios das famílias em relação ao recrutamento de seus filhos:

Ao contrário das Companhias de Aprendizes Marinheiros, as quais infundiam temor nas famílias devido ao recrutamento dos meninos para a Guerra do Paraguai, as Casas de Educandos passaram a ser cobiçadas por pais e protetores (...) Portanto, nas casas e institutos de educandos, os meninos estavam a salvo do recrutamento, tendo acesso ao treinamento de um ofício e a uma educação que ultrapassava o nível elementar. (p. 137)

Contudo, é digno de registro que não somente órfãos eram encaminhados para essas companhias do Exército e da Marinha. Para muitos pais pobres esta era, possivelmente, a única opção de educação para seus filhos, que lá aprenderiam um ofício e, além disso, teriam casa, alimento e alguma remuneração.

A percepção pela população de que o Exército era formado por pessoas desqualificadas, dos setores inferiores da sociedade, também desestimulava o voluntariado, apesar da oferta de prêmios em dinheiro ou terras, além de aumentar a resistência ao recrutamento. Tal impressão é formalizada na fala de Caxias, em 1860,

Á vista destes favores oferecidos aos voluntários e engajados, maravilha que a maior parte do exercito não seja composta delles. É entretanto o contrario: todas essas vantagens não são sufficientes para vencerem a repugnância do nosso povo ao serviço das armas. Á excepção de muito poucos que, por dedicação a vida militar estão excluídos da regra geral da repugnância: á excepção desses moços que voluntariamente assentão praça com o fim de estudarem nas escolas superiores do exercito.

Constantemente, os relatórios ministeriais expressam a preocupação da alta oficialidade em melhorar a composição social das tropas do Exército, o que era inviável frente às condições nas quais eram recrutadas. Daí a insistência dos ministros da guerra militares como, por exemplo, Caxias e Manuel Felizardo, em propor mudanças nas formas de recrutamento, propondo uma nova legislação na qual o alistamento fosse obrigatório, como solução para melhorar a composição do exército.

A idéia do voluntariado era formar um corpo mais respeitável no Exército, como Caxias deixa transparecer em 1856, ao manifestar suas inquietações acerca da pouca qualificação dos efetivos, associando-a ao sistema de recrutamento em vigor:

É para mim fora de toda a questão, senhores, que enquanto não tivermos uma lei do recrutamento fundada nos sãos princípios da justiça e da equidade, uma lei que obrigue todos os cidadãos de qualquer condição,(...) a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular, (...), uma lei que acoroçoe por isenções e favores a voluntariedade para o serviço militar e os engajamentos dos que já servirão o tempo da lei; nunca teremos um exercito composto todo de elementos de moralidade e de ordem como convém a bem do desempenho de sua nobre missão.

E sugere até mesmo a redução no efetivo, pois de acordo com Caxias “é mais conveniente ter um exército pequeno, porém composto de bom pessoal, bem pago, bem disciplinado, e bem fornecido do necessário, do que um maior que não possa ser mantido nessas condições”.

Durante a Guerra do Paraguai que se alongava, contrariando as expectativas de uma campanha breve, o Império lançaria mão de medidas cada vez mais desesperadas para dar fim ao conflito. Após a primeira onda de entusiasmo, o fluxo de “voluntários

da pátria” diminuiu bruscamente, lançando-se mão do recrutamento forçado, com toda a intensidade, para o preenchimento das fileiras.

Entre as críticas ao recrutamento forçado, estava a dos professores primários da Corte que tinham uma opinião muito desfavorável sobre a Guerra.

Suas críticas voltavam-se para a ‘grande caçada’ aos desvalidos, aos pobres jovens brasileiros, por ocasião do recrutamento. As contradições evidentes entre a política educacional direcionada à população livre e a prática corrente de incorporar ao aparato militar os jovens e adultos, prejudicando a frequência masculina às aulas públicas de instrução primária, foram apontadas e questionadas pelos mestres. (MARTINEZ, 1997, p. 44)

Dada a urgência da situação e os já amplamente conhecidos limites do recrutamento forçado para arregimentação das tropas, apelar-se-ia também para o destacamento imediato da Guarda Nacional, uma medida controversa, pois, ao transferir grandes contingentes da Guarda para a frente de batalha e subordiná-los ao Exército, o governo imperial interferia diretamente na autoridade dos chefes locais, visto que a referida instituição era uma instância desse poder.

Por fim, para suprir as necessidades crescentes de soldados e, também, possibilitar a determinados grupos se ausentarem da convocação, o recrutamento foi direcionado para os escravos. Seriam libertados os escravos da nação e das ordens religiosas e comprados, a preço de mercado, outros tantos de particulares para se incorporar às fileiras. Previstos na legislação, os libertos substitutos seriam a contrapartida para os altos índices de deserção dos guardas nacionais destacados para a Guerra.

Contudo, o governo imperial tomou medidas para legalizar o recrutamento de escravos urbanos, por exemplo, taxando os serviços destes na Corte e em outras cidades do Império, o que contrariou os proprietários escravistas. Na colisão dos interesses da propriedade privada com os interesses do Estado, restava a esse a desapropriação, recorrendo a precedentes ocorridos nas guerras de Independência (SOUZA, 1996). A ameaça de transferência de mão-de-obra para a frente de batalha, em números até então desconhecidos, ou mesmo a possibilidade de criação de novos impostos, para sustentar a guerra, foram questões que indispueram os proprietários quanto à cooperação com o governo.

Quadro VI - Contribuição ao esforço de guerra (1865-1870)

	1865	1866	1867-68	1869	1870	Total
Engajamento	254	43	–	53	10	360
Voluntários	841	706	213	431	376	2,567
V. da Pátria	10.274	26.904	1.345	781	49	39.353
Recrutados	1.435	3.543	5.894	3.512	1.806	16.190
G. Nacional	14.619	12.784	7.548	1.455	377	36.783
Libertos	–	–	4.081	1.854	10	5.945
Substitutos	–	–	–	203	55	258
Total	27.423	43.980	19.081	8.289	2.683	101.456

Fonte: Mendes (1997)

Nas indicações do quadro é possível evidenciar claramente a preponderância da contribuição dos Voluntários da Pátria e dos Guardas Nacionais destacados no esforço total da guerra. A alforria de escravos e a substituição pessoal, por sua vez, embora importantes, não teriam peso decisivo no total. A visão historiográfica que sugere um exército maciçamente composto de ex-escravos não se sustenta empiricamente, pois, de acordo com os números dos relatórios ministeriais, fonte da pesquisa de Fabio Mendes, os libertos significariam em torno de 6% dos efetivos mobilizados. Entretanto, há indicações de que esses dados estariam sub-representados, visto que, Jorge Prata de Souza (1996) usando fontes cartoriais, localizou um número de alforrias maior que aqueles indicados nos relatórios. Ademais, o quadro demonstra o decréscimo progressivo da contribuição de voluntários da pátria e guardas nacionais no decorrer do conflito, apontando as dificuldades crescentes no alistamento dessas categorias.

Entretanto, as relações entre os escravos negros e a oficialidade é questão complexa que foi objeto de exame por pesquisadores que estudaram a trajetória do Exército no Império. Na década de 1960, Nelson Werneck Sodré (1965), enfatizando o viés progressista dos militares nas décadas de 1870/1880, trabalhou com a idéia de associar a oficialidade do Exército às camadas médias e, portanto, contrária a escravidão e identificada com a causa abolicionista. No entanto, alguns pesquisadores mostraram-se mais céticos quanto ao aspecto progressista e abolicionista da oficialidade e em relação à pretensa solidariedade dos oficiais em relação aos escravos.

Para Kraay (1996), o “abrigo da farda” era precário, referindo-se aos cativos que fugiam de seus senhores para se alistar no Exército, já que não faltavam aliados aos senhores na busca aos fugitivos. Contrariando o argumento de que por serem da classe média, os oficiais não tinham escravos, apresenta o resultado de suas pesquisas, realizadas na Bahia, onde identificou que 65% dos oficiais possuíam escravos. Essa condição de proprietários reforçava nos oficiais o compromisso com o dever de manter a lei, devolvendo os escravos fugidos. Embora muitos oficiais tivessem se engajado na campanha abolicionista na década de 1880, o autor questiona a tese do “abolicionismo militar” sustentando que, nas suas relações com os fugitivos, o Exército teve uma atitude muito mais complexa e contraditória. Como observado por Kraay (1996), “raramente preocupou a maioria destes oficiais a contradição que os estudiosos hoje percebem, entre o esforço para ‘profissionalizar’ ou ‘modernizar’ a instituição militar e ao mesmo tempo apoiar a escravidão”.(p. 29-56)

Em um texto sobre a campanha do Paraguai que associa Exército, cidadania e escravidão, Ricardo Salles (1990) adverte que a formação do Exército brasileiro se deu de forma contraditória: ao mesmo tempo nacional/cidadão e escravista, devido à natureza da sociedade imperial. E era nas relações internas da instituição que essa contradição se manifestava. O próprio Caxias era contrário à participação de escravos no Exército, pois achava que isso significaria um rebaixamento dos oficiais. Em uma correspondência ao Ministro da Guerra, em 1868, Caxias, já comandante das forças no Paraguai, buscando as razões para o comportamento “vergonhoso” das tropas em combate, deixa clara sua posição:

Ou seja porque a introdução do elemento servil nas suas fileiras esteja produzindo já seus maléficos resultados por meio dos exemplos imorais, e de todo contrários à disciplina, e subordinação dados constantemente por homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, e que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor, (...) ou seja, finalmente, porque a maioria dos oficiais de quaisquer patentes não exerça sobre seus subordinados aquela influência moral.(CAXIAS *apud* SALLES, 1990, p. 135)

Dessa forma, as necessidades prementes de recrutamento, impostas pela Guerra do Paraguai, agudizaram as contradições que impediam a formação de um exército profissional, bem instruído e disciplinado, de acordo com o padrão das nações ditas civilizadas. A concepção de um exército moderno, baseado na conscrição dos cidadãos e da carreira militar aberta a todos, esbarrava na estrutura de classes da sociedade

imperial escravista (SALLES, 1990). Ao propor, reiteradas vezes, o recrutamento obrigatório, Caxias não percebia que não poderia haver lei de conscrição sem extensão dos direitos de cidadania ao conjunto da sociedade.

Tal pressuposto explica o fracasso da nova lei do recrutamento, na reforma de 1874, processada pelo ministro da Guerra Oliveira Junqueira, durante o Gabinete Conservador Rio Branco. A lei de 1874 estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento, abolindo, oficialmente, as punições corporais, embora elas tenham permanecido por muito mais tempo ainda, tanto no Exército como na Armada. O “princípio da igualdade” que deveria nortear a nova lei era válido para poucos, sobretudo pelo fato de a lei conceder aos que não quisessem cumprir o serviço militar a opção de pagamento em dinheiro ou oferecer substitutos, além de isentar bacharéis, padres, proprietários, comerciantes e outros, do alistamento. Como resultado, o recrutamento continuou a pesar exclusivamente sobre indivíduos sem recursos ou sem proteção política (CARVALHO, 1978).

As discussões na Câmara dos Deputados podem fornecer uma idéia de que, mesmo após a nova lei, o recrutamento continuou a ser tema polêmico e sem solução, dentro daquela estrutura social. Num discurso, em 1888, o Ministro da Guerra Thomaz Coelho de Almeida, aborda a instrução militar e a disciplina, citando o exemplo do exército prussiano, e discorrendo sobre o plano de reorganização do Exército e a lei do recrutamento. Enquanto o deputado Zama, defendendo a lei de 1874 e referindo-se à forma anterior de recrutar afirmava que: “o recrutamento, como se fazia, trazia para o exercito as fezes da sociedade; esta é a verdade”, o ministro retrucava: “também o voluntariado não expungiu o exercito desse mesmo mal. À sombra do voluntariado tem-se alistado, infelizmente, viciosos e malfeitores, que acoçados pela policia, se vem abrigar no exercito”. Já o deputado Andrade Figueira, alegando as reclamações que vinham de várias províncias, principalmente as do interior, apoiava a volta do sistema de recrutamento forçado, como forma de policiar as populações do interior, manter a ordem e a tranqüilidade e mesmo de obrigar ao trabalho indivíduos ociosos. O que justificava tanta preocupação do parlamentar era o número de libertos gerado pela então recente promulgação da Lei Áurea.

Em defesa dos libertos, Joaquim Nabuco, deputado liberal, denuncia a possibilidade de os recém-libertados serem alvos do recrutamento forçado empreendido pelo governo para suprir claros existentes nas fileiras do Exército.

Durante a discussão do projeto do orçamento do Ministério da Guerra, o pronunciamento de Thomaz Coelho indica que, mesmo ao fim do Império, nada havia mudado em relação ao padrão de recrutamento para o Exército, reiterando a função “pedagógica” atribuída ao alistamento forçado onde a opção era continuar

[...] preferindo recrutar os vadios, os ociosos, de preferência aos indivíduos que procuram no trabalho honesto, meios de subsistência, porque aquelles, em regra, encontram no serviço militar prompta regeneração e reabilitação; não pretende, porem, alistar no exercito criminosos, indivíduos perdidos de vícios, porque a profissão das armas é muito nobre e a missão do exercito muito elevada, para que possa servir de receptáculo a gente de semelhante ordem.

Na direção contrária, o senador Henrique D’Ávila, proveniente do meio militar, se posiciona contra o prêmio pago a quem se voluntariasse ao serviço militar que “impossibilita de chamar para as fileiras do exercito homens instruídos e educados, continuando o exercito a ser supprido com a peor classe de nossa sociedade”, sugerindo ainda o sorteio como único recurso aceitável. O senador Henrique D’Ávila havia proferido, em 1885, uma série de palestras para militares que foram publicadas pela *Revista do Exército Brasileiro*, com o objetivo de “proporcionar à classe militar ocasião de manifestar francamente as suas idéias acerca de uma completa reorganização”, referindo-se ao Exército Imperial.

Ressalta-se, por fim, que a organização dessas palestras, bem como a existência dessa Revista e de outras publicações militares, a partir de fins da década de 1870 e durante a de 1880, eram sintomáticas do clima geral de insatisfação no meio militar, refletindo também a necessidade sentida pela corporação de encontrar um canal para expressão de suas opiniões e para debates sobre temas de interesse para a oficialidade do Exército.

2.3.2. O recrutamento de oficiais

No decorrer do Império, a composição social da oficialidade do Exército vai se modificando. O oficialato das primeiras décadas, de características aristocráticas, resultante da tradição militar portuguesa cede lugar, principalmente a partir da reforma

de 1850, a um recrutamento cada vez mais endógeno à própria corporação, que vai se compor por indivíduos, predominantemente, das camadas médias da população e até mais pobres. As mudanças instituídas pela lei que regulamentou as promoções no Exército, atrelando-as ao tempo de serviço e à formação acadêmica militar, retiraram grande parte do interesse que, apesar dos baixos soldos, a carreira militar podia despertar nos filhos da elite. Estes passaram, então, a preferir as escolas de Direito, já que a formação de bacharel facilitava o acesso aos cargos políticos e à burocracia governamental, sem necessidade de cumprir tempo de serviço (SCHULZ, 1994).

A lei de 1850 burocratizou as promoções no Exército, sedimentando, aos poucos, a meritocracia e inibindo o clientelismo, muito embora o favoritismo e o critério político ainda continuassem pautando, de certa forma, a ascensão na carreira. Benjamin Constant Botelho de Magalhães constitui um exemplo do tipo de indivíduo que se interessa pela carreira das armas, nesse período de reestruturação do ensino militar, destino dos jovens, sem padrinhos políticos e sem fortuna. De origem modesta, órfão de pai e arrimo de família aos 12 anos, foi admitido na Escola Militar, em 1852, como tantos outros filhos de famílias sem posses. Pouco afeito à carreira militar, apesar de formado engenheiro, dedicou-se ao magistério, atuando como professor de matemática nas Escolas Normal, Militar e Naval. Sentia-se frustrado em sua trajetória profissional, sempre às voltas com as dificuldades financeiras, já que nunca conseguiu ser nomeado professor catedrático, cujo salário seria importante para o sustento de sua família. A promoção a tenente-coronel só viria três anos antes de falecer, em 1891. (CASTRO, 1995)

Para essas pessoas, a motivação para a Escola Militar vinha, não tanto pela vocação, mas pelas possibilidades de ascensão social e facilidade para os estudos que a instituição propiciava, na medida em que os alunos recebiam um pequeno soldo. (IZECKSOHN, 2002) Ademais, o caráter permanente da instituição militar assegurava uma estabilidade impossível a outras carreiras da burocracia imperial, sujeitas à instabilidade político-partidária. Tal estabilidade era valorizada por aqueles que não tinham proteção política ou os meios de custear os cursos de Direito ou Medicina.

Já na Marinha, o padrão de recrutamento manteve, durante todo o Império, um caráter aristocrático acentuado, após a Independência, pelo engajamento de oficiais ingleses de origem nobre (CARVALHO, 2003). Os fardamentos caros, exigidos para o ingresso na Escola Naval, tornavam-na restrita a alunos de famílias ricas que podiam

arcar com os custos desse enxoval. Assim, tornar-se oficial da Marinha podia ser uma alternativa de formação militar para os filhos da elite que não quisessem ser bacharéis ou médicos. Ficou registrado nas memórias do médico Augusto José Pereira das Neves a mudança na carreira do filho: “A 15 de março de 1879, entrou José Maria para o Collegio Naval, sua espontanea vocação, pois elle mesmo pedio-me para deixar o Collegio Pedro II e seguir os estudos da Marinha” (MAUAD, 1999, p. 152). O Colégio Naval foi criado em 1875, a fim de preparar jovens para a matrícula ao curso da Escola de Marinha.

2.4. A profissionalização do Exército: “uma carreira aberta ao talento”?

A discussão sobre a profissionalização do Exército começa, nos anos 1960, no campo da Sociologia, principalmente com Samuel Huntington e a tese da “military mind”, que teve como base para sua pesquisa o exército norte-americano. A equação proposta por este autor é que quanto mais profissional um exército é, menos politizado e mais controlado ele será pelo poder civil.

No caso brasileiro, as frequentes intervenções militares, ensejaram a pesquisa acerca da trajetória do Exército, sua atuação política e seu processo de profissionalização e da relação entre esses aspectos. Alguns historiadores, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos, brasileiros e americanos, debruçaram-se sobre essas questões.

John Schulz (1994), em sua tese de doutorado, corroborou algumas idéias já presentes em Nelson Werneck Sodré (1965), atestando, empiricamente, a composição crescente do Exército por indivíduos das camadas médias e, ainda, comprovando a tendência ao recrutamento endógeno para o Exército, cada vez mais composto por filhos de militares. Schulz, assim como Huntington (1964), utilizando o modelo funcionalista em seu trabalho atribui ao fator educação, principalmente às mudanças no currículo dos militares, a profissionalização do Exército. Enfatiza os efeitos da lei de 1850 que, ao estabelecer requisitos mínimos de tempo de serviço e educação, “aceleraram a transformação social e intelectual da oficialidade”, tornando, assim, o Exército uma “carreira aberta ao talento” (SCHULZ, 1994, p. 27). O autor utiliza, ainda, alguns critérios para demonstrar profissionalização do corpo de oficiais: após 1850, houve um declínio de membros da elite na composição do generalato, bem como, da participação

de militares em cargos políticos. Ademais, a padronização da carreira, tornaria o militar menos ligado à origem social e mais dependente da hierarquia, de seus laços dentro da corporação, em vez de ligações políticas estabelecidas fora do exército.

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (2003), ao examinar os militares na construção da ordem imperial, associa esse processo de passagem pela carreira como fator comum à padronização da elite política no Império, pois, segundo ele, “ao lado da educação, a ocupação constituiu um importante fator de unificação da elite imperial”. (p. 116)

Em um trabalho anterior, este autor busca compreender a atuação das Forças Armadas na Primeira República. Mais preocupado com o aspecto organizacional do Exército, José Murilo usa como fontes teóricas para o estudo, notadamente, os trabalhos de Janowitz (1965) e de Edmundo Coelho (1976), que pesquisaram os militares a partir desta perspectiva. É um texto de padrão sociológico, cuja variável independente para explicar as rebeliões militares na Primeira República é o tempo de promoção na carreira. A estrutura do corpo de oficiais no Exército possuía uma base larga composta, em sua maioria, de tenentes, que se transformava num verdadeiro funil, pela lentidão nas promoções, gerando insatisfação e ressentimento.

Voltado para a importância dos fatores organizacionais para a análise do comportamento dos oficiais, José Murilo de Carvalho (1978) não focalizou a questão da identidade nem do imaginário militar. No que concerne ao Império, admitiu a relevância da Escola Militar da Praia Vermelha, qualificando seu ensino como “bacharelesco” e, sem abordar a questão da profissionalização, dividiu a oficialidade do Exército em grupos de “doutores” ou “bacharéis de farda” *versus* “tarimbeiros”. (p. 196)

Já o estudo de Ricardo Salles (1990), sem se referir à reforma de 1850, sugere que a criação de um exército profissional no Brasil imperial trouxe uma necessidade ampliada de quadros, até então nunca vista, criando, efetivamente, uma profissão militar como atributo de uma parcela assalariada da população. Contudo, segundo o autor, o acesso ao oficialato não se estendeu ao conjunto da população, em virtude das promoções e do acesso à carreira militar ficarem restritos, em sua maioria, “aos proprietários de terras e às camadas médias que mantinham algum vínculo com as instituições e o sistema econômico e administrativo”. (p. 137-138)

Trabalhando com outro condicionante para a profissionalização do Exército, além da educação, William Dudley (1976) recorre à esfera política para a inteligibilidade desse processo. O autor sustenta que o fim das revoltas regenciais e a eclosão dos conflitos no Prata acenaram para a necessidade de reorganização do Exército, cujas reformas articulavam-se à consolidação da ordem imperial, no período conhecido como Regresso Conservador.

Seguindo nessa linha que prioriza o aspecto político da questão da profissionalização, o trabalho de Adriana Barreto de Souza (1999), que focalizou o Exército durante a fase de consolidação do Império, parte do conceito de modernização conservadora para propor que:

A elite política não era contrária ao Exército. Ela, na verdade, elaborou e pôs em prática um vasto projeto de reforma das forças de linha. Devemos chamar atenção para o fato de que esse projeto foi organizado a partir de diretrizes políticas bastante específicas. O Exército imperial foi reorganizado seguindo uma orientação conservadora, o que limita o seu alcance mas não invalida a idéia de reforma. (p. 27)

Apesar de concordar com esse prisma político do movimento de reorganização das forças militares, Vitor Izecksohn (2002), segue na direção de Schulz (1994), destacando a importância da lei de 1850, que regulamentou a ascensão na carreira militar, como fator para a profissionalização do Exército. Procurando conciliar o viés político com a questão da formação, o autor viu as reformas efetuadas no ensino militar, ao longo do século XIX, da seguinte maneira:

A Monarquia não foi, em princípio, avessa à profissionalização do Exército; apenas destinava a ele um papel técnico e secundário na vida política nacional. A expansão da educação militar era, portanto, um alento significativo para a formação de um núcleo profissional de oficiais numa carreira em que a ascensão normalmente ligava-se a uma situação familiar, ou aos contatos com o mundo político monárquico. (IZECKSOHN, 2002, p. 59)

Ainda segundo este autor, o modelo de profissionalização vislumbrado pela alta oficialidade era europeu, notadamente, prussiano, muito embora a formação desses oficiais tenha sido marcada, tanto nos currículos quanto na legislação, implantada a partir da reforma de 1839, pela influência francesa (MOTTA, 1998). A idéia não era democratizar a instituição, e sim, reorganizá-la em moldes mais modernos, torná-la mais eficiente, a partir de um efetivo militar mais instruído e mais preparado. Entretanto, contrapondo-se à Schulz (1994), sugere que as reformas não visavam transformar o

Exército numa “porta aberta ao talento”, e que a intenção de Caxias, por exemplo, era tornar o Exército mais profissional e melhorar a sua capacidade organizacional. Na prática, a profissionalização gerou um caminho natural para jovens de origens modestas, filhos de pequenos sitiantes e de pequenos comerciantes.

Sob um enfoque antropológico, Celso Castro (1995) faz uma etnografia dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, trabalhando com os conceitos de identidade, cultura e ação política, a fim de compreender as condições de emergência e de atuação de um grupo de oficiais no processo que desembocou na República. Considerando a profissionalização como uma tendência mundial, ele vai contra as teses que apontam a profissionalização do Exército como fundamento para a República. Apontando para a questão geracional, sugere que quem esteve à frente do golpe da República não foram os antigos oficiais da Guerra do Paraguai, chamados “tarimbeiros”, que não estavam mobilizados, e sim a mocidade militar formada na última década. Celso Castro (1995) diagnostica as divisões dessa geração de oficiais, de 20 a 30 anos, que disputa o poder, entendendo a República como um fenômeno gerado pela insatisfação dessa geração que não participou da guerra e que se sentia duplamente marginalizada: pela Monarquia dominada pelos bacharéis de Direito e por um Exército obsoleto que não se modernizava e não contemplava suas reivindicações.

Por fim, o estudo de Hendrik Kraay (2001) corrobora a posição de Celso Castro (1995), negando a importância da profissionalização dos militares no processo da República. Segundo Kraay (2001), não há um conceito de profissionalização e sim, de profissionalismo do Exército, que ele localiza ainda no período colonial, em fins do século XVIII, não como resultado da reforma de 1850 que, como foi visto, padronizava a ascensão na carreira, vinculando-a ao mérito acadêmico e à antigüidade.

2.5. A politização dos militares

O isolamento dos militares das outras estruturas burocráticas do Estado constitui ponto comum em quase todas as análises recentes acerca do funcionamento do sistema político imperial. Se, durante o Primeiro Reinado, um grande número de oficiais ocupou cargos políticos, a partir de 1850, esta participação foi decrescendo, atingindo seu nível mais baixo na última década do Império. As pesquisas empíricas realizadas por Schulz

(1994) e adaptadas por Adriana Barreto de Souza (1999), em sua pesquisa, ilustram esse fato.

Nessa amostragem, a participação política dos militares declinou, enquanto os níveis de profissionalização aumentavam, promovendo uma redefinição do papel social e político do Exército. Organizando esses dados, comporíamos o seguinte quadro:

Quadro VII - Oficiais no Senado do Império

1822-1831	1831-1864	1864-1889
12 senadores	8 senadores	3 senadores

A análise da ocupação dos senadores revela o predomínio absoluto dos magistrados, seguido dos militares que se destacaram como o segundo grupo de maior representação, até a metade do século XIX, quando diminui significativamente a atuação dos militares nessa instância parlamentar. Esse peso dos militares pode ser atribuído ao fato de que os senadores eram escolhidos pelo imperador, a partir de uma lista tríplice, o que aumentava as possibilidades dos militares, seja em virtude da lealdade ao imperador, ou mesmo, como prêmio pelos serviços prestados à Monarquia, como foi referido no início desse capítulo.

Entretanto, na composição dos gabinetes ministeriais, há um acréscimo na participação de oficiais, sendo que, em relação à pasta da Guerra, é possível afirmar que até 1865 todos os ministros pertenciam ao alto oficialato, com exceção de dois civis que assumiram interinamente. (SOUZA, 1999, p. 58)

Quadro VIII - Algumas ocupações dos ministros no Império

	1822/1853	1853/1889
Magistrados	40,77%	19,82%
Oficiais	33,98%	12,06%
Padres	0,97%	–
Funcionários públicos	4,85%	1,72%
	(N=103)	(N=116)

Fonte: Souza (1999)

No período citado, o auge da representação do Exército é no Conselho de Estado, explicitando os laços que uniam a alta oficialidade à Monarquia. É importante lembrar que, em todo o período imperial, essa foi a única instituição cujos membros eram nomeados pessoalmente pelo imperador. Embora não haja dados precisos acerca da composição dos deputados nas primeiras legislaturas, é provável, contudo, que na Câmara os militares tenham tido uma participação bastante restrita.

Quadro IX - Oficiais no Conselho de Estado

1822/1850	1850/1889
37,9%	12,1%
(N=29)	(N=33)

Fonte: Souza (1999)

Todavia, com a contribuição da Guerra do Paraguai, um novo tipo de politização se processou na corporação que, a partir da insatisfação profissional, formulou uma crítica incisiva à capacidade civil de comandar os interesses militares. Desde o início das operações era claro que o Império não estava preparado para um conflito de tal proporção, devido a natureza do recrutamento e a conseqüente composição do Exército, além do que seu efetivo era reduzido, sem treinamento e disciplina adequados a uma guerra longa, travada em território estrangeiro. A ordem monárquica criava embaraços à expansão da profissionalização num momento em que esta era fundamental para a defesa da nação.

Se, até então, o Império não tinha interesse em impedir a profissionalização, a Guerra evidenciaria as mazelas da corporação, que a impediam de defender o território com a eficiência necessária. Dessa forma, o conflito acelerou demandas de profissionalização, que não podiam ser atendidas na ordem política imperial. Por conseguinte, essas demandas se confundem, cada vez mais, com a hostilidade ao sistema político, produzindo uma politização no Exército contrária aos interesses da Monarquia. (IZECKSOHN, 2002)

Conforme observado por José Murilo de Carvalho (2003), após a Guerra do Paraguai, tem início a formação de uma “contra-elite militar, de características distintas da elite civil, tanto em termos sociais como ideológicos” (p. 55), cujas demandas e lideranças, a elite política não terá a capacidade de absorver ou eliminar, constituindo, segundo ele, o principal elemento da destruição do sistema imperial.

Na década seguinte à Guerra do Paraguai, ocorreriam profundas transformações no cenário político e ideológico do Império, abrindo uma era de intensas críticas à ordem vigente, provenientes dos mais diversos grupos sociais. Na ordem econômica, a expansão acelerada da lavoura cafeeira em direção ao oeste paulista, deslocando o eixo econômico do Império da antiga província fluminense, assim como os efeitos da crise do trabalho escravo e do tráfico interprovincial, reconfigurariam a geografia econômica e política. Tais transformações marcariam a emergência de novas elites econômicas e intelectuais, descontentes e com voz mais ativa. Simultaneamente, o republicanismo, o abolicionismo e o positivismo, repovoaram o universo intelectual e político da última década do Império.

Nesse momento de crise do trabalho escravo, base da economia brasileira, o acesso a uma instituição diretamente envolvida com a segurança e a defesa da nação possibilitou que uma intelectualidade militar começasse a elaborar um projeto alternativo de nação que, apesar de difuso e de um matiz corporativo, se diferenciava das práticas políticas da elite escravocrata do Império. De acordo com Izecksohn (2002), a insatisfação profissional de um grupo de oficiais, que ele intitula de “núcleo profissional”, permitiu que ela se expandisse para outros setores da corporação, “segundo uma visão particular do papel do Exército quanto à política nacional, que vinculava-se, prioritariamente, a um novo projeto para a instituição, demonstrando que a questão profissional podia trazer uma série de outras demandas”. (p.161)

Reforçando a noção do grau de politização dos militares nos últimos anos do Império, aparecem as preocupações manifestadas pelos políticos na Câmara, que não estava imune ao clima geral de insatisfação que pairava no meio militar. Em grande parte do ano parlamentar de 1888, as discussões denotavam essa percepção, como no diálogo ocorrido durante a apresentação da proposta de fixação das forças de terra, em que o Ministro da Guerra Thomaz Coelho é inquirido: “Sua Excelência pode afiançar desta cadeira que a disciplina militar, hoje nos poderá tranquilizar de tal forma que nem o mais leve receio se suscite em relação às nossas instituições?”. Ao que o ministro responde: “o governo tem a mais plena confiança no espírito de subordinação e disciplina militar do exercito”.

Algum tempo depois, o deputado liberal Pedro Luis, criticando os gabinetes conservadores, faria a seguinte avaliação:

Entre nós os perigos da anormal situação das forças militares enche de receios pela segurança e pela paz publicas [...] O descalabro da administração, depois de 1885, há sido tal na gestão dos negocios da marinha e guerra, a política por tal modo invadiu o exercito e a armada, que a disciplina perdeu-se de todo.

E, referindo-se ao período anterior, de governos liberais: “[...] antes daquelle tempo nós não tínhamos visto o exercito e a marinha constituídos verdadeiras corporações políticas; nós não tínhamos visto o estabelecimento de clubs militares e navaes; nós não tínhamos visto ainda surgir questão militar”.

A crítica do deputado atribui esse movimento de politização nas forças militares à atuação dos respectivos ministérios que, segundo ele, se tornaram instrumentos de combate partidário, levando os militares a se organizar a fim de não se reduzirem ao papel de meros instrumentos ao sabor das influências político-partidárias. Advertindo os ministros da necessidade imperiosa de manutenção da disciplina nas Forças Armadas, de promover a instrução profissional das tropas e garantir os direitos adquiridos pelos militares, quer seja pela instrução, ou pelo mérito, o deputado Pedro Luis conclui profeticamente “Do contrario, da marinha e do exercito virá para este paiz o maior dos perigos contra as nossas instituições” sob pena de ver surgir, mais terrível do que para o ministério anterior, a questão militar”.

Briga partidária à parte, o deputado apresentava alguns dos aspectos corporativos que estavam no cerne das questões militares: a desvalorização e obsolescência do Exército, a falta de treinamento específico, os baixíssimos soldos, a permanência de critérios políticos e de apadrinhamento para as promoções na carreira. É o que assinala o depoimento do deputado Clarindo Chaves, exortando o ministro Thomaz Coelho a melhorar o Exército, concedendo vantagens aos militares que, “sendo árduo o seu trabalho recebem vencimentos inferiores aos contínuos de qualquer repartição; e, enfim eleve o exercito, que deu provas de heroísmo e temeridade na ultima campanha que tivemos com a Republica do Paraguay”.

Quadro X - Quadro de soldos mensais dos oficiais do Exército

Marechal de exercito	500\$000
Tenente-general	400\$000
Marechal de campo	300\$000
Brigadeiro	240\$000
Coronel	200\$000
Tenente-coronel	160\$000
Major	140\$000
Capitão	100\$000
Tenente ou 1º tenente	70\$000
Alferes ou 2º tenente	60\$000

(Decreto nº 2105 de 8/02/1873)

Fonte: Anexo ao *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e interino dos da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

A título de comparação, os quadros seguintes, sobre os salários pagos a outros profissionais, não só confirmam o depoimento do deputado Clarindo Chaves, como podem fornecer uma idéia aproximada de quão baixos eram os soldos da oficialidade do Exército, em sua maioria, formada pelas baixas patentes, capitães e tenentes.

Quadro XI - Alguns salários pagos pelo Estado Imperial em 1870

Profissão	Vencimentos anuais
Contínuo de secretaria	1:400\$
Professores primários	1:200\$, sendo que o ordenado era de 800\$

Fonte: Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte (1871, p. 13).
apud LEMOS, Daniel C. A. (2006)

Quadro XII - Vencimentos mensais dos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1862).

Diretor	333\$333
Lentes proprietários	266\$266
Lentes substitutos	200\$000
Opositores	100\$000

Fonte: GARCIA(2005)

Assim, é possível observar nos dados apresentados que os soldos anuais de capitães e tenentes regulavam com os vencimentos dos professores primários da Corte, bem como dos opositores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Da mesma forma, os soldos das referidas patentes estavam aquém dos salários dos contínuos das repartições.

2.6. As práticas educativas no Exército

As iniciativas educativas de caráter formal emergiram, no seio da instituição militar, acompanhadas de uma perspectiva assistencialista, associada à filantropia, em um discurso predominante à época, quando se tratava da formação e educação das camadas mais pobres da população, tendo em vista um projeto mais amplo de controle social. Por outro lado, a situação de desprestígio do Exército, como descrito anteriormente, dentro da sociedade imperial, fazia com que este fosse composto pelos indivíduos mais pobres que, historicamente, não tinham acesso a qualquer instrução, numa sociedade em que a educação escolar pouco se disseminara. De acordo com o senador Silveira Lobo, em 1869, a própria Corte tinha apenas 4.800 alunos primários para uma população estimada entre 400.000 e 500.000 indivíduos.

Mesmo alguns anos depois, continuavam pouco animadoras as estatísticas gerais de instrução no Império, conforme o relatório apresentado pelo senador Correia, denunciando a maioria de analfabetos:

A população livre recenseada, excluídos os menores de cinco annos, eleva-se a 7.143.023. Sendo o numero dos que sabem ler 1.563.078, deixam de ter recebido a menor instrucção 5.579.945 pessoas das que deviam ter freqüentado a escola. (...) Da população escrava, os que sabem ler, não passam de 1403. (...) O número total das escolas do Império é actualmente de 5.488, sendo 3.454 para o sexo masculino e 2.034 para o feminino. O numero de alumnos que receberam instrucção primaria em todo o Império, não comprehendidas as províncias de Piauhy e Espirito Santo, foi de 116.544 do sexo masculino, e 56.258 do sexo feminino, ao todo 172.802.

Essas contingências marcariam a prática pedagógica no interior do Exército, o qual, ademais da instrução propriamente militar, assumiria a responsabilidade pela instrução de graus inferiores, que, em princípio, não lhe caberiam. Claudia Alves (2002) sugere a organização de um campo educativo no Exército a partir de meados do séc. XIX, onde “uma série de práticas foram se instituindo no interior da corporação

colaborando para edificar a idéia de um exército educador” (p. 218). Além da participação dos militares no ensino superior e no secundário, temas que serão examinados mais adiante, no capítulo 4, havia também outras iniciativas de instrução elementar, destinadas não somente a soldados, mas também a civis, tanto adultos quanto crianças.

Uma dessas iniciativas foi a implantação de escolas elementares que funcionavam nos arsenais de Guerra, denominadas Companhias de Aprendizes Menores, onde os meninos, de oito a dezesseis anos recebiam as lições de primeiras letras, bem como aprendiam um ofício.

Quadro XIII - Mapa demonstrativo dos Aprendizes Menores dos Arsenais

Ofícios a que se aplicam	RS	Corte	Bahia	Pernambuco	Pará	Mato Grosso
Construção	-	7	2	20	4	2
Espingardeiros	-	7	6	8	-	10
Cozinheiros	-	6	-	3	-	3
Latoeiros	-	5	9	6	-	1
Ferreiros	-	4	5	4	-	2
Funileiros	-	4	10	5	4	1
Serralheiros	-	8	6	11	4	5
Correiros,selleiros, sapateiros	-	6	5	13	3	7
Tanoeiros	-	-	-	6	-	2
Torneiros	-	5	-	-	-	1
Alfaiates	4	7	10	5	-	25
Pedreiros	-	-	1	-	-	-
Pyrotechnicos	-	-	-	-	3	-
Obra branca	-	14	29	28	-	-
Pintores	-	3	2	3	-	-
Carpinteiros e tanoeiros	21	-	-	-	-	-
Ferreiros espingardeiros	2	-	-	-	-	-
Latoeiros funileiros	10	-	-	-	-	-
Correeiros sapateiros	12	-	-	-	-	-
Machinistas	-	4	-	-	-	-
Instrumentos mathemáticos	-	1	-	-	-	-
Instrumentistas	-	1	-	-	-	-
Gravadores	-	2	-	-	-	-
TOTAL DE MENINOS	49	172	85	114	18	59

Do total de 497 meninos, 90 não eram aprendizes de algum ofício, devido a pouca idade ou a alguma outra circunstância não especificada. O perfil estabelecido no Regulamento para a aceitação dos menores não deixa dúvidas quanto à perspectiva assistencialista para sua criação, bem como, demonstra a preocupação em controlar e tornar “útil a si e à Nação”, uma parcela da população potencialmente inclinada ao “vício”, à mendicância e à “desordem”.

Art. 3º. Só podem ser admitidos nas mesmas Companhias:

1º Os expostos.

2º Os órfãos indigentes.

3º Os menores, que viverem abandonados sem superior, que vele na sua educação.

4º Os filhos de pai, que, por sua pobreza, não tiverem meios de os alimentar e educar.

É interessante observar a tentativa, em 1845, de conciliar interesses assistenciais e utilitários, associando as Companhias de Aprendizes à idéia de criação de um colégio militar para filhos de militares pobres.

[...] projectei dar maior e mais proveitoso desenvolvimento à educação artística dos aprendizes menores do Arsenal, a fim de que elles possam vir a ser hum dia bons constructores, bons machinistas, e pelo menos bons operários. [...] E se for permittida á admissão dos filhos dos militares pobres, esta criação útil ao serviço, e ás artes realisará a idéia ao mesmo tempo philantropica da projectada fundação de hum Collegio Militar.

A fim de satisfazer a necessidade de mão-de-obra operária para atendimento das demandas fabris do Exército, os aprendizes considerados preparados eram, então, encaminhados para o Corpo de Artífices da Corte. Em 1838, o relatório ministerial já apontava a finalidade utilitarista dessa iniciativa: “Muito ganha o serviço dos Arsenaes com o estabelecimento dessas Companhias, e a Fazenda Nacional tambem lucra pelo menor preço da factura e promptificação dos artigos de fornecimento bellico.”

Iniciativa semelhante ocorreu também na Marinha, com a criação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros. Posteriormente tais Companhias foram chamadas de escolas, fundadas em boa parte das províncias brasileiras. Muitos menores encaminhados para essas escolas eram considerados “problemas”, na visão das autoridades públicas e militares, dado que nos ofícios que os encaminhavam às citadas instituições, “nota-se que os chefes de polícia e juizes de órfãos tinham grande interesse

em se verem livres de menores que, para eles, representavam ameaça aos cidadãos”.(NASCIMENTO, 2001, p. 76)

É importante salientar que tais práticas educativas não eram exclusivas às Forças Armadas, antes, estavam presentes em outras esferas da estrutura imperial. As autoridades do Império acreditavam, como na Europa das “nações civilizadas”, que a associação entre instrução e trabalho traria bons resultados. Visavam, de um lado, eliminar a indigência e, de outro, uma forma de poupar a força de trabalho escrava, conforme se depreende do Regulamento, promulgado pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, para admitir “meninos órfãos ou filhos pobres nas obras públicas da província, a fim de aprenderem os ofícios mecânicos que possam ser ensinados nas ditas obras”.

Até mesmo a Igreja manteve práticas de educação para o trabalho, entre as crianças indígenas, desenvolvidas no Pará. Foi o caso do Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da “Providência”, criado em 1883, pelo bispo D. Antonio Macedo Costa, para educar meninos desvalidos dos povoados do interior, das “selvas” e das capitais das províncias amazônicas. (RIZZINI, 2006).

Além dos Arsenais, outras fábricas do Exército abrigavam aprendizes e mantinham escolas de primeiras letras. Da mesma forma, havia escolas também nos presídios e nas colônias militares fundadas no interior do país e, até mesmo, no Asylo dos Inválidos da Pátria, que será focalizado no capítulo 3.

Com o objetivo de melhorar a instrução nos corpos do Exército são criadas as escolas regimentais. Destinadas a oficiais subalternos e, principalmente, soldados, objetivavam ensinar as noções de leitura, escrita, geometria, desenho linear e aritmética. Com o Regulamento de 1874, que reorganizou todo o ensino militar, o currículo das escolas regimentais foi ampliado e incorporou outras disciplinas, refletindo a urgência de qualificação dos efetivos militares, suscitada pela Guerra do Paraguai.

As necessidades geradas pelo conflito aceleraram a distinção das funções dos aprendizes artífices e dos aprendizes artilheiros. Enquanto as Companhias ou Depósitos de Aprendizes Artífices permaneceram formando uma reserva de mão de obra operária, organizaram-se, na década de 1860, os Depósitos de Aprendizes Artilheiros, destinados a preparar artilheiros mais qualificados. Pelo mesmo decreto são criados também os

Depósitos Especiais de Instrução e Disciplina para formar praças para as diferentes Armas do Exército.

Os critérios para a admissão ao Depósito de Aprendizes Artilheiros, que recebia principalmente recrutas, órfãos, menores abandonados e ainda, filhos de praças, com idade entre doze a dezenove anos, denotam o caráter assistencialista e de controle social, que caracterizou as práticas de ensino elementar no Exército. Em fins do Império, o Depósito transforma-se em Escola, cujas restrições ao acesso de analfabetos, levariam a uma elitização que, paulatinamente, descaracterizaria a instituição como abrigo de menores desvalidos.

Na esteira desse modelo dos Depósitos foram estabelecidas Companhias de Aprendizes Militares, nas Províncias de Minas Gerais e Goiás, que preparavam menores para servir como praças e inferiores de infantaria. Nelas, conforme o relatório do Duque de Caxias, seriam “admitidos, de preferência, órfãos desvalidos ou menores desamparados de seus pais”.

Além de prover a formação militar necessária ao contingente expressivo de menores e jovens agregados a essas instituições, tais iniciativas buscavam solucionar a questão estrutural da composição social do Exército, recrutado entre os setores mais desqualificados da sociedade imperial.

Entretanto, após a Guerra do Paraguai, no bojo das demandas profissionalizantes, as preocupações com a formação das tropas ganham uma nova conotação. Formuladas por um grupo de oficiais, que Claudia Alves (2002) denominou intelectualidade militar, essas propostas articulavam educação e projeto nacional e avocavam para o Exército o papel de agenciador desse processo. Segundo a autora “a idéia que associava serviço militar e educação se traduzia, então, em gestos que marcavam a adesão a um projeto civilizatório vinculado à própria missão do exército. Não era possível defender a pátria sem educar o cidadão”. (ALVES, 2001, p. 159)

Confiante na transformação da sociedade pela educação, reunida em torno da *Revista do Exército Brasileiro*, esta oficialidade culta propõe a idéia do Exército como escola de cidadania, conforme se verifica na palestra proferida pelo senador Henrique d’Ávila, publicada pela revista:

Se abrir escolas é fechar cadeias, disciplinar soldados, é além de tudo criar elementos de civilização que mais tarde vão exercer uma influência benéfica nas condições dos povos.

Ora, o único meio de reunir as energias sociais, harmonizá-las, concatená-las, é constituir o exército (...) constituindo-o uma escola onde todos possam receber a educação e a instrução militar.

Assim sendo, o processo de profissionalização do Exército, acelerado pela Guerra do Paraguai, também abriu espaço para a inquietação política e para o questionamento da ordem imperial. Nas décadas seguintes, diante da incapacidade demonstrada pelo sistema de absorver e atender às demandas por mudanças, esse movimento seria cada vez mais ampliado a outros setores da sociedade.

3. *“Quem dá aos pobres, empresta a Deus!”:*
o Asylo dos Inválidos da Pátria

“Eis ahi o que constitue o Asylo dos Invalidos da Pátria; eis o doce refugio de paz e de repouso, onde agasalhão-se os nobres lidadores, ou antes os martyres do valor guerreiro e do amor da pátria. O Asylo é a obra da gratidão nacional; E o abrigo contra a miséria e a mendicidade.”

(Cônego Manoel da Costa Honorato,

1869)

No presente capítulo, procuro refletir acerca de uma das práticas de escolarização do exército no período imperial, notadamente em sua dimensão assistencial, buscando identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento do Asylo, enquanto instituição destinada a abrigar e educar militares e órfãos de militares desvalidos. Para tanto, busquei compreender as relações estabelecidas entre o referido Asylo e a Praça do Comércio do Rio de Janeiro, investigando, ainda, a possibilidade de a criação do Asylo estar inserida em um modelo assistencialista de formação e de atendimento da população mais pobre.

Acompanhando um movimento internacional, surgiram várias instituições asilares: o Asylo de Mendicidade da Corte, criado em 1876, conhecido como “mansão dos pobres”, o Asylo de Meninos Desvalidos, fundado em 1875 e a Associação Protetora da Infância Desvalida, impulsionada em 1871, pela Câmara Municipal, além daquelas destinadas a acolher e educar crianças consideradas incapacitadas, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 e o dos Surdos Mudos em 1857. Essas iniciativas, entretanto, não se restringiram a Corte, conforme indica a pesquisa de Irma Rizzini (2005), que concentrou seus estudos sobre crianças desvalidas na Amazônia.

As discussões na Câmara nos dão algumas indicações nessa direção, como o projeto do deputado Manoel P. Motta, propondo a criação de um asilo para mendigos e indigentes em Porto Alegre ou, ainda, os do deputado Henrique Limpo de Abreu, sendo que um deles previa a criação de um asilo para inválidos e, outro, um asilo rural para expostos, órfãos e desvalidos.

No que tange ao enquadramento dos asilos no modelo institucional cumpre recorrer ao conceito formulado por Erving Goffman (1974) acerca das instituições totais:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. (p. 17)

Nesse sentido, as instituições criadas para cuidar de pessoas julgadas incapazes ou inofensivas são exemplos de instituições totais, como as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. (GOFFMAN, 1974, p. 16)

Caetano Furquim de Almeida, em 1865, durante uma discussão na Praça do Comércio, sobre patriotismo e as formas de ajudar a nação naquele momento de guerra, ilustra o surgimento de algumas dessas instituições asilares:

Temos fundado palacios para os indigentes, para os doudos, para os surdos mudos, para os cegos, etc., etc. O Hospital da Misericórdia e Hospicio de Pedro II são dois monumentos do seu gênero. É digno de louvores e de subido apreço à caridade que tem por fim socorrer os desherdados da especie humana, quem quer que sejam; mas com quanta maior razão não devemos socorrer aquelles que se tornarão desgraçados no serviço da patria? Os primeiros são apenas desgraçados que merecem sim toda compaixão, mas a quem a patria nada deve: os segundos são desgraçados a quem a patria deve socorro e asylo, porque no serviço della é que se tornarão desgraçados. .

Tais estabelecimentos, criados sob a égide da caridade e da filantropia, integram um processo de institucionalização maciça pautada, segundo Michel Foucault (2003), por uma estratégia de normalização que, exercida em nome do poder do Estado ou das exigências da sociedade, transformou-se em critério de divisão dos indivíduos.

Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. [...] Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa” da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*. (grifo do autor) (FOUCAULT, 2000, p. 152-153)

Com esse projeto de controle social, pretendia-se, de um lado, solucionar a questão visível da miséria urbana e da conseqüente mendicância, que comprometia o “brilho” do progresso das nações, tão caro ao discurso civilizatório do século XIX, e, por outro, atender à preocupação com a higiene pública, um pré-requisito essencial para a entrada na modernidade.

Norbert Elias (1993), que trabalhou detalhadamente o conceito de civilização, concluiu que este nada mais “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, sintetizando todos os aspectos, nos quais a sociedade ocidental, dos últimos dois ou três séculos, se julga superior a sociedades mais antigas ou a contemporâneas ditas

“primitivas”. Desse modo, continua Elias, “com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”. (p. 23)

Assim, no Brasil, mais precisamente na Corte Imperial, o confinamento em instituições surgia também como uma solução higiênica para o problema dessa população desassistida e/ou julgada incapacitada, ajudando na construção de uma sociedade civilizada nos trópicos. (GONDRA, 2004)

Nas palavras do Presidente da Província do Rio de Janeiro, é possível depreender essa concepção:

Os ébrios e mendigos, vadios, arruadores turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem officios, donzelas sem amparo, são outros tantos parasitas da árvore social que he mister extirpar-lhe do tronco opportunamente, convertendo-lhe a aptidão em trabalho, que he riqueza.

Esse tipo de preocupação também aparece na esfera militar, como atesta o processo de criação do Asylo. Para auxiliar a fundamentação da pesquisa, procedi ao exame da “Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Patria”, obra rara, localizada no Arquivo Histórico do Exército, cuja contra-capa encontra-se em anexo. Publicada em 1869, pelo capelão do Exército Manoel da Costa Honorato, encarregado do ensino no referido Asylo e, também, cônego honorário da Catedral e Capela Imperial.

A análise desse livro pressupõe um esforço para compreendê-lo em seu lugar de produção, na perspectiva de Michel de Certeau (1982), buscando entender quais eram as práticas nele representadas e de que forma a educação assistencial era justificada pelo cônego.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 66-67)

Para tanto, trabalhei com a obra do cônego, considerando a perspectiva de que as fontes não são as práticas. Estas não podem ser apanhadas tal qual aconteceram, sendo possível delas apreender apenas alguns elementos.

3.1. Antecedentes

Ainda no período regencial, encontra-se referência à preocupação de se criar um local específico que abrigasse militares invalidados em serviço, possivelmente justificada pelo número de vítimas envolvidas na guerra farroupilha, que ocorria no Rio Grande do Sul.

É o que consta no relatório do ministro José Clemente Pereira, que cita o decreto do regente Araújo Lima, criando asilos para inválidos militares na Corte e nas províncias do Pará, Rio Grande de São Pedro e Mato Grosso. Neste relatório, o ministro invoca a aprovação do Poder Legislativo, sem a qual esta iniciativa não poderia subsistir, justificando, assim, a necessidade do asilo:

E como poderá, Senhores, a Nação, sem injustiça, negar a sua protecção a tão beneméritos servidores, que, combatendo pelos seus direitos, receberão graves feridas, que os collocarão na impossibilidade de adquirirem pelo trabalho os meios de sua subsistência, ou que, por huma dedicação não vulgar, envelhecerão no serviço do Estado, e forão reformados porque as forças lhe faltarão para continuarem a servir?

Um outro decreto, de 1841, autorizou o governo a criar, nas imediações da Corte, estabelecido na Fortaleza de São João, um asilo de inválidos, em virtude de uma resolução da Assembléia Geral Legislativa. Por uma outra lei, de 1843, que fixa as forças navais, o governo ordenou que também fossem “recolhidos ao Asylo de Invalidos do Exercito, os marinheiros inteiramente inutilizados, até que uma lei permanente regule a sua sorte”.

Em defesa da instituição de um asilo, em 1865, o comerciante Caetano Furquim ponderou que “é vergonhoso para uma nação que aspira aos foros de civilizada não ter a mais tempo tratado de fundar um estabelecimento desta ordem. Consta-me que ha na Praia Vermelha uma cousa que se intitula asylo de invalidos, mas é tão mesquinha que não merece ser mencionada”.

No editorial do Jornal do Commercio, assinado por *Tebyriçá*, há outro registro das condições desse asilo:

Acreditamos que a idéa da formação de um asylo para os veteranos tinha sido despertada em muitas pessoas; nós mesmos já a tivémos desde que ha annos visitámos na fortaleza de São João a miserável choupana onde, com o nome de *Asylo de inválidos*, se recolhião tres ou quatro infelizes que se querião utilizar de tão mesquinha esmola.

Ainda sobre esta primeira iniciativa de criação de um lugar que atendesse aos militares invalidados, consta no relatório do ministro da guerra Conselheiro Paranaguá, em 1867, o seguinte: “Pouco, porém se fez; a instituição nenhum incremento teve; limitava-se apenas a companhias estabelecidas na fortaleza de S. João, e em algumas províncias. Sem disciplina, ordem e asseio erão essas companhias mais centros de distúrbios, e focos de vícios, do que asylos protectores dos mutilados da pátria”.

3.2. Patriotismo e caridade: as discussões sobre a criação do Asylo

As condições geradas pela Guerra do Paraguai (1864/70) reavivaram o problema dos inválidos e possibilitaram a mobilização de vários setores da sociedade em torno de temas como patriotismo e caridade. A questão que se colocava era: como colaborar com a Nação no esforço de guerra? O grupo mais atuante nessa discussão foi, sem dúvida, o dos capitalistas congregados em torno da Praça do Comércio da Corte.

Outros grupos avocaram para si a primazia da iniciativa, afirmando que a idéia de construir um asilo teria partido de um membro da Academia Imperial de Medicina, o qual havia encaminhado uma proposta ao governo e aguardava o parecer a fim de iniciar o projeto.

No entanto, em seu livro sobre o Asylo dos Inválidos da Pátria, o cônego Manoel Honorato (1869) faz uma menção especial, ressaltando a importância do Corpo Comercial da Corte: “nas epidemias, nas seccas, na fome e nas guerras, os commerciantes reúnem-se, consultão e deliberão sobre a maneira de diminuir o soffrimento das classes desfavorecidas da fortuna, assim como de auxiliar o governo em seu empenho no cumprimento do dever”. (p. 59)

Figura I - Praça do Comércio da Corte em meados do século XIX



Fonte: Litogravura pertencente a autora.

Assim, no dia 23 de janeiro de 1865, um grupo de negociantes encaminhou uma representação à comissão central da Praça do Comércio, no sentido de requerer a convocação de uma reunião geral de todos os negociantes, capitalistas e proprietários nacionais, a fim de discutir e adotar a forma mais conveniente de concorrer para as necessidades do país naquela situação de crise, enfatizando, ainda, o dever patriótico e a importância do engajamento do setor na campanha geral em defesa do patrimônio comum.

Essa representação foi assinada pelo Dr. Caetano Furquim de Almeida e por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o Visconde de Tocantins, respectivamente, tesoureiro e presidente da Praça do Comércio, além de outros 12 comerciantes.

A reunião aconteceu no dia 25 de fevereiro de 1865 e o *Jornal do Commercio* acompanhou os debates que giraram em torno de como seria essa ajuda ao país. Uma subscrição, conforme defendia o Dr. Thomaz Alves, ou um empréstimo, como pretendia o Dr. Caetano Furquim?

Thomaz Alves Junior acreditava que o empréstimo, além de não satisfazer as necessidades prementes da guerra, incorreria em um maior endividamento da nação. Desse modo, lança a proposta de realização de uma subscrição em todo o Império, como forma de sensibilização e difusão da idéia de fundar um asilo que abrigasse os militares invalidados ou soldados envelhecidos sem meios de subsistência, além de amparar os seus dependentes, considerando ser essa a melhor forma de contribuir com a nação no esforço de guerra.

Argumentava que as nações civilizadas não cuidavam apenas do presente do soldado, mas também do seu futuro porque, segundo ele, julgavam sabiamente que seu exército é forte quando o soldado, além de ver satisfeitas todas as suas necessidades presentes, crê que “na hora da desgraça tem uma guarida que lhe oferece a patria agradecida a seus serviços, ainda mais que na hora da morte não lega a miseria e a prostituição à sua família”.

Embora preferisse o empréstimo, por considerar que a subscrição poucos recursos forneceria para as grandes necessidades da guerra, o Dr. Caetano Furquim, citando outras instituições congêneres na Europa, concordou com a proposta de Alves Junior e julgou que o produto da subscrição deveria ter uma aplicação mais visível e imediata.

Sou de opinião que o producto da subscrição que tratamos de realizar seja destinado para o estabelecimento de um asylo para o soldado que se inutilisar no serviço do Estado, o qual se intitule *asylo dos invalidos da patria*. Tem a França o seu monumental hotel dos invalidos, possui a Inglaterra seu magnifico hospital de Greenwich, porque não teremos nós em ponto mais pequeno nosso *asylo dos invalidos da patria*?

Entretanto, a idéia da subscrição gerou críticas na imprensa. O colunista “C.”, apesar de reconhecer o mérito da iniciativa, considerou que não era decente “andar-se pelas repartições públicas a exigir-se que os empregados subscrevão, sangrando os seus vencimentos, no entanto que ha pelos cofres publicos grandes esbanjamentos com pingues commissões e gratificações não justificadas a individuos empregados protegidos”.

Já o jornalista *Tebyriça*, como publicado pelo Jornal do Commercio, acreditava que as subscrições não deveriam ser adotadas, em virtude do grande número delas que, segundo ele, “desde certo tempo persegue as bolsas de nossos patricios (principalmente

do commercio)”. Sugeriu, então, que o asilo fosse custeado pelo produto de algumas loterias concedidas pelo governo para esse fim, que seria mais meritório do que a manutenção de companhias dramáticas ou líricas.

3.3. Organiza-se a Sociedade do Asylo dos Invalidos da Patria

Resultou da reunião na Praça do Comércio a proposta de uma subscrição no intuito de angariar fundos para a construção do Asilo, cujo produto seria entregue à administração de uma sociedade, criada com essa finalidade que, sob a proteção do Imperador, se encarregaria de edificá-lo.

Dessa forma, em 25 de fevereiro de 1865 organizou-se a “Sociedade do Asylo de Inválidos da Pátria”, cujos estatutos foram aprovados através de decreto imperial. Pertencendo ao governo a administração e o regime do asilo, cabia ao Imperador a nomeação do presidente e vice-presidente, sendo a maioria dos sócios beneficentes composta por membros da Praça do Comércio. Além do presidente, assinaram os estatutos José Carlos Mayrink, Tomás Alves Júnior, Bernardo Casimiro de Freitas, José Pereira Soares e o visconde de São Mamede.

Segundo Figueiredo e Fontes (1958), um dos principais incentivadores da criação do Asylo foi o Visconde de Tocantins, que veio a ser o primeiro presidente da citada Sociedade. Membro de uma família ilustre de políticos e militares e irmão do Duque de Caxias, foi comandante da Guarda Nacional, mas se desligou do Exército para se dedicar ao comércio (FARIA, 2002). Foi deputado por Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro em várias legislaturas gerais desde 1843 até 1872. Presidente, desde 1861, da “Sociedade de Assinantes da Praça do Rio de Janeiro”, depois “Associação Comercial” (1867) e presidente do Banco do Brasil, onde figurava na relação dos duzentos maiores acionistas em setembro de 1866.

Assim, a Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria foi constituída com os seguintes objetivos, conforme estabelecido no Art. 1º de seu estatuto (HONORATO, 1869, p. 87- 90):

- Auxiliar o governo na fundação e custeio de um Asilo, ao qual fossem recolhidos os servidores da Pátria, invalidados em serviço;

- Proteger a educação dos órfãos, filhos dos militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas;
- Socorrer as mães viúvas e filhos dos militares mortos, ou impossibilitados do serviço em combate.

No que concerne ao envolvimento do imperador na causa do Asylo, de acordo com o cônego Honorato (1869), este pode ser verificado, tanto pela grande doação à subscrição, também pelo empenho em acompanhar as obras e pela forma como prestigiou a inauguração.

Com uma solícitude admirável o Sr. D. Pedro II escolheu o lugar que melhor lhe pareceo [...], e gozassem de melhor clima, mandou fundar os edifícios e activou aos trabalhadores, afim de que não houvesse retardamento, animando-os com sua presença quasi diariamente, examinando o trabalho feito, e ordenando a execução de outros, recommendando a todos o cumprimento fiel de suas ordens, despendendo grandes sommas de seo bolso particular, além de grande parte da escravatura da fazenda de Santa Cruz que mandou trabalhar nas obras do asylo; e ainda hoje elle não se esquece um só dia dos inválidos. (p. 18-19)

O Jornal do Commercio noticiou uma dessa visitas, em que o imperador foi à Ponta da Armação, em Niterói, onde havia se instalado provisoriamente o asilo e daí dirigiu-se à ilha do Bom Jesus, local onde estava se edificando o definitivo.

Como sinal de reconhecimento do imperador, vários componentes do corpo comercial que haviam concorrido para a criação do Asylo foram agraciados com as mais altas comendas concedidas pelo Império (HONORATO, 1869), sendo que o título mais honorífico foi concedido ao Visconde de Tocantins que se tornou dignitário da Ordem da Rosa, enquanto o Dr. Thomaz Alves recebeu o título de oficial da mesma ordem e o Dr. Caetano Furquim de Almeida tornou-se comendador da Ordem de Christo. Como foi noticiado à época pela imprensa:

Os membros da directoria da Associação Commercial foram hontem em corporação offerter ao presidente da mesma o Exm. Sr. Veador José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, a insígnia, em brilhantes, de dignitário da Ordem da Rosa trabalho primorosamente acabado nas officinas do Sr. Domingos Moitinho.

Contudo, as condecorações foram alvo de críticas de setores que se sentiram excluídos das “benesses” concedidas pelo governo imperial, conforme é possível verificar nesta carta publicada a pedido, no Jornal do Commercio:

Se a boa-fé do governo imperial foi illudida por falsas informações na distribuição das graças que acaba de conceder àquelles que na Praça do Commercio protegerão activamente a fundação deste Asylo, não foi a classe dos correctores a única vitima da injustiça com que officialmente se galardoou tão patrióticos quão humanitários serviços. A classe caixeiral, estimulada em 1º lugar pelo P. Alfredo Bibiano de Castro Bandeira, e depois pelos Srs. Antonio Marçal de Oliveira, Antonio Xavier Carneiro, também concorreu com seu modesto obulo e foi esquecida. Fazendo lembrar aos poderes competentes a necessidade de reparar-se essa injustiça, esperamos que ao menos tomará em consideração os nomes acima indicados.

Para dar consecução ao projeto do Asylo, instituiu-se uma comissão central que se encarregou de expedir várias circulares: aos redatores dos jornais, a 434 câmaras municipais, aos juizes de direito, aos presidentes de todas as províncias, às praças comerciais do Império e aos representantes do Brasil na Europa.

O teor das circulares era bastante semelhante e nelas divulgou-se a proposta do Corpo Commercial da Corte de realizar uma subscrição, apelando para os sentimentos patrióticos e beneficentes e apontando vantagens resultantes da criação do Asylo: além de atender aos inválidos, proveria abrigo, educação e sustento aos órfãos e concederia pensões às mães, viúvas e filhas dos militares, mortos ou inválidos. Esses aspectos aparecem destacados nas circulares como elementos de civilização e progresso, procurando-se ressaltar a importância do Asylo como abrigo contra a miséria e a mendicância, como é possível inferir desses trechos:

Os orphãos daquelles que succumbirem no campo de batalha, ali encontrarão abrigo, sustento e educação, contrahindo simultaneamente uma divida, cuja solução será realizada no futuro, pelos serviços que prestarem ao paiz. (HONORATO, 1869, p. 66-73)

E referindo-se às mães, viúvas e filhas:

Nunca mais se apresentarão essa desgraçadas, em doloroso espectaculo, esmolando o pão da caridade, e soltando em cada gemido, impellido pela miséria, um brado de resentimento contra a ingratião do seo paiz. (HONORATO, 1869, p. 66-73)

Compartilhando a preocupação com a visibilidade da pobreza urbana, encontramos comentários na imprensa, quando da formação da Sociedade do Asylo dos Inválidos:

Eis chegado o momento de não permittir que o nosso invalido, soldado mutilado no campo da batalha, se veja compellido a vir depois esmollar o pão da miséria, e ter por abrigo, na hora do repouso o céo com suas estrellas, e que assim desprezado, só tenha maldições para a pátria ingrata que aproveitou suas forças e o abandonou na fraqueza em que

se acha? É tempo de acabar estes tristes factos, que se podem apontar, porque existem, de ser ver a viuva, a mãe, os orphãos abandonados; aquellas succumbindo ao peso do trabalho, para não se sacrificarem na carreira dos vícios; e estes, sem educação, tendo diante de si um futuro horrivel e fatal.

3.4. “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”: a subscrição

Iniciada a subscrição, o Sr. José L. Montefiore, um dos componentes da comissão, na qualidade de diretor do *London and Brazilian Bank Limited*, ofereceu o transporte gratuito do produto da subscrição “para esta côrte de todos os (??)lugares(??) onde aquelle banco tiver caixas filiaes”. Outros vários oferecimentos foram publicados no jornal, como o do bacharel Daniel Pedro Ferro Cardoso, oferecendo-se para fazer, gratuitamente, os planos para a construção do Asylo. Ou ainda “O Sr. capitão de engenheiros João Pedro de Gu(?) Vasconcellos Ma(?)z ofereceu do seu soldo 3\$ mensais(?) e o seu prestimo como professor de sciencias phisicas e mathematicas para ensinar orphãos admittidos no asylo”.

Os anúncios dão indícios de que a possibilidade de ajudar na educação e assistência aos órfãos de militares foi um fator de grande mobilização, em virtude do número de ofertas que aparece no jornal, como é possível constatar nos exemplos que seguem

OFERTAS PATRIOTICAS – Forão feitas ao governo Imperial as seguintes:

(...) Os lentes do collegio Marinho, 1:000\$ para as urgencias do Estado e cinco lugares no seu estabelecimento para outros tantos filhos de militares mortos na actual guerra, aos quaes alem do ensino fornecerão todos os objectos de que carecem.

O Sr. bacharel Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão, professor de geometria e mecanica applicada ás artes, offereceu á commissão da praça do commercio encarregada da realização do asylo dos invalidos da patria os seus prestimos para leccionar aos orphãos filhos dos defensores da patria o desenho linear e de figuras e o idioma francez, e bem assim os serviços de sua filha a Sra. D. Carolina de Azevedo Carvalho Siqueira Varejão, para ensinar às orphãs piano e musica, e mais algumas prendas, e dar um concerto em beneficio do asylo.

Contudo, de acordo com o relatório da comissão central encarregada de agenciar os donativos, reunida em 1/12/1866, a subscrição ainda não era suficiente para

concretizar o Asylo. Atribuíam a pouca contribuição não à falta de caridade, mas sim a descrença da população que esperava a idéia se concretizar para, então, atender a solicitação (HONORATO, 1869). Ou seja, acreditavam que tão logo se iniciasse o edificio, “que os cidadãos vejam que a idéa é uma realidade, concorrerão cada um e todos para satisfação de sua consciencia”. (HONORATO, 1869, p. 118)

O recrudescimento da Guerra do Paraguai aumentou as doações e já no relatório final de prestação de contas da Sociedade do Asylo dos Inválidos, apresentado à assembléia geral dos sócios, no dia 25 de janeiro de 1867, constava que “nunca uma causa publica despertára, no Brazil, tão subido numero de sympathias!” (HONORATO, 1869, p. 116-117). Foi apresentado um resumo das subscrições arrecadadas na Corte, na província do Rio de Janeiro e em outras províncias do Império, sendo a doação da Casa Imperial de 10.000\$000 e o total arrecadado no período, segundo o relatório, foi de 362.847\$359, já incluídos os juros, conforme a conta corrente do Banco do Brasil.

A leitura mais atenta do demonstrativo do movimento de caixa da Sociedade confirma a mobilização referida anteriormente, cujo intuito foi sensibilizar a opinião pública para a situação dos órfãos e dos inválidos de guerra. Promoveram-se bailes, espetáculos musicais e teatrais em favor do projeto do Asylo e organizaram-se leilões. Já as doações vieram desde a elite, como o presidente da província de Goiás ou o Barão do Triunfo, até as pessoas comuns, como se pode confirmar das seguintes:

Do mascara Voluntário da Pátria, metade da collecta que fez nos dias de carnaval.....	41\$300
De Saturnino José Gonçalves, producto do passeio marítimo em 17 de março.....	205\$420
De José Joaquim Vieira Veiga, conductor da carroça n.328, preço da desistência do processo que contra elle tinha intentado João Domingues Pereira.....	40\$000

A campanha contou também com a participação de Castro Alves, poeta engajado, que compôs um poema para ser recitado numa festa em benefício dos órfãos do Paraguai, em outubro de 1867 (FIGUEIREDO e FONTES, 1958) no Gabinete Português de Leitura da Bahia, intitulado “**Quem dá aos pobres, empresta a Deus**”, de onde foram extraídos os seguintes versos:

Eu que a pobreza dos meus pobres cantos
dei aos heróis - aos miseráveis grandes -
eu que sou cego - mas só peço luzes...

que sou pequeno - mas só fito os Andes...
Canto nest'hora, como o bardo antigo
das priscas eras que bem longe vão,
o grande nada dos heróis que dormem
do vasto pampa ao funéreo chão...

E foram grandes teus heróis, ó pátria,
- mulher fecunda que não cria escravos -
que ao trom da guerra soluçaste aos filhos:
"Parti - soldados, mas voltai-me bravos!"
E qual Moema desgrenhada, altiva,
eis tua prole que se arroja então,
de um mar de glórias apartando as vagas
do vasto pampa ao funéreo chão.

.....
E esses Leandros do Helesponto novo,
se resvalaram - foi no chão da História...
se tropeçaram - foi na Eternidade...
se naufragaram - foi no mar da Glória...
E hoje o que resta dos heróis gigantes?...
Aqui - os filhos que vos pedem pão...
além - a ossada, que branqueia a lua,
do vasto pampa ao funéreo chão.

Mas já que as águias lá no sul tombaram
e os filhos d'águias o Poder esquece...
é grande, é nobre, é gigantesco, é santo!
Lançai - a esmola - e colhereis - a prece!
Oh! Dai a esmola... que, do infante lindo
por entre os dedos da pequena mão,
ella transborda... e vai cair nas tumbas
do vasto pampa ao funéreo chão.

(In COSTA E CUNHA, 1972, p.47-48)

Diante do prolongamento inesperado da guerra e do número crescente de inválidos e órfãos, volta a discussão a respeito da criação do asilo e sobre a eficiência da política asilar, como é possível constatar desse parágrafo do relatório da comissão central:

È hoje na velha Europa questão duvidosa a efficacia dos asylos para os invalidos, embora ali se veja obras soberbas para esse fim [...]: sustentando muitos a preferencia de se deixar o invalido livre na escolha de sua moradia e trabalho, recebendo do estado a pensão e socorro que as leis crearão ou crearem. (HONORATO, 1869, p. 118)

Embora defendendo o livre arbítrio do inválido em recolher-se ou não ao Asylo, a comissão não dispensava a sua criação justificando que este seria lugar obrigatório para aqueles que, mesmo com a existência da instituição, recorressem à mendicância. Ademais, lá encontraria amparo no fim da vida e o consolo moral de ver a educação

aperfeiçoada de seus filhos, de onde a comissão conclui que “o asylo se deve fazer como necessario ao futuro do nosso exercito e armada”. (HONORATO, 1869, p. 118)

Sobre o caráter compulsório do asilamento para mendigos, é possível evidenciá-lo na discussão ocorrida, cerca de um ano após a inauguração do Asylo, entre o senador Silveira da Motta e o então ministro da guerra, o Barão de Muritiba. Interpelado pelo senador a respeito dos vencimentos dos soldados inválidos esmolando pelas ruas da Corte, o ministro responde:

...[em referência] aos soldados invalidos, dir-lhe-ei que a nenhum ainda se negou a residencia no asylo de invalidos; quando se encontram alguns que andam esmolando pelas ruas, a policia tem ordem, o quartel general tem o maior cuidado de os fazer recolher immediatamente ao asylo dos invalidos, onde percebem soldo, etape, e somente cedem a pensão que tem, para as despesas do asylo. As despesas com este estabelecimento são já avultadas, mas nem porisso o governo tem recusado diante da conveniencia de sustentar o estabelecimento para não se darem as scenas, que o nobre senador reprova.

Este pronunciamento denota os cuidados em coibir a mendicância, manifestados tanto pelo ministro quanto pelo senador, e deixa transparecer de que maneira o Asylo se prestaria a essa finalidade.

3.5. “Abrigada dos miasmas paludosos e refrescadas pelos ventos geraes” - Higiene e salubridade: as condições para a localização do Asylo dos Invalidos da Pátria

Uma outra questão que mobilizou a comissão central foi o local de instalação. Deveria ser o asilo construído, fora ou dentro da cidade ou ainda, aproveitar-se-ia algum estabelecimento já existente? Os membros da comissão opinaram pela edificação dentro da cidade, em lugar que reunisse as condições de higiene e salubridade, e que fosse acessível e visível aos olhos dos estrangeiros, visto ser o Asylo “um monumento de gloria nacional”, prova eloqüente de nossa civilidade, segundo se pode depreender do relatório:

Si á vista prompta e rapida do Hospital da Misericordia e do Hospicio de Pedro II, não póde o estrangeiro deixar de conhecer e confessar que damos signal evidente de nosso progresso e civilisação, á vista prompta e rapida do Asylo dos Invalidos da Patria dará uma confirmação ainda mais authentica e plena para o mais incredulo. (HONORATO, 1869, p. 119)

No que se refere à utilização de algum estabelecimento, a opção da comissão foi aproveitar algum dos conventos existentes na Corte, sugerindo que o que melhor se prestaria à edificação do Asylo seria o convento da Ajuda, mediante imediata desapropriação pelo Estado.

Nesse sentido, foi publicada no Jornal do Commercio uma proposta para o uso de conventos como asilos, o que representaria uma economia para os cofres públicos. Dias depois, aparece o oferecimento dos religiosos do Convento de Santo Antonio e das religiosas d'Ajuda, cedendo seus conventos para esse fim.

Essa opção pelo uso de conventos para a instalação do Asylo mal pode disfarçar um anticlericalismo que se relaciona com a extinção das ordens religiosas, manifestado tanto pelos membros da comissão central como pela imprensa. A posição defendida pela comissão era de que:

A extinção das ordens religiosas é uma questão resolvida no século, e resolvida já entre nos desde que o governo imperial sabiamente prohibio a entrada do noviciado. Pois bem, quando temos tão urgente necessidade de um edificio para servir de Asylo dos Inválidos, para que não havemos desde já desapropriar um desses edificios, que mais tarde tem de ser entregues ao silencio, à solidão, ao abandono, senão a fins menos lícitos, e nobres como aconteceo em Portugal? (HONORATO, p. 119)

Na mesma linha, o editorial do Jornal do Commercio indicava a existência na cidade de pelo menos cinco conventos praticamente desabitados, onde os poucos moradores pouco concorriam para a causa do progresso e da civilização, enumerando, ainda, as vantagens da secularização desses religiosos:

- 1^a, a de chamar para a sociedade individuos que se lhe podem tornar uteis e proveitosos;
- 2^a, acabar com o mão exemplo de vermos servos de Deos, pobres e humildes, possuindo extensas fazendas com grande numero de escravos de todas as côres, e onde de vez emquando succedem factos bem pouco edificantes;
- 3^a, o augmento das fileiras do exercito, que se obteria pela libertação desses escravos.
- 4^a, a utilização de edificios vastos e bem situados, os quaes, por quasi desertos, vão-se arruinando, emquanto o governo despênde annualmente grossas somas com alugueis de casas para repartições publicas.

Já o cônego Honorato (1869), em sua obra, critica as filosofias racionalistas do século XIX fazendo um libelo contra o fim das ordens religiosas, procurando exaltar a importância das instituições conventuais no Brasil, onde os frades atuaram como

catequizadores dos índios, missionários e educadores da elite, referindo-se, respectivamente, aos jesuítas, aos capuchinhos e aos beneditinos.

Por intermédio dos frades a pátria não tem ganho tantos bons e úteis cidadãos? Não são elles ainda hoje os pacificadores dos povos quando exaltão-se contra qualquer imprudência ou perseguição do governo? Não são elles, que ainda hoje derramão a fé por este vasto território sujeitando-se aos sacrificios das missões? Ainda hoje não dão elles a instrucção segundo as forças de que dispõem? Como os perseguis? Porque procuraes aniquila-los? (p. 50-51)

Com efeito, a escolha recaiu sobre o convento dos franciscanos, situado na baía da Corte, na ilha do Bom Jesus, considerada de clima salubre, o que justificou, segundo o cônego Honorato (1869), que ali houvessem se estabelecido hospitais, a partir de 1824, para tratamento de doentes das epidemias que acometeram a Corte.

Tendo em vista as doenças e diante da existência de um quadro de infra-estrutura urbana absolutamente deficitário na Corte Imperial, como apontado por José Gondra (2004), eram justificáveis as preocupações de ordem higiênica demonstradas na escolha do local para o Asylo. A opção pela Ilha do Bom Jesus revelou-se oportuna, apta a resguardar a saúde dos asilados, por ocasião dos vários surtos epidêmicos ocorridos na cidade. De acordo com os relatórios ministeriais, o número de óbitos no Asylo foi pequeno, se comparado à Corte.

Desse modo, as boas condições da ilha do Bom Jesus são enfatizadas no relatório, apresentado pelo ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá, em 1867, ao apontar as razões que moveram o governo a escolhê-la para o estabelecimento do Asylo de Invalidos da Pátria:

- 1° Isolamento das habitações vizinhas.
- 2° Terreno elevado, secco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviaes.
- 3° Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno.
- 4° Não ter em sua vizinhança nem fabricas nem depositos de materias animaes e vegetaes.
- 5° Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ella influir os miasmas da vizinhança.

O único inconveniente citado era a falta de água potável, que foi solucionado pelos engenheiros militares através de uma obra em que, segundo o cônego, “conseguirão ser os primeiros em collocar canos submarinos na grande America do Sul” (HONORATO, 1869, p. 38), trazendo a água da caixa de São Cristóvão até a ilha, por

baixo do mar. Os engenheiros responsáveis por todas as obras do Asylo, conforme o Jornal do Commercio, foram o coronel Antonio Carneiro Leão, diretor das obras militares e os seus ajudantes, Dr. Carlos Frederico de Lima, Dr. João da Rocha Fragoso, Dr. Cornelio Carlos de Barros e Azevedo e Dr. Miguel A. J. Rangel de Vasconcellos, “aos quaes com sobeja justiça cabem merecidos louvores pela nobre dedicação com que soberão corresponder á vontade do Imperador”

3.6. Organização e funcionamento do Asylo dos Invalidos da Pátria

O antigo convento custou ao patrimônio da Sociedade do Asylo 97.000\$000 em dinheiro e 60.000\$000 em apólices da dívida pública (FIGUEIREDO e FONTES, 1958, p. 5) e nele foram feitas várias obras no intuito de adaptá-lo para abrigar a instituição. Através do Aviso do Ministro da Guerra, foram baixadas as instruções para a organização e funcionamento do Asylo, que ficava sujeito ao regime e disciplina militar e teve como primeiro comandante o Ten. Cel. Manoel da Cunha Barbosa. Dentre as atribuições do capelão figurava a de ensinar a ler e escrever aos inválidos e seus filhos, para o qual contaria com um ajudante, que poderia ser um dos empregados do estabelecimento.

Para tanto, o Asylo contava com uma escola primária nos mesmos moldes daquelas previstas para as fábricas do exército, além de oficinas e um horto para o trabalho obrigatório dos asilados. As oficinas de sapateiros e alfaiates só foram implementadas em 1871, conforme o relatório ministerial indica:

Não convindo que continuassem na ociosidade as praças d’este estabelecimento, muitas das quaes, embora inaptas para o serviço do exercito, podem contudo applicar-se a qualquer ramo da industria e contribuir para a produção do paiz em proveito seu e da sociedade, fôrão creadas duas officinas, de alfaiates e de sapateiros, de conformidade com a art. 21 do respectivo Regulamento.

De acordo com as instruções, a renda do estabelecimento constaria das contribuições das praças do asilo, dos donativos particulares, das etapas dos oficiais e praças, de um terço da quantia proveniente da venda de objetos fabricados pelos asilados nas oficinas e da soma resultante da venda dos produtos do horto. O restante do produto das oficinas ficava em proveito do asilado que exercesse o respectivo ofício.

Já a escola de primeiras letras instalada no Asylo, não teve muito desenvolvimento. Cumpre acrescentar que um fator relevante para o insucesso da

escola foi, de um lado, a redução acentuada do efetivo de asilados, conforme será visto adiante e, principalmente, devido à resistência dos soldados, de acordo com o relatório de seu comandante:

A respeito da escola, não posso deixar de declarar, que tem tido pouco adiantamento, apesar de esforçar-se, quanto é possível, o professor dela, o Revd. padre capellão, isto devido à negação que os soldados têm para o estudo, preferindo ser presos a irem para a escola. Tenho envidado todos os esforços possíveis para os obrigar ao cumprimento deste dever. Existiam matriculados 26 praças, das quaes foram desligadas 18, e sendo neste anno matriculadas 34, ficam frequentando a escola 42 praças.

Estava previsto também um espaço destinado a ser a penitenciária, um mecanismo interno de repressão e castigo aos asilados que não tivessem bom comportamento, podendo ser expulsos do Asylo aqueles que se mostrassem reincidentes. Conforme o art. 35 das instruções:

Ás praças invalidas serão applicados correccionalmente, pelas faltas que commetterem, castigos moderados, e prisão solitária sem redução de alimentação, ou com esta, conforme a gravidade do delicto; para o que haverá no estabelecimento uma prisão apropriada,

§ 1º Não será applicado, em caso algum, o castigo de pancadas aos inválidos.

§ 2º Serão, por ordem do ministério da guerra, expulsos do asylo os inválidos que se mostrarem incorrigíveis, ouvindo-se sempre um conselho de disciplina, de nomeação do ajudante general do exercito.

No entanto, a despeito de tal mecanismo de repressão, os incidentes disciplinares não foram raros no Asylo, haja vista a adoção sistemática da exclusão de asilados, como forma de manter a ordem e acabar com as rixas e conflitos entre eles, conforme o relatório ministerial de 1874.

3.7. “Cumprio se enfim a palavra!”: a inauguração do Asylo

Figura II - Asylo dos Inválidos da Pátria (1869)



Fonte: Contra-capa do livro *Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria*, pelo seu capelão Manoel da Costa Honorato. Foto da autora. Original no Arquivo Histórico do Exército.

“Cumprio se enfim a palavra!” Assim começa a notícia do *Jornal do Commercio* sobre a inauguração do Asylo dos Invalidos da Patria, no feriado 29 de julho de 1868, data escolhida por ser aniversário da princesa Isabel. A cerimônia revestiu-se de grande importância, tendo em vista o destaque conferido pela imprensa em geral e o grande número de autoridades do governo presentes à solenidade. Compareceram toda a família imperial e sua corte, além de vários ministros, o corpo diplomático estrangeiro, o corpo comercial, o alto clero, muitos oficiais estrangeiros e outros convidados.

Um indicativo da expectativa de grande afluência do público à inauguração é o anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, pelo Dr. Thomaz Rayney, gerente da Cia. Ferry, colocando à disposição do público a barca S. Sebastião, pelo preço de 2\$ ida e volta, sendo que a metade da venda bruta seria doada em benefício do Asylo. Finaliza acrescentando que: “É de suppor que esta grande festa, verdadeiramente nacional, será concorrida por milhares de pessoas interessadas nesta magnífica instituição beneficente”.

A cerimônia foi bastante divulgada pelos jornais da época, tendo sido objeto inclusive, de uma caricatura publicada no *Vida Fluminense*, que retratou a solenidade e algumas das autoridades presentes.

Figura III - Inauguração do Asylo dos Inválidos da Pátria (1868)



Fonte: Reprodução obtida a partir de original sob a guarda da Biblioteca Nacional.

Vários noticiaram a solenidade, sendo que o *Diario*, num tom menos laudatório que o *Jornal do Commercio*. Ambos fazem descrições do Asylo, bem como o cônego Honorato que, como indica o título de sua obra, também expõe com riqueza de detalhes as instalações e o surgimento do Asylo. Nesses relatos são ressaltadas as idéias de caridade e gratidão nacional, assim como no sermão proferido na inauguração pelo Revmo. Joaquim Fonseca Lima que, frisando a diferença entre esmola e caridade, destacava esta última como característica inerente ao caráter brasileiro.

Não é portanto a esmola do mendigo o que a Pátria prepara neste Asylo. A esmola difere da caridade como o efeito da causa. Vergonha eterna seria para o paiz si a mão valente que empunhara a arma para defende-lo se visse na cruel penúria de estender-se para pedir o pão da indigência! (...) Nesse concurso de generosidades nós nada temos a invejar a nenhum povo do mundo; a caridade está na índole, nos hábitos e costumes dos nossos concidadãos, como nas suas consciências.

No capítulo em que é descrita a inauguração é possível identificar alguns aspectos relevantes para esta proposta de trabalho. Quando descreve a guarda de honra

da festa, ao referir-se aos corpos de menores artilheiros perfilados, Honorato (1869) justifica a educação assistencial praticada, tanto nas Escolas de Artífices do Exército, quanto nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, como é possível inferir de suas palavras: “... o espectador, contemplando a ordem e disciplina, ao mesmo tempo via o amparo da miseria pela orphandade, ou pela indigencia de seos paes, e mais, não corrompidos ainda pelo vicio, se educavão convenientemente para garantia da paz e tranquilidade do paiz”. (p. 22-23)

Segundo o relatório da Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria, em 31 de julho de 1869, um ano após a inauguração, viviam lá cerca de 2048 asilados, além de 42 prisioneiros paraguaios e 6 irmãs de caridade, estas, encarregadas da enfermaria, da cozinha e da lavanderia. (HONORATO, 1869)

Entretanto, o exame dos relatórios ministeriais dos vinte anos subseqüentes à fundação do Asylo aponta para uma redução paulatina no efetivo de asilados, principalmente em relação às praças. Dentre as causas mais freqüentes apresentadas nos relatórios para o número de baixas estão a reincorporação às tropas, a deserção e, em maior número, a transferência para outras províncias, visto que a maioria das praças não era natural da Corte, pois eram em sua maioria, recrutadas em outras províncias, principalmente, as do Nordeste. Como observado por Oliveira Junqueira, em 1873:

Tenho porém observado que, salvo as praças mutiladas, e uma ou outra em melhores condições, preferem as demais obter as suas baixas, attribuindo este facto não só a pouca vocação que geralmente se nota no paiz para a carreira das armas e para a vida dos quartéis, onde é indispensável a manutenção rigorosa da disciplina e subordinação militar, mas ainda à circumstancia de não existirem companhias de inválidos na maior parte das Províncias, para as quaes sentem desejo de recolher-se as praças que deixão o serviço, e que se achão muitas vezes separadas de suas famílias há longo tempo.

O quadro abaixo ilustra esse aspecto do recrutamento:

Quadro XIV - Contribuição ao esforço de guerra, por regiões (1865-1870) (%)

	Norte	Sul	Corte
Voluntários da Pátria	56,0	27,0	17,0
Guardas Designados	53,0	41,0	6,0
Recrutadas	53,0	40,5	6,5

Fonte: *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1874, vol. II.

Esta redução de pessoal foi, em parte, uma das alegações do governo para inviabilizar a escola de primeiras letras, que deixou de funcionar, em 1877, bem como as oficinas, que tiveram o pouco desenvolvimento atribuído à rotatividade, à movimentação constante das tropas no Asylo, o que impediria o aprendizado dos ofícios. Como é possível verificar no relatório do Marquês do Herval:

A escola de primeiras letras deixou ultimamente de funcionar por não se ter podido colher della o proveito desejável, em vista da falta de aptidão da maior parte das praças asyladas, devida já ao estado valetudinario de umas, já á avançada idade de outras.

As officinas de alfaiates e sapateiros, cuja receita, embora pouco avultada, attingia contudo á somma precisa para fazer face à despeza com aquisição de matéria prima necessária e com a modica remuneração que, na forma do § 4º do Art. 30 das Instruções em vigor, se abonava as praças empregadas nesses trabalhos, deixaram também de funcionar, desde Março do corrente anno, por falta de pessoal habilitado.

Somente em 1885, o governo acenaria com a possibilidade de restabelecer as oficinas, o que não foi possível atestar se de fato ocorreu, por falta de informações. Já a escola voltou a funcionar regularmente, em 1886, freqüentada pelas praças, filhos de oficiais e crianças moradoras na Ilha, regida pelo Dr. Joaquim Bagueira do Carmo Leal, 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército que, servindo no Asylo assumiu as funções de professor, “sendo já sensível o aproveitamento dos alumnos”, de acordo com o relatório ministerial.

A Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria cresceu, angariou donativos e aumentou seu patrimônio, comprando o restante da Ilha do Bom Jesus, a ponto de, em 1885 possuir cerca de 1744 contos de réis em apólices (FIGUEIREDO e FONTES, 1958). Numa manobra jurídica, não homologada pelo governo imperial e que será focalizada no capítulo seguinte, a Sociedade fundiu-se, em 1885, com a Associação Comercial, ficando, dessa forma, sub-rogada nos direitos e obrigações.

Entretanto, na República, a citada Associação já não arcava com a obrigação de manter a estrutura do Asylo, que foi se deteriorando, justificando as palavras do general Cantuária:

O edificio deste estabelecimento está reclamando urgentes obras de reparo e segurança. Uma parte mesmo do prédio que serve de quartel aos asylados se acha em tal estado de ruína, que convém o quanto antes providenciar sobre as obras de que precisa, para se evitar alguma desgraça.

A partir dessa época, o Asilo foi empobrecendo e perdeu quase toda a Ilha do Bom Jesus, da qual o governo republicano se apropriou, a fim de iniciar as obras da Cidade Universitária do Fundão, em meados da década de 50. Por fim, o Asylo dos Inválidos da Pátria foi oficialmente extinto em 9/06/1976, e suas instalações passaram a ser ocupadas pela Companhia do Comando da 1ª Região Militar.

4. As condições de emergência do Imperial Colégio Militar

“A necessidade de terem instrução os militares, a obrigação que por gratidão corre ao Estado de dar instrução aos filhos daqueles que derramam seu sangue e perdem a vida em defesa do país, e a conveniência que há em que, quando o militar entra em combate, tenha a certeza de que seus filhos serão adotados e educados pela nação”

(Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, 1853)

Os indícios apontam que a primeira iniciativa objetivando a criação de um estabelecimento específico para a educação de filhos de militares aconteceu ainda na regência, durante o período que a historiografia nomeou como “Regresso Conservador”.

O decreto nº 42, do regente Araújo Lima, marquês de Olinda, procurou estabelecer no Arsenal de Guerra da Corte um colégio para os filhos necessitados dos capitães e oficiais subalternos do Exército, medida extensiva a todas as províncias onde houvesse Arsenais com estabelecimentos de aprendizes menores:

Art. 1º. Como parte do Estabelecimento dos Aprendizes menores do Arsenal de Guerra da Corte, será formado um Collegio com a denominação de - Collegio Militar do Imperador - aonde serão recebidos os filhos legítimos e legitimados dos Capitães e Officiaes subalternos do Exercito, preferindo os orphãos, e os mais pobres.

Art. 2º. Não serão admittidos no Collegio os que tiverem a idade menor de seis annos, e os que tiverem moléstias chronicas, ou padecerem defeito physico ou mental.

Art. 3º. Logo que chegarem á idade de 15 annos serão despedidos; mas poderão ser matriculados na Escola Militar....

Art. 5º. Além das doutrinas e praticas religiosas, aprenderão os Collegiaes a ler, escrever, e grammatica nacional, princípios de arithmetica, álgebra, geometria, geographia, desenho, e lingua franceza; aproveitando-se as Aulas destas disciplinas, que já existem, para os Aprendizes menores.

O decreto continha, ainda, os estatutos para a organização e o funcionamento do Colégio Militar do Imperador. A instituição adotaria a forma militar, cujos alunos, com fardamento designado e denotativo das respectivas patentes de seus pais, se submeteriam a uma disciplina severa, onde as penalidades previstas iam desde a diminuição da comida, à reclusão e até à expulsão.

Apesar de estar vinculado à Companhia de Aprendizes Menores, o Colégio possuiria um tratamento diferenciado, na medida em que os “collegiaes” estariam isentos dos trabalhos nas oficinas, devendo apenas se dedicar aos estudos e, quando doentes, seriam tratados em lugar reservado na enfermaria comum aos artífices.

É interessante observar como a idéia de criação de um colégio para filhos de militares emerge, nesse momento, numa perspectiva assistencialista, associada à caridade e à filantropia, discurso predominante à época, quando se tratava da formação e educação das camadas mais pobres da população.

A fala do Conde de Lages, em 1840, sobre as Companhias de Artífices e Aprendizes Menores é indicadora dessa proposição. Referindo-se ao decreto supracitado, o ministro relata que o progresso na educação dos meninos desvalidos, abrigados no Arsenal de Guerra, teria animado o governo a tomar a iniciativa de criar um colégio para filhos de militares, principalmente, “conhecendo, que os vencimentos dos Capitães e Subalternos do Exército não são bastantes para que possam dar a seus filhos huma educação própria de sua posição social”. Entretanto, a criação do Colégio Militar ainda aguardaria seis décadas.

Assim, diante da não efetivação do projeto, alguns anos depois, o assunto é retomado no relatório ministerial que apresentava o plano de estudos elaborado para a educação dos aprendizes do Arsenal de Guerra da Corte. Num esforço de conciliar interesses, o referido relatório propunha: “...se for permittida á admissão dos filhos de militares pobres, esta creação útil ao serviço, e ás artes realizará a idéia ao mesmo tempo philanthropica da projectada fundação de hum Collegio Militar”.

Essa perspectiva assistencialista para a educação de filhos de militares começa a mudar quando, acompanhando a profissionalização do exército, tem início o questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados. Ou seja, a instrução militar entra em pauta.

4.1. Doutores ou soldados: o ensino militar em debate

Em realidade, essa discussão já ocorria desde o período regencial, diante da impossibilidade manifestada pelas forças disponíveis, quer seja a Guarda Nacional ou o Exército de Linha em restabelecerem a ordem interna ameaçada pelas rebeliões, tornando necessária a reorganização do Exército.

Relacionadas com a estabilização da ordem política que se seguiu ao fim das revoltas provinciais, as reformas, conforme será visto adiante, faziam parte do projeto conservador durante o processo de consolidação do Estado Imperial. Adriana Barreto de Souza (1999) afirmou sobre aquele momento que a desordem era “um fator interno, decorrente da inoperância do sistema militar oficial, e é justamente a partir desse sentimento de desgoverno que começam a ser elaboradas as primeiras sugestões de reforma.” (p. 77)

A formação de oficiais do exército no Brasil, no século XIX, foi marcada, em sua trajetória, pela coexistência, numa mesma instituição, da formação militar, propriamente dita, e da engenharia civil, desde a criação da Real Academia Militar, pelo príncipe regente D. João, através do decreto de 4 de dezembro de 1810. Esta instituição formava engenheiros, como era preconizado à época, abrangendo a habilitação de oficiais em engenharia e artilharia, geógrafos e topógrafos.

No entanto, o problema ia além de uma mera coexistência de dois cursos e da presença de civis no interior da Academia. Na verdade, a Academia era uma instituição pouco militarizada, sem exercícios práticos de guerra, nem uniformes, formaturas ou normas de quartel. Claudia Alves (2002), refletindo sobre o ensino na referida Academia, adverte que:

A formação de *doutores* parecia se sobrepor à qualificação de soldados e gerava críticas severas quanto ao possível cumprimento de seus objetivos (...) Diante dessa realidade, perfilavam-se, de um lado, os que desejavam militarizar a Academia enfatizando a formação técnico-profissional e, de outro, os defensores de seu perfil tradicional. (p. 129)

Uma das primeiras iniciativas de militarização foi a reforma de 1833 que, entre outras medidas, inaugurou um comando militar para a Academia, subtraindo a direção da congregação de lentes, além de implementar uma forma militar aos alunos, obrigando-os a formaturas e exercícios práticos.

Em 1839, a Academia Militar transformou-se em Escola Militar que, através de algumas medidas, reforçou a tendência militarizante. Defendendo a concepção que privilegiava a formação técnico-profissional, o autor da reforma de 1839, Sebastião do Rego Barros, apontou as seguintes divergências:

Ou a escola é militar, ou uma academia de sciencias physica e chimica: se é academia de sciencias physica e chimica, então não póde haver essa disciplina, essa ordem que deve haver. A escola deve ser inteiramente militar; mas se acaso a assembléa lhe quer dar uma nova organização, então forme-se uma nova academia destacada, mas o que é militar deve ser militar.

A despeito da defesa enfática de Rego Barros, tudo indica que a concepção que valorava o conhecimento científico, em detrimento do técnico-profissional militar, continuou prevalecendo, pois, de acordo com José Murilo de Carvalho (2003):

Mesmo após a separação da engenharia civil, a Escola Militar manteve os traços civis de seu ensino técnico e continuou a conceder diplomas de bacharel em matemática e engenharia. Os oficiais eram freqüentemente tratados de doutores: dr general, dr. capitão, ou, simplesmente, seu doutor, numa clara busca de compensação simbólica pelo *status* inferior da educação técnica e militar, em relação à formação jurídica dos políticos. (p.76)

Questionando a pertinência do título de *doutor* conferido aos militares, temos alguns trechos do depoimento do senador Cruz Jobim, em 1851:

Confesso, senhores, que me incomoda, que me aflige mesmo, ver um militar procurar encobrir o brilhantismo do seu uniforme, essas insígnias militares(...) Incomoda-me, repito, vê-lo esconder a sua farda com uma murça, um capelo ou uma beca; parece-me que não há nada que o militar deva por em cima de sua farda (...) porque nada considero mais nobre, nem mais distinto, do que a farda de um militar benemérito (...) em público, um militar ocultar a sua farda com qualquer coisa que seja, parece-me que é dar pouca consideração à mesma farda (...).

E acrescenta, justificando a sua defesa da profissão militar:

O doutor é muitas vezes um especulador que deixa-se ficar no canto, inventando novas idéias e novas teorias, para perturbar as sociedades; mas o militar honrado nunca deixa de expor a vida para defender as instituições do seu país.

Essa defesa apaixonada se faz compreensível mediante o exame da biografia do senador, onde as questões de pertencimento não podem deixar de ser consideradas. José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) era gaúcho, filho de um militar português e, contrariando a tradição militar da região onde nasceu, forma-se em medicina e se torna um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Tudo indica que a ascensão de Jobim no campo médico e no campo político tenha sido beneficiada pelo fato de ele ter sido nomeado, ainda em 1831, médico do Paço Imperial, o que lhe possibilitou acompanhar o crescimento de D. Pedro II, conquistando-lhe a confiança, de tal forma que o Imperador não se cansou de agraciá-lo com títulos, cargos e nomeações. Como em 1842, quando foi escolhido para ser o diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ou ainda, a nomeação para o Senado do Império, em 1850, após os mandatos como deputado geral pela sua província. (FERREIRA, 1996).

Mais adiante neste capítulo, será possível observar como Cruz Jobim, no mesmo ano, alerta para a necessidade de facilitar o acesso aos meios de instrução para

os militares no Rio Grande do Sul, visto ter aquela província grande efetivo militar, sendo lá também que este mais vezes arrisca e perde a vida, “deixando filhos órfãos sem outro amparo mais do que a generosidade da nação por quem seus pais morreram”. Propõe e defende, então, no Senado a criação de um ou mais colégios militares destinados, especialmente, aos filhos de militares mortos em campanha.

Possivelmente, a precariedade da formação específica militar advinha do prestígio conferido à própria carreira durante o império. Os alunos da Escola Militar vinham, em geral, de famílias militares, provenientes das camadas médias, raramente de famílias da elite.

Procurada cada vez mais, por filhos de militares, funcionários modestos, pequenos comerciantes ou proprietários, sofria com a posição marginal a que estava relegada na sociedade imperial onde a ascensão social dependia dos relacionamentos pessoais. O título que abria portas, conseguia empregos e bons casamentos era o de bacharel. (ALVES, 2002, p. 132)

O mesmo não ocorria com a Escola Naval, opção de formação militar para os filhos da elite que não queriam ser bacharéis, onde, apesar da gratuidade do ensino, mantinha-se “um recrutamento seletivo baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais a exigência de custosos enxovais”.(CARVALHO, 2003, p. 74)

Contudo, o treinamento de oficiais na Marinha repetia a mesma situação do Exército, causado pelo ensino excessivamente matemático e teórico e quase nenhum exercício prático. Muitos alunos saíam da Escola Naval sem ter sequer disparado um tiro de canhão, ou lançado um torpedo. (CARVALHO, 1978)

Nessa direção, estavam as críticas do deputado Tavares Bastos que, apontando as deficiências do ensino na Escola de Marinha, sugeria o modelo de ensino inglês, ministrado a bordo dos navios com exercícios práticos, ou mesmo, continua o deputado, o ideal seria fechar a Escola e “educá-los nas marinhas da Inglaterra, França e Estados Unidos”.

Entre 1831 e 1850, a Escola Militar passou por várias reformas que alternaram regulamentos científicos e militarizantes refletindo, de certa forma, as divergências existentes entre o alto oficialato a respeito da organização do ensino e da carreira militar. O que deveria prevalecer na formação do oficial do Exército? Os saberes

teóricos, ligados à cultura geral ou o saber técnico-profissional, ligado às práticas militares? Muitas dessas divergências eram provenientes dos próprios obstáculos que o modelo aristocrático de concepção do Exército, vindo da herança portuguesa, impunha a essa instituição. Um exemplo é a tradição que estruturava as patentes e cargos do Exército através de privilégios de nascimento, desconsiderando a qualificação do militar como fator de ascensão na carreira.

Ainda permaneceria o problema antigo e de não fácil resolução, da necessidade regular de exercícios práticos no ensino militar. Instituir exercícios, segundo Adriana Barreto (1999), “dependia de uma reformulação do conceito do que vinha a ser um militar, exigindo um grau de racionalização e disciplinarização da carreira que parecia não contar com o interesse e o apoio do governo” (p. 158), pelo menos até aquele momento.

De certa forma, essas dificuldades ligavam-se ao fato de a Escola Militar não ser considerada, à época, indispensável para o ingresso no oficialato e para a ascensão na hierarquia militar. Somente com a lei que regulamentou as promoções, cujos critérios baseavam-se na antiguidade e no mérito, o curso da Escola Militar foi transformado em requisito básico para acesso aos postos dentro do Exército, rompendo com a tradição aristocrática e sedimentando a meritocracia. A idéia era impedir que oficiais muito jovens atingissem altos postos de comando e incentivar a formação acadêmica.

Apresentada à Câmara dos Deputados pelo ministro da guerra Manoel Felizardo, a lei determinava, entre outros itens, que só ascenderiam ao posto de capitão “os que possuísem o curso completo de estudos da sua respectiva Arma” (MOTTA, 1998, p. 100), o que exigiria para o processo de formação de um oficial a incorporação de um currículo de estudos sistematizados, consolidando a Escola Militar como veículo de profissionalização e burocratização da carreira militar. Esta reforma de Felizardo acenava para o paulatino fim do oficial sem curso, o chamado “tarimbeiro”.

Respondendo ao Deputado Ângelo Ramos, membro da oposição liberal ao governo conservador, o ministro faz uma série de indagações que acenam para a necessidade de profissionalizar o Exército:

Se é reconhecido pelo nobre deputado ser conveniente dar instrução pratica e theorica a nossos officiaes; se é da maior vantagem ter um exercito o mais instruído e disciplinado possível, será ou não urgente a divisão da escola militar? Se a divisão da escola militar educa melhor os officiaes, dá-lhes instrução mais conveniente, será urgente que

melhoremos o nosso exercito? Eu deixo a resposta ao nobre deputado e à câmara; mas disse-se: “vai augmentar a despeza’...

A escola militar é, na realidade uma instituição onde se ensinão as sciencias physico-mathematicas em grande escala; ... mas por ventura os moços que sahem com carta do curso completo da escola são verdadeiros officiaes? ... Não convirá que os officiaes, quando sahirem das escolas, saibão tudo quanto diz respeito á sua arma? Poderão elles ter essa instrucção pela theoria somente que se ensina na escola?

Assim, na esteira dessa medida, foi criada em 1851, a Escola de Aplicação do Exército, que começou a funcionar em 1855, a fim de implementar instrução prática a oficiais e praças e criou-se também a Escola de Tiro do Campo Grande, em 1859, com a finalidade de ensinar o tratamento das diferentes armas de fogo e adestrar oficiais e soldados nas regras práticas do tiro, ambas, estabelecidas na Corte. (MOTTA, 1998, p. 106)

Só a partir da empreendida reforma das Escolas Militares, em 1858, é que a formação de oficiais desdobrou-se em duas escolas: a Escola Militar tornou-se a Escola Central, que continuou a funcionar no Largo de São Francisco, enquanto a Escola de Aplicação do Exército foi transformada na Escola Militar e de Aplicação, estabelecida nas fortalezas de São João e da Praia Vermelha, todas na Corte. O curso de Cavalaria e Infantaria, que existia na província do Rio Grande de São Pedro, foi reduzido a uma escola militar preparatória, para oficiais subalternos.

De acordo com o regulamento que reorganizou as escolas, a Escola Central se destinava ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais e também ao ensino das matérias próprias á engenharia civil, enquanto a Escola Militar e de Aplicação da Praia Vermelha estava especialmente encarregada do ensino teórico e prático das doutrinas militares, aos oficiais e praças das diferentes Armas do exército, a saber, Artilharia, Infantaria e Cavalaria.

Era o caminho que apontava para a separação entre a formação militar e a de engenharia civil, como denunciavam as justificativas apresentadas pelo ministro Jeronymo Coelho:

A distincção da engenharia civil da de engenharia militar em cursos diversos desfaz o grave inconveniente, que resultava da accumulacção destas duas espécies em um só individuo, que de ordinário era militar, e que por este modo ficava sendo um engenheiro encyclopedico, mal podendo habilitar-se com perfeicção nas doutrinas, aliás vastas, difficeis

e variadas, destes ramos da sciencia do engenheiro, tão distintos e de tão diversa applicação.

Contudo, apesar das mudanças, continuava marcante a presença de civis, primeiro na Escola Militar e, após 1858, na Escola Central, como o quadro abaixo pode indicar:

Quadro XV - Matrículas civis e militares na Escola Militar da Corte (1855/1864)

Categorias/ Ano	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864
Militares	190	205	103	285	195	212	191	154	15	15
Civis	156	182	255	312	169	195	148	150	136	139

Fonte: Alves, 2003, p. 231.

Significativo, nesse momento de expansão do ensino militar, foi a extensão do ensino ao nível secundário, com a criação de um curso preparatório na Escola Central, o que refletiria a preocupação com a melhor capacitação do exército, fundamental para seu processo de profissionalização.

Referindo-se aos exames parcelados de preparatórios que davam acesso aos cursos superiores, Jeronymo Coelho critica os meios de ensino particulares, principalmente nas províncias, que não conseguem prover os conhecimentos indispensáveis para a admissão nas Academias ou escolas do governo.

A criação de um curso preparatório na escola central franqueou as portas academicas a todas as classes, e especialmente ás classes pobres, e mais que tudo aos provincianos. A exigência dos preparatórios estudados externamente arriscava, a que um pai, para preparar seu filho, recorresse nas províncias ou a maos collegios, ou a curiosos, e depois de despesas, sacrificios e perda de tempo, corria o risco de o ver reprovado na corte, e assim perdidos os seus esforços, e frustradas suas esperanças. Estas vantagens serão ainda mais proficuas em relação aos alumnos militares, quando para o futuro estabelecer-se o internato, de que trata o art. 14 do regulamento.

O curso preparatório constava de três aulas: a 1ª, de francês e latim, abrangendo gramática, tradução e leitura; a 2ª, de história, geografia e cronologia e a 3ª, de aritmética e metrologia, elementos de álgebra e geometria. As exigências para a

matrícula no curso eram as seguintes: saber ler e escrever correntemente e as quatro operações da aritmética, além de ter a idade mínima de 12 anos, para paisanos, e de 14 a 25, para os militares, sendo que estes, somente até os postos de oficiais subalternos.

A preocupação manifestada pelos militares com a instrução secundária e os exames parcelados de preparatórios não foi peculiar à corporação, antes fez parte de um processo maior, desencadeado pela função atribuída aos estudos secundários, encarados no Império, quase que somente, como canais de acesso aos cursos superiores, o que colaborou para reduzi-los aos preparatórios exigidos para a matrícula nas faculdades.

Segundo Haidar (1972), a urgência após a formalização de nossa emancipação política era a formação de uma elite dirigente capaz de administrar as instituições recém-criadas. Por conta disso, tivemos ensino superior antes mesmo que se estabelecesse um ensino de tipo secundário, ocasionando uma distorção, que marcou o sistema educacional brasileiro, organizado, até hoje, “de cima para baixo”, onde a escola secundária “cede as suas funções próprias à tarefa ancilar de curso preparatório para o ingresso no ensino superior”. (p. 15)

Contrariando a tendência geral à fragmentação, a preparação ao ingresso para a Escola Militar, caminhou na direção de constituir um curso de nível secundário, com formato escolar próprio, que incorporou gradualmente a sistematização de conteúdos em séries. (ALVES, 2003)

Refletindo essa preocupação estavam as idéias do deputado F. J. da Rocha que, em 1877, apresentou para discussão na Câmara um projeto para criação de um liceu no Município Neutro, no qual seriam lecionadas todas as matérias exigidas para admissão à matrícula nas diversas faculdades, e “quais quer outras que pelo governo, forem consideradas convenientes ao complemento de um curso de instrução secundária”.

Este liceu gozaria dos mesmos privilégios que tinha o Imperial Colégio de Pedro II, podendo conferir o bacharelato em letras ou em ciências, vantagens extensivas aos liceus provinciais. O referido projeto estabelecia ainda a extinção dos cursos de preparatórios, anexos às faculdades de Direito.

Voltando à reforma das Escolas Militares, o ministro Manoel Felizardo, em 1859, discorda de alguns aspectos, principalmente, aqueles relacionados aos cursos preparatórios. Utilizando o discurso da racionalidade econômica ele, em seu relatório,

apresenta uma proposta de criação de um internato que concentrasse todos os estudos preparatórios, já que estes estavam divididos entre as escolas da Corte e do Rio Grande.

De acordo com Felizardo, nele seriam admitidos meninos de 8 a 14 anos, filhos de oficiais e praças, inutilizados ou mortos em campanha, os quais, assim habilitados, passariam ao serviço efetivo do Exército. Então, afirmou o ministro, “sem maior dispêndio dos dinheiros públicos, com mais proveito para a instrução e para o serviço militar, além de grande benefício aos officiaes e mais praças do Exército, acredito que se poderia reunir em um só internato, destacado das Escolas da corte, todas as aulas preparatórias”.

Alegava que a maioria dos alunos que freqüentavam os preparatórios no Rio Grande era formada de praças, que passavam de três a seis anos na escola, e dos voluntários, que por sua vez, estavam obrigados a servir por seis anos. Fatalmente, o término dos estudos coincidia com a baixa do serviço no Exército, acarretando uma enorme despesa para a repartição da guerra que despenderia cerca de 30 contos, anualmente, sem nenhum proveito para o melhoramento de seu pessoal.

Discordando das reformas, estava também Polidoro Quintanilha Jordão que, como comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, em seus relatórios apontava, insistentemente, os inconvenientes da formação de militares a cargo de duas escolas, com alunos sujeitos, sucessivamente, a dois regimes, o que causava grande embaraço à aquisição dos conhecimentos práticos. À dualidade das escolas, o general Polidoro atribuía não só prejuízos para o ensino técnico-profissional, como também uma ação nefasta sobre a formação de uma adequada mentalidade militar o que, neste caso, poderia levar à indisciplina e às transgressões graves dos alunos.

Iniciado o ano letivo, ao receber os alunos, com ares de doutores, vindos da Escola Central para obter, na Praia Vermelha, o ensino teórico e prático das doutrinas militares, era assim que Polidoro os via:

O desdém e a repugnância que alguns mostram para a obediência e o cumprimento dos seus deveres é quase sempre consequência do hábito em que estão de nenhuma sujeição, ou da persuasão de se acharem isentos desse dever em virtude de garantias que supõem ter, como oficiais ou como cadetes, tornando-se principalmente presumidos quando para esta escola vêm com habilitações ou títulos científicos em outras adquiridos. (*Apud*, MOTTA, 1998, p. 118)

Munido da experiência que vivera como comandante, de 1856 a 1862, e convicto de que a solução para esses males só aconteceria quando a instrução militar fosse concentrada em um regime de internato continuado, numa só escola, do início ao fim dos estudos coloca, então, em prática suas idéias ao tornar-se Ministro da Guerra, em 1862.

Era a reforma de 1863, que introduziria grandes mudanças em relação aos regulamentos anteriores. A partir do novo regulamento, a Escola Militar da Praia Vermelha passou a ser a escola básica da formação das três Armas, concentrando todo o ensino militar. A Infantaria e a Cavalaria contavam com dois anos de estudo; a Artilharia, com três anos; enquanto que os Engenheiros e os alunos do curso de Estado-Maior, após os três anos, freqüentariam a Escola Central do Largo de São Francisco, a fim de obter a formação complementar.

Com a Guerra do Paraguai, professores e alunos foram desviados dos trabalhos na Escola Militar da Praia Vermelha, para o palco do conflito. A Escola de Tiro do Campo Grande foi fechada e permaneceu funcionando apenas o curso preparatório, que desde 1863, já se achava instalado na Praia Vermelha. A Escola Central seguiu freqüentada apenas por alunos civis. (ALVES, 2002)

No entanto, a guerra parece ter precipitado as mudanças, desejadas pela corporação e já renunciadas, que se efetuaram posteriormente. Em 1874, com a congregação de todo o ensino militar na Escola Militar da Praia Vermelha ocorreria, enfim, a separação do curso de formação de engenheiros civis, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que sucedeu a Escola Central e, a partir desta data, vinculou-se ao Ministério do Império, não mais ao da Guerra. Tal separação já se afigurava inevitável. João Lustoza da Cunha Paranaguá, em 1867, sugeria que a Escola Central passasse para o Ministério do Império ou da Agricultura, pois “ela pertence, pela sua posição e outras circunstâncias, ao estudo e formatura dos engenheiros civis e estes dispensam os hábitos da disciplina militar”.

Esta proposta convergia com o pensamento do Conselheiro José Liberato Barroso (2005), que em sua obra *Instrução Pública no Brasil*, publicada no mesmo ano, dedicou um capítulo à instrução militar, conforme se verifica desses trechos:

Os Relatórios do Ministro da Guerra deste anno e do anno passado reconhecem a necessidade de uma reforma, pela qual se concentre na eschola militar todo o ensino dos que se dedicam à profissão das armas.

Os officiaes do estado maior do exercito e engenheiros militares completão a sua instrucção na Eschola Central: são obvias as razões da conveniência dessa reforma.

[...] A Eschola Central depende do Ministério da Guerra, entretanto tem dous cursos para paisanos, um de engenheiro civil e outro de engenheiro militar. São evidentes os defeitos dessa dependência recíproca. Devendo se concentrar na Eschola Militar o ensino de todas as doutrinas militares, convém que a Eschola Central fique independente do Ministério da Guerra, e como instituição de ensino profissional sujeita ao Ministério das Obras Publicas, visto que não temos um ministério geral da instrucção publica. Como actualmente está e uma anomalia. (p. 220 – 223)

Com o desmembramento das Escolas pretendia-se atender, de um lado, às necessidades impostas pelas transformações econômicas por que passava o país, trazidas pela expansão da cultura cafeeira. Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por transformações profundas, com a progressiva substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, estimulando o desenvolvimento de um surto industrial e a rápida expansão das estradas de ferro, bem como da navegação a vapor, o que justificava a ampliação dos estudos de engenharia civil, desvinculados da atividade militar, exigidos pela crescente modernização de nossa economia. O desenvolvimento de uma malha ferroviária no Brasil (ver quadro XVI) constituía-se, assim, uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento capitalista, em particular na região cafeeira. Os números abaixo dão uma idéia dessas novas exigências:

Quadro XVI - Expansão das estradas de ferro de 1854 à 1889

Anos	Região cafeeira (em kms)	Brasil (em kms)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1053,1	1357,3
1879	2395,9	2895,7
1884	3830,1	6324,6
1889	5590,3	9076,1

Fonte: Silva, 1976, p. 58.

Por outro lado, era imperiosa a reestruturação do exército, principalmente, no que tocava à instrução dos oficiais, cujas deficiências haviam sido duramente expostas no decorrer do conflito no Paraguai. Em 1871, o relatório do ministro Visconde do Rio Branco não deixa dúvidas quanto a essas intenções:

Devo aqui ponderar-vos, como alguns de meus antecessores, que os indivíduos que estudam na escola central antes destinão-se a vida civil, que a militar. Vós reconhecereis que é mais regular completar na escola militar o curso de engenharia militar e do estado-maior de 1ª classe do exercito, dando-se áquelle estabelecimento o seu verdadeiro character de escola de engenheiros geographos, engenheiros civis e candidatos á direcção dos trabalhos industriaes, agricolas e de mineração. A reforma de que vos falo aqui é tanto mais necessária quanto é certo que a guerra do Paraguay demonstrou que devemos attender muito á instrucção dos nossos officiaes de artilharia e da engenharia militar.

Dessa maneira, pelo Regulamento de 1874, os militares além dos cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, passaram a ter também na Escola Militar os cursos de Estado-maior e Engenharia. Com o passar do tempo, o aspecto “escola de engenharia” sobrepujou o aspecto “escola de aplicação militar”. Nascida como escola de práticas militares, em 1855, a Escola Militar da Praia Vermelha se caracteriza, após 1874, por ser um centro de estudos de engenharia, num nível altamente teórico, sobretudo pelos estudos de Matemática. Por essa reforma foi restabelecido o Curso de Cavalaria e Infantaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, diante das necessidades

óbvias de defesa que sempre existiram naquela província e que ficaram mais prementes e explícitas na Guerra com o Paraguai.

Houve, ainda, em decorrência do citado regulamento, um incremento dos estudos preparatórios que, transformados em Escola Preparatória, anexa à Escola Militar, seguiam o mesmo regime de internato e de disciplina militar. Os estudos preparatórios constavam de três anos, transformando-se, na prática, em um verdadeiro curso secundário, onde os alunos tinham as seguintes matérias:

a) 1º ano: Gramática portuguesa, Francês, Aritmética, Geografia e Desenho linear.

b) 2º ano: Língua vernácula, Francês, Inglês, História Antiga, Álgebra elementar e Desenho linear.

c) 3º ano: Língua vernácula, Inglês, História (Idade Média, Moderna, Contemporânea e Pátria), Geometria, Trigonometria plana, Desenho linear e Geometria prática.

Estudavam, ainda, a administração de companhia e de corpos e havia a instrução prática das diferentes Armas do Exército, além de ginástica, esgrima e natação.

O exame desse currículo confirma a ênfase dada aos estudos secundários, naquela época, que tinham um cunho fortemente literário e humanístico. Não só pela exclusão das ciências físicas e naturais do currículo, como pelo predomínio da História sobre a Geografia, pelo maior destaque conferido à História Antiga em relação à Contemporânea e também pelo estudo de duas línguas estrangeiras. (MOTTA, 1998)

Já a preocupação em estabelecer quais seriam os métodos de ensino utilizados, os tempos de aula para as disciplinas, o número mínimo e máximo de alunos por sala, a fim de prover uma maior eficiência no aprendizado, além de outras disposições normativas, denotam a intenção de melhorar a qualidade do ensino ministrado no Exército, movimento este que não se restringiu aos estudos preparatórios, mas também às escolas regimentais e aos depósitos de instrução, num esforço claro de capacitação dos efetivos militares.

Assim, a Escola Militar da Praia Vermelha, agora inteiramente voltada para a formação militar, recebia alunos que optavam pela carreira e que, convivendo juntos sob o regime de internato, construíram novas redes de sociabilidade. Como consequência,

está a formação, nos jovens oficiais, de uma identidade pautada nos valores meritocráticos e na predominância de uma mentalidade “cientificista”, esta, certamente sob influência do impacto da penetração no universo intelectual brasileiro da doutrina positivista e do evolucionismo, sem esquecer o papel desempenhado por professores como Benjamin Constant.

Positivista confesso e propagador dos seus ideais, Benjamin Constant catalisou as aspirações dessa jovem oficialidade, da qual foi considerado o “mestre”, “líder” ou “catequizador”, pois, durante muitos anos, foi professor de matemática da Escola Militar, onde o estudo das ciências e, em especial, da matemática era, na perspectiva de Celso Castro, um poderoso elemento de diferenciação para os estudantes militares. Não era por outra razão que, informalmente, os alunos da Escola Militar a chamavam de “Tabernáculo da Ciência” (CASTRO, 1995, p. 52). Eram as condições para a emergência do grupo de oficiais que Celso Castro chamou de “mocidade militar” e que ali se gestaria no período de 1874 a 1889.

Entretanto, a Escola Militar e seu regulamento seguiram sendo alvo de críticas, quer seja pelo excesso de ensino teórico, em detrimento dos estudos técnico-profissionais, seja pelos que advogavam a ampliação da teoria no currículo. Em 1889, o Ministro da Guerra Thomaz Coelho ainda promove a última, porém abrangente, reforma do Império, no intuito de reorganizar o ensino militar, procurando dinamizar a administração da pasta a seu encargo e atender a algumas reivindicações antigas da corporação, inconformada com o estado de obsolescência do Exército.

Nesse aspecto, o requerimento encaminhado pelo deputado Affonso Celso Jr., em 1887, já demonstrava o grau de insatisfação dos militares. Nele, o deputado requer:

[...] saber se o governo tem conhecimento da moção de ontem do Club Militar, na qual se propôs diante da indiferença do governo em relação aos meios de defesa de que dispõem o exército e a armada, fossem nomeadas comissões para indicar as providências e reformas urgentes para garantir a nação; o que pensa o governo e o que pretende fazer em relação a essa moção?

Dentre as iniciativas dessa reforma estão a criação do Imperial Colégio Militar e de uma Escola Militar no Ceará, além da Escola Superior de Guerra, destinada a dar instrução teórica e prática aos oficiais que houvessem se distinguido nas Escolas Militares e fossem indicados para estudar os cursos superiores de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior. De certa forma, era o retorno à situação anterior a 1874, com o desdobramento dos estudos em duas escolas.

Contudo, com a precipitação dos acontecimentos políticos e a queda do regime, as mudanças curriculares nas Escolas Militares vigorariam por apenas um ano, sendo mantidos pela República o Colégio Militar e a Escola Superior de Guerra, esta até 1898.

A despeito de sua duração efêmera, a reforma de 1889 espelhou a experiência pedagógica que vinha sendo acumulada pelo exército ao longo do Império, muito embora a intelectualidade militar não tenha tido tanta participação quanto possivelmente gostaria na comissão que a formulou, à exceção de Benjamin Constant e Roberto Trompowski, professores da Escola Militar (ALVES, 2002). Em sua abrangência, a referida reforma englobou todas as instâncias de ensino das quais o exército se encarregou, do nível mais elementar, como as Escolas Regimentais, à especialização dos oficiais, representada pela Escola Superior de Guerra, além de concretizar o projeto antigo da corporação de uma instituição de ensino secundário militar.

Já na República, o regulamento de 1890, de Benjamin Constant, agora Ministro da Guerra, marcaria o ápice da perspectiva positivo-cientificista. O acréscimo em anos de estudo para a formação de oficiais e o enfoque intensivo nas ciências, deu à reforma de Constant uma forte coloração positivista, sobretudo quando se tratou da Biologia, da Sociologia e da Moral. (MOTTA, 1998) Mesmo eivada de críticas ao positivismo ortodoxo que a caracterizou, essa reforma vigorou até 1898, coincidindo com a época de maior presença dos militares na vida política brasileira, até então.

4.2. Ordem e Civilização: o Exército Imperial e o projeto conservador de reorganização nacional

Por volta de 1850, com o fim da Revolução Praieira, cessavam as revoltas regionais no Brasil e criavam-se as condições para o estabelecimento de um Gabinete da Conciliação, entre liberais e conservadores, tendo à frente o Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná. O predomínio dos conservadores na política (em 1852, por exemplo, todos os 113 deputados da Câmara eram conservadores) viabilizou o ministério que, organizado em 1853, selava um acordo político que garantiria alguns anos de estabilidade institucional e política para o Império.

De acordo com as palavras do próprio marquês de Paraná, ao esclarecer a natureza de suas propostas políticas:

“Nesse programa declarei muito expressamente que considerava como uma utopia qualquer conciliação que se tentasse com o fim de procurar unir os partidos, conciliá-los, e dar-lhes uma unidade de pensamento que não poderia existir sem compressão. Disse, porém, que havia uma certa conciliação, uma certa maneira de encarar a política no estado atual, que poderia de alguma sorte apresentar bons resultados, que poderia dar ao ministério um apoio mais amplo de alguns indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem”. (HOLANDA *apud* KOSHIBA e PEREIRA, 2003, p. 180)

Ainda neste programa, o ministro declarou que seus atos teriam caráter de moderação, concernente com as opiniões que seguia, que sua política seria de conservação e progresso, progresso material e moral, e que procuraria realizar todas aquelas reformas que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais.

O conjunto de medidas citadas que procurou centralizar na Corte o ensino militar, pode também ser compreendido como uma das faces do projeto de reorganização administrativa que a elite política conservadora tinha para o país, durante a fase de consolidação do Estado Imperial. Projeto este que, vinculado ao processo centralizador, investiu numa expansão da capacidade regulatória do Estado, atendendo aos princípios preconizados de Ordem e Civilização.

Os dirigentes saquaremas entendiam que a ordem social não acontecia naturalmente, sendo resultante de uma ação política coordenada, o que impunha a expansão da capacidade regulatória acima referida por meio da criação de um aparato administrativo, subordinado a um comando único. Assim,

Os sempre vigilantes olhos do Imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a Conservação. (MATTOS, 2004, p. 216)

Tal como observado por Ricardo Salles (1990), o governo imperial e o alto oficialato do Exército, notadamente, Caxias, consideravam o Exército “como uma das instituições que denotavam o grau de civilização (de acordo com os parâmetros europeus ocidentais) da sociedade brasileira”.(p. 134)

Buscando a eficiência administrativa, técnica imprescindível aos países ditos “civilizados” à época, os conservadores vão empreender a reestruturação do Exército

através de uma ampla rede normativa, constituída de vários decretos, leis, regulamentos, circulares, além de um sem-número de procedimentos administrativos como a instituição de livros, mapas e relatórios, cuja intenção era aumentar o poder e a capacidade de controle do Estado sobre os militares, particularmente, os dos baixos escalões do Exército.

Foi o caso da emenda apresentada pela comissão de marinha e guerra da Câmara, em 1854, durante a vigência do Gabinete de Conciliação, vinculando o casamento dos oficiais, exceção feita aos oficiais superiores, a uma prévia autorização do governo. Houve protestos por parte dos alunos da Escola Militar, que se manifestaram vivamente na sessão da Câmara durante a discussão. O caráter disciplinar da emenda fica notável nas alegações do governo, ao tentar aprová-la:

“Não se proíbe o casamento dos oficiais militares (...) o que se exige é que eles peçam e obtenham licença do governo para o fazerem. É uma idéia de *disciplina* militar (...) o Estado tem e deve ter o direito de *vigiá-lo*, de regularizar-lhe o casamento porque a família do militar é a família do Estado (...) É uma idéia consignada em todas as legislações das *nações modernas e civilizadas...*”. (grifo meu)

O uso recorrente da palavra ‘vigiar’ é revelador. Se na defesa da emenda são usados vários termos que, isolados, já faziam parte do vocabulário político do Império, com certeza, eles inauguram uma fórmula discursiva, até então, desconhecida. No depoimento do deputado Pereira da Silva é possível perceber que o exercício da disciplina se impõe mediante um novo dispositivo, uma sujeição que não é obtida pela violência e que é, ao instituir-se, tão mais eficiente quanto mais sutil, nisso residindo a sua modernidade. Dessa maneira, um homem civilizado é um homem com conduta e afetos modelados, organizados a partir de regras que lhe são exteriores, ainda que aspirem à naturalização.

De acordo com Foucault (2000), para que o poder disciplinar se exerça, é preciso especificar a vigilância. A eficácia das redes de vigilância aumenta quando o poder não é nomeado, permanecendo como uma entidade que, se não pode ser vista e prontamente identificada, é nitidamente sentida no cotidiano das relações sociais.

O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar. (p. 156)

Um outro exemplo desse esforço do governo no sentido de ordenar e disciplinar o Exército foi a criação da Repartição do Ajudante-General, pelo então ministro da guerra, Marquês de Caxias. Em seu relatório não ficam dúvidas sobre as atribuições do ajudante-general:

O ministro e secretário d'estado dos negócios da guerra terá junto a si no ajudante general do exército uma autoridade profissional competentemente habilitada para informa-lo exactamente, e em qualquer ocasião necessária, do estado do pessoal do exercito; a qual será ao mesmo tempo, segundo os princípios de seu regulamento, o responsavel perante o dito ministro pela conservação da uniformidade de disciplina, administração, instrução e movimento daquelle pessoal, de accordo com as ordens do referido ministro.

Cumprе ressaltar que essa ânsia normativa não foi exclusiva do Exército, tendo se estendido a todas as instâncias do Estado Imperial, conforme a visão saquarema sobre a forma que aqui, o parlamentarismo deveria assumir, onde “o Imperador reinava, governava e administrava”. Para que pudessem atingir a sociedade, os princípios e ideais de ordem e civilização, projetados pelo Partido Conservador, era necessário antes, recuperar os mecanismos administrativos do Estado, penetrando e reestruturando cada uma de suas repartições. (SOUZA, 1999, p. 121)

Este grande empreendimento reformista que, na década de 50, se inicia com a abolição do tráfico negreiro e a reforma na estrutura fundiária, com a Lei de Terras, em 1850, abrangeu, além do Exército, também a Guarda Nacional. Sem esquecer que foi feita a reforma judiciária e a reforma eleitoral, em 1855 e que houve a promulgação do Código Comercial, além da reforma bancária, com a criação do segundo Banco do Brasil, em 1853.

Na esfera educacional, desde o Ato Adicional de 1834, a vaga reformista tinha se expandido aos outros níveis da administração, pois, além da normatização vinda da instância central, as normas também provinham do poder provincial, gerando o que Gondra caracterizou como “cultura da reforma”.

Ao lado das reformas patrocinadas pelo poder central devem ser adicionadas aquelas ocorridas no plano provincial. Multiplicação que se vê ampliada pela conjuntura de alta rotatividade no período monárquico, tanto no âmbito dos gabinetes ministeriais, como no da presidência das províncias, sendo esse traço igualmente visível ao longo do período republicano. Por isso é possível afirmar que tal expediente contribuiu para gerar uma efetiva cultura da reforma no Brasil que, via de regra, opera de acordo com a retórica da insuficiência ou inexistência de iniciativas na área que a mesma procura recobrir.

Afinal, os dirigentes saquaremas apostavam na instrução como meio eficaz de controle e como promoção de progresso e civilização, em que se destacam a reforma Couto Ferraz, que regulamentava a instrução primária e secundária da Corte, as reformas no ensino jurídico e médico em 1854, do Imperial Colégio de Pedro II e a criação dos Institutos Especiais, entre outras.

4.3. A resistência ao projeto reformista: o receio da “militarização” do país

Sem dúvida, houve resistência ao projeto reformista conservador, no que concerne aos militares, até mesmo por parlamentares do governo, incrementada pelo receio dos liberais a um processo de “militarização do país”. Como exemplo, por quase todo o Império, exceção feita ao período da Guerra do Paraguai, nas discussões anuais sobre a fixação de forças de terra e mar, houve, sistematicamente, uma forte reação ao aumento dos efetivos militares, por parte dos membros da Câmara e do Senado vindas, quase sempre, do grupo liberal.

Durante as discussões de 1853, era opinião do senador Fernandes Chaves que a força pedida pelo governo era excessiva, que nem as necessidades ou circunstâncias do país, em paz, justificavam. E questionava a necessidade de exércitos permanentes

Observa que em todas as nações os exércitos permanentes são considerados como um ônus apenas justificado pela necessidade, não só porque os indivíduos que o compõem são outros tantos braços subtraídos à lavoura e à indústria, como porque a sua sustentação não pode ser feita sem grande gravame para o tesouro público.

Afirmando que, no Brasil, em que o Exército e a Marinha absorvem mais de um terço da receita, o governo em vez de diminuir o efetivo, trata sempre de aumentá-lo. De acordo com o senador, em 1849 e 1850, a força compunha-se de 15.000 praças, número que foi elevado a 20.000, no ano seguinte, justificável em virtude dos conflitos no Prata, contra Rosas e Oribe. Diante do fim dessas circunstâncias, Fernandes Chaves pede a redução do Exército.

Entretanto, de acordo com José Murilo de Carvalho (2003), os dados permitem afirmar que, no caso brasileiro, a grande redução dos gastos administrativos se deu nas despesas militares, ou seja, no orçamento dos ministérios da Guerra e da Marinha. A

única interrupção nesta tendência ocorreu durante a guerra contra o Paraguai, sendo que, após a guerra, a tendência decrescente retomou seu curso de maneira ainda mais acentuada.

Além de propor a redução do efetivo, Fernandes Chaves sugeriu que o Exército tivesse um “emprego judicioso e útil, que à imitação do que se pratica em algumas nações da Europa, fosse empregado nas grandes obras de utilidade pública; é este um dos grandes progressos da civilização moderna; a aplicação dos exércitos aos trabalhos públicos é o meio pelo qual eles podem deixar de ser um peso para os povos e para o tesouro”.

Em resposta ao senador, o ministro da guerra Manuel Felizardo, rebateu os argumentos para a diminuição dos efetivos do Exército, alegando que se eram reconhecidos os inconvenientes dos grandes exércitos, não era menos reconhecida a necessidade de determinada força em cada país e que as grandes dívidas que sobrecarregavam diferentes potências da Europa não provinham tanto da sustentação dos grandes exércitos e sim, das guerras continuadas em que elas se achavam envolvidas.

Tendo em vista o quadro de beligerância nos Estados vizinhos, o ministro adverte ainda que “esta circunstância deve fazer com que nos achemos sempre devidamente preparados para qualquer eventualidade, porque os exércitos não se improvisam, cumpre aprontá-los durante a paz para tê-los quando chegar a guerra”.

No discurso de Felizardo, havia um receio, que se justificaria anos depois, visto que a surpreendente campanha de cinco anos contra o Paraguai tornou evidente o despreparo militar brasileiro implicando, inclusive, avaliações adversas sobre a eficácia das medidas governamentais para a defesa e segurança do Império. Como em 1867, quando o senador Silveira da Motta requereu que fosse nomeada uma comissão de inquérito do Senado para investigar as causas do prolongamento da guerra contra o Paraguai. São seus argumentos:

Um paiz essencialmente agricola, como o nosso, tem-se visto condemnado a uma despeza de sangue, que faz desejos de voltar os olhos para não chegar-se a conhecer-se a extensão dos sacrificios! Um paiz essencialmente agrícola com aspirações a uma vida puramente civil, que é a que lhe poderia garantir a liberdade, vê-se a braços com um grande exercito, com organizações militares fortes, que no presente e no futuro ameaça a sociedade!

Tanto as falas do senador Fernandes Chaves quanto as de Silveira da Motta são bastante exemplares do pensamento liberal no que diz respeito ao papel e às funções que as forças armadas deveriam ter e desempenhar no país. Isto vale particularmente para o Exército, visto que a Marinha contava com a “simpatia” de alguns parlamentares, como foi possível constatar a partir do exame dos Anais da Câmara e do Senado do Império. É provável que esta tolerância tenha ocorrido pelo fato de a Marinha ter um efetivo muito menor, o que pesaria menos no orçamento, ou ainda, prendia-se ao fato de a oficialidade da Armada ser composta, em grande número, pelos filhos da elite política, como foi visto anteriormente.

A aversão dos liberais pelos exércitos permanentes já vinha se manifestando desde a Primeira Regência, período que certa parcela da historiografia intitulou de “Avanço Liberal”. Os argumentos para esse repúdio se ancoravam, no fato de que um grande exército desviaria da produção um numeroso contingente de mão-de-obra. Por outro lado, diziam os liberais, referindo-se ao caso de Rosas, na Argentina e a Sant’Anna, no México que a constituição de exércitos fortes poderia levar ao surgimento de pequenos Bonapartes. (CARVALHO, 2003)

O fantasma da fragmentação territorial e o exemplo dos vizinhos latino-americanos reforçavam as preocupações e os argumentos desses parlamentares. A trajetória pós-independência, marcada pelo militarismo e pelas disputas entre os caudilhos gerava, nesses países, grande instabilidade política, debilidade das instituições e convulsão social.

4.4. “Acaso quer se criar uma raça militar?”: as discussões políticas acerca do projeto de criação de um colégio militar.

A pesquisa efetuada nos Anais do Senado e da Câmara permite afirmar que, durante os debates no Senado sobre as reformas no ensino militar, surgem as condições para se pensar novamente a criação de um colégio militar, já que aquela primeira iniciativa, como visto, ainda na regência, não havia sido implementada.

Na discussão do projeto de Manuel Felizardo acerca da separação dos cursos na Escola Militar, que só se efetivaria em 1858, o senador Cruz Jobim questiona o projeto do ministro e sugere a criação de colégios militares como solução para a questão dos preparatórios à carreira militar.

[...] e é por isso que eu quisera que, a fazer-se uma reforma na escola militar, principiássemos por separar dela tudo quanto não é propriamente militar, e estabelecêssemos um ou mais colégios que poderíamos denominar colégios militares, destinados para os moços que quisessem seguir a carreira militar, com especialidade para os filhos de militares que tivessem morrido em campanha. Então esses moços, depois de aprenderem nesses colégios as matemáticas, as ciências físicas e naturais, todos os preparatórios enfim necessários, viriam estudar na escola militar, aqui ou no Rio Grande, as ciências militares propriamente ditas, assim entravam com habilitações convenientes e não como acontece hoje que se entra para a escola militar quase sem habilitação alguma, ou como propõe o Sr. ministro da guerra, sabendo apenas as quatro operações. Assim ficava inteiramente separada a ciência, a teoria da prática, e os alunos sem as habilitações de colégios iriam para as escolas militares aprender somente a prática, sem fazerem uma confusão de mil estudos simultâneos, com pouco proveito, segundo creio.

Apoiando a iniciativa do projeto de criação de uma escola militar que ministrasse instrução prática no Rio Grande do Sul, Jobim adverte, no entanto, que:

[...] esta educação prática militar é necessária que seja precedida da educação de um colégio que chamarei colégio militar, onde os alunos, especialmente os filhos órfãos de militares beneméritos, desde a idade de 12 até 16 ou 18 anos, se habilitem para poder perceber os conhecimentos que se ensinam nas escolas e tirarem deles todo o partido que é para desejar. Por esse lado considero a criação da escola militar proposta pelo Sr. Ministro como incompleta, pois que entendo que devia ser precedida da criação desse colégio militar. Por outro lado a criação da escola central me parece desvantajosa, tanto para o país como para os próprios alunos, pois não sei qual é o modo de vida que eles procurarão [...].

Algumas vezes, as sugestões, ainda que embutidas nas críticas à pouca extensão da instrução militar no Brasil, vêm a partir da referência a modelos europeus, como a apresentada pelo senador Fernandes Chaves:

Era preciso que algumas instituições que há na Europa fossem para aqui transplantadas, e entre as de maior de utilidade aponto as escolas dos cadetes e as dos *enfants de troupe*, ou dos filhos de oficiais inferiores e soldados, próprias para formar bons oficiais desta classe tão necessários no nosso Exército.

O senador acreditava que, com a redução da força militar, economizar-se-ia uma boa soma, que poderia ser, com muito proveito, empregada nesses estabelecimentos de ensino.

Afinal, no dia 24 de agosto de 1853, foi aprovado sem debate e em 1ª discussão, o projeto nº 148 do Senado, criando na Corte um colégio para educação dos filhos dos militares. Sobre esse projeto, algumas considerações em relação a sua autoria são necessárias.

De acordo com a historiografia de cunho oficial e os trabalhos de memorialistas, essa iniciativa é atribuída a Caxias, quando senador. O livro de Figueiredo e Fontes (1958), que em seu primeiro capítulo, aponta o Imperial Colégio Militar como o “sonho de Caxias”, em que a primeira idéia de criar um colégio para os órfãos dos militares, mortos nos campos de batalha, “teve-a Caxias, que, em 1853, como Senador, bateu-se por ela, sem nada conseguir”. (p. 13)

No trabalho do Major José Faustino da Silva Filho, no qual Figueiredo e Fontes se fundamentaram, consta que “os pródromos da criação do Colégio Militar datam de 1853, quando Caxias se bate pela louvável iniciativa constante do projeto nº 148, do Senado” (SILVA FILHO *apud* FIGUEIREDO e FONTES, 1958, p. 3-4), acrescentando um discurso que ele teria proferido ao defender o projeto. Em realidade, foi verificado que esse “discurso” tratava-se do relatório apresentado por Caxias, como ministro da guerra, em 13 de maio de 1861, ou seja, quase oito anos depois da apresentação do projeto. A transcrição de partes desse relatório, não deixa dúvidas quanto a esse equívoco:

Foi submettido á illustrada consideração da câmara dos Srs. Deputados na sessão de 1853 um projecto do senado, que encerra uma providencia de alto alcance, e equidade no presente, e de lisongieras esperanças para o futuro. Quero fallar-vos do projecto nº 148 daquelle ano, autorisando o governo para crear no município da corte um collegio para educação dos filhos dos militares do exercito e da armada. Sabeis perfeitamente que em geral, estes servidores do Estado são sobrecarregados de família, subsistem dos poucos vencimentos militares que percebem, e carecem de meios e de tempo para dar a seus filhos aquella educação necessária para torna-los cidadãos úteis ao paiz, e que não desmereção a herança do nome, e da consideração que seus pais adquirirão no honroso e laborioso serviço das armas.

Cumpre aos poderes do Estado especialmente lançar neste assumpto suas vistas paternaes em benefício dos filhos daqueles que morrerão ou se inutilisarão no campo de batalha defendendo a independência, e a honra nacional, as instituições e os mais sagrados direitos.

Semelhante projecto, que revela o zelo e o patriotismo de seu illustrado autor, tem já por si o cunho da sabedoria de um dos ramos do poder legislativo.

Dos dignos membros, que compõem o outro ramo do mesmo poder, espero e solícito com a maior instancia, que complete essa obra

meritória, e que será por certo mui gloriosa para todos aquelles que para ella concorrerem.

Já no referido ano de 1853, parece que a presença de Caxias no Senado não foi freqüente, visto que a pesquisa nos Anais só localizou uma única referência, tratando-se de um aparte, dado por ele ao Deputado João Antonio de Miranda, durante a discussão da emenda à proposta do Poder Executivo que fixa as forças de terra para o exercício financeiro de 1854/55. Nas datas onde ocorrem as discussões sobre o projeto do colégio, não há registro da presença do então Marquês de Caxias.

Esses trabalhos, em tom laudatório, podem ser compreendidos como parte do processo de monumentalização da figura de Caxias designado, já na República, “patrono do Exército”. Dessa forma, não foi possível, para esta pesquisa, identificar o autor do projeto de 1853 para a criação de um colégio para filhos de militares. Contudo, há indícios de que esse projeto tenha partido do Executivo, do próprio Ministério da Guerra, que à época, era representado por Manuel Felizardo de Mello, que o teria submetido ao Senado. Feitas essas considerações, passa-se ao exame dos debates e de como os senadores se posicionaram em relação ao projeto.

Quando da segunda discussão do projeto, o senador Acaiaba de Montezuma apresentou uma emenda, que foi apoiada, acrescentando depois de “filhos de militares” as palavras “do exército e da armada”. O senador Dantas de Barros Leite não se opôs ao projeto, mas ponderou que ainda não havia sido derogado o decreto de criação de um colégio militar, referindo-se ao decreto de 1840, ao que o ministro Manuel Felizardo, presente à sessão, declarou:

Não existe decretada nenhuma criação igual a de que se trata. O que existe é um decreto do poder executivo estabelecendo nos arsenais escolas para artífices; e esse decreto até hoje não tem tido execução por falta de uma lei especial, embora em todas as leis do orçamento tenha passado uma cota para esse fim.

Interessante observar como o depoimento do ministro aponta para a falta de apoio do Legislativo, no sentido de implementar o estabelecimento de um colégio para filhos de militares, assinalada no relatório de Caxias, citado anteriormente. O Poder Executivo propôs, em vários momentos, como é possível verificar através do exame dos relatórios dos ministros da Guerra, várias medidas a fim de viabilizar essa idéia, que por falta de regulamentação legislativa, não vingou, pelo menos até 1889.

Dantas Leite também solicitou ao ministro da Guerra explicações sobre quais as matérias de ensino ministradas e de como seria feito o custeio do colégio a ser criado, ao que Felizardo, usando a lógica matemática, demonstrou como a educação desses alunos traria menos despesas que os alunos da Marinha, ou as órfãs da Santa Casa:

Recebendo-se os meninos na idade de 7 a 9 anos, sem dúvida que é preciso ensinar-lhes primeiras letras; e depois, como eles tem de seguir a vida militar, é necessário ensinar-lhes ginástica e os preparatórios que se exigem nas escolas superiores, acrescentando a escrituração econômica, regime militar, dos corpos, etc.

O nobre Senador supõe que os cofres públicos têm de fazer toda a despesa com esse colégio; porém engana-se. O número de alunos é de 240; e se 160 pagam 12\$ mensais, e 40 pagam 6\$, dividida a importância dessa mensalidade pelos 240 alunos, vem a tocar a cada um 9\$ e tantos réis, o que é suficiente para a alimentação, porque a academia de marinha sustenta cada aluno com 12\$ por mês, e o nobre Senador pelo Pará informou, em particular, que toda a despesa com uma educanda da santa casa anda por 11\$ e tantos réis por mês. Portanto a alimentação dos alunos desse colégio não é feita por conta do Estado.

E, ainda, questionado sobre a autorização para a admissão de alunos externos, argumentou que tal medida não era necessária, porque o número de alunos seria suficiente para os postos inferiores e superiores; e também não era conveniente, porque os alunos externos podiam estragar a disciplina do colégio.

O senador Dantas, respondendo ao ministro da Guerra, disse que não via nenhum inconveniente em que se admitissem alunos externos nesse colégio militar, visto que isso se dava no colégio de Pedro II e no seminário de S. José, sem que disso resultasse prejuízo à disciplina desses estabelecimentos.

No entanto, a mais crítica oposição ao projeto partiu do senador Vergueiro, como é possível constatar em seu aparte:

Julgo que a criação de que se trata é uma especialidade tal que não deve ser admitida. O que é que pode justificar o estabelecimento desse colégio somente para uma classe de indivíduos, e no município da corte? E até esse colégio é desnecessário. Nele tem-se de ensinar primeiras letras; mas não temos tantas escolas públicas? Quanto à instrução secundária, essa, podem esses meninos ter no colégio Pedro II, ainda que para isso seja necessário destinar mais alguma quantia. Acaso quer-se cobrir todo o império de escolas militares? Acaso quer-se criar uma raça militar? Mas o Brasil é agricultor, e antes nos conviria criar escolas de agricultura, pois que desgraçadamente não temos nenhuma.

O senador termina declarando que lhe parecia haver mistério no projeto de que se tratava. Em seu pronunciamento, Nicolau de Campos Vergueiro, legítimo representante da aristocracia cafeeira paulista, deixa claro os interesses do grupo que defende.

O senador Montezuma justificou o apoio ao projeto em discussão por julgá-lo indispensável:

Em geral as famílias dos militares são pobres, e muitos pobres, não podem pagar a educação de seus filhos, e portanto o Estado deve criar e sustentar estabelecimentos para esse fim, salvo se quer que os filhos daqueles que derramaram seu sangue, que perderam sua vida combatendo pelo país, vão ser sapateiros, ferreiros, etc.

Ademais, agregou o senador, o colégio não seria só para o município da Corte; as províncias ao sul e ao norte do Império poderiam para ele enviar alunos, considerando-se que o que elas mais desejam é “ter aqui um internato militar, porque em geral os pais receiam mandar seus filhos para a escola militar para não expô-los aos perigos da juventude e, assim, o governo dará a conveniente execução a um projeto que dele partiu; e no caso contrário, o orador prepara-se para censurá-lo em ocasião oportuna”.

Discutida a matéria, o projeto foi aprovado com a emenda e passou à terceira discussão, que aconteceu no dia seguinte. Iniciou com as dúvidas do senador Jobim, a respeito da expressão - regime militar - que constava no projeto, porque se ela envolvesse um método de ensino severo, ele votaria contra, visto que, em sua opinião, “o melhor método é o dos incentivos e estímulos”. E, fazendo eco aos críticos dos meios de ensino particulares, sugere:

O governo deve criar um colégio que sirva de norma, e isto é tanto mais necessário quanto a maior parte dos colégios particulares existentes nesta corte pertence a indivíduos que só têm em mira a ganância, e nada ensinam, como tenho presenciado nos exames que os alunos desses colégios fazem na escola de medicina.

O ministro da Guerra, Manuel Felizardo, procura responder às arguições no Senado, rebatendo as críticas e defendendo a idéia do colégio, a partir das razões para sua criação:

A *necessidade* de terem instrução os militares, a *obrigação* que por gratidão corre ao Estado de dar instrução aos filhos daqueles que derramam seu sangue e perdem a vida em defesa do país, e a *conveniência* que há em que, quando o militar entra em combate, tenha

a certeza de que seus filhos serão adotados e educados pela nação.
(grifo meu)

É freqüente, na maioria desses discursos, a justificativa assistencial como fundamento para a criação do colégio, quase sempre, associada à condição social dos militares. Um discurso bastante conveniente, que procura articular a necessidade de preparar bons militares, à obrigação do Estado, gerada pelo “tributo de sangue”, de prover educação aos filhos de militares, que termina por se concretizar numa prática de ensino assistencialista.

Respondendo às indagações do senador Jobim, o ministro esclareceu que a expressão “regime militar” não significava que haveria castigos severos no colégio e, antes, referia-se aos professores e empregados da instituição e ao fato de os alunos serem arregimentados. Este regime não excluiria os estímulos e incentivos, pelo contrário, visto que eles “têm lugar na classe militar mais do que em nenhuma outra da sociedade”, referindo-se ao caráter meritocrático, que caracterizaria a corporação militar sobretudo, a partir da lei que, em 1850, regulamentou as promoções no Exército.

Às críticas de Nicolau Vergueiro, Felizardo ponderou que não era militarizar o Brasil dar educação militar a duzentos e quarenta meninos, sendo que somente um terço deles estava obrigado a servir no exército, reiterando a utilidade desse ensino:

Essa educação é útil não só aos meninos que não tiverem de seguir a vida militar, porque o amor à ordem e à disciplina é útil a qualquer ramo de ocupação a que o homem se dedique, como também àqueles que a isso são obrigados, tornando-os robustos pela ginástica e preparando-os a obedecer sem humilhação e a mandar sem arrogância; acrescento que os primeiros se resolverão pela maior parte a seguir a mesma vida que os segundos pelos hábitos que houverem contraído no colégio.

[...] Criar-se no colégio de Pedro II lugares gratuitos para os filhos dos militares é uma idéia que não deve ser adotada, porque o título de Bacharel em Letras de pouco ou nada servirá aos meninos que não quiserem seguir a vida militar, e aos outros encherá de orgulho e os fará julgar mal de seus superiores que não tiverem o mesmo título; do que resultará a insubordinação e a indisciplina.

[...] Porque no país não se tem criado outras instituições que são necessárias, segue-se que também não se deve criar essa de que tanto se necessita? Quem não reconhece a necessidade que temos de escolas de agricultura? Mas para isso é preciso grandes despesas, mandar vir mestres do estrangeiro, etc; e porque não se pode obter isso, se deve desprezar um melhoramento tão útil e de tão fácil execução, como é o colégio de que se trata? Decerto que não.

Concorda com o senador Montezuma, no sentido de que o colégio deveria ser para todos os filhos de militares do Império, mas estabelecido na Corte, em virtude da possibilidade de uma melhor fiscalização, em que o governo poderia acompanhar o seu desenvolvimento e, corrigidos os erros que a experiência apresentasse, expandi-lo progressivamente às outras províncias. Entretanto, esse movimento de capilarização do colégio militar, pretendido por Manuel Felizardo, só viria a acontecer muito tempo depois, já na República, quando foram implementados os outros colégios militares.

O discurso de defesa professado pelo ministro da Guerra Manuel Felizardo é emblemático das transformações por que passava o exército. De um lado, a tendência para ampliar e diversificar o ensino, cuja expansão não se limitaria ao número de unidades escolares, mas também assumiria outra modalidade, qual fosse a inclusão dos “preparatórios” no currículo da Escola Militar, atribuindo ao Exército o papel de prover o ensino secundário.

Além disso, o processo de profissionalização e de burocratização da carreira militar, a partir da lei de 1850, ligou-se, cada vez mais, às questões de formação, de tal modo que, segundo os almanaques militares, após essa data, todos os oficiais que serviam nos corpos técnicos tinham as qualificações de instrução adequadas. (SCHULZ, 1994) Essas preocupações, compartilhadas por Caxias, Polidoro e Manuel Felizardo, e que transpareciam nos respectivos relatórios ministeriais, abrangiam vários aspectos.

Uma questão muito candente entre o alto oficialato era a do recrutamento de praças para o serviço militar, já que o da oficialidade do Exército, se caracterizaria, cada vez mais, por um processo endógeno, gerado a partir da própria corporação. A tendência ao recrutamento de filhos de militares permaneceu ainda na República, mesmo numa estrutura social muito mais diversificada que a imperial.

A incapacidade de produzir um exército verdadeiramente “cidadão” pelo recrutamento forçado, e a aversão da “boa sociedade” com relação ao serviço militar, ademais, era um dos fatores que mais ofendiam a auto-estima dos oficiais. (MENDES, 1997)

Assim, pode-se compreender o inequívoco caráter preparatório conferido à iniciativa do colégio, onde a instituição funcionaria como um lugar que fomentaria vocações legítimas de “bons militares”, acostumados à disciplina e aos valores estabelecidos pela ordem militar. Esse caráter transparece na proposta de Manuel

Felizardo, em 1859, já citada, a fim de que se criasse um internato para o ensino dos preparatórios destinado a meninos, filhos de oficiais inutilizados ou mortos em campanha:

Com o internato de meninos o mesmo não teria de acontecer, filhos de militares e educados sob o regimen militar, se reputarão pertencentes á grande familia, a quem está incumbida a defesa activa da honra nacional, e guarda de nossas instituições. Adquirindo os preparatórios, e passando ás Escolas superiores, todo o tempo será consagrado ao laborioso, mas honroso serviço das armas.

Por fim, o projeto foi adotado para ser remetido à Câmara dos Deputados onde, no entanto, não houve continuidade na sua tramitação.

Somente em 1860, nos debates sobre a mudança nos regulamentos das escolas militares, a idéia seria retomada na voz de José Maria da Silva Paranhos, um dos mais destacados políticos do Partido Conservador, catedrático da Escola Militar e futuro Visconde do Rio Branco. Posicionando-se, na Câmara dos Deputados, contra o fim dos preparatórios, afirma:

Não concordo com a pura e simples extinção do curso de preparatórios, sem dar-lhe o substituto mais conveniente, que seria a criação de colégios militares, pois que seria inconveniente exigir preparatórios sem proporcionar o estudo aos nossos alunos militares, que pela maior parte são filhos de militares, isto é, de pais pobres que lhes não podem dar a instrução secundária que é necessária.

Fazendo eco ao projeto do Senado de 1853, os deputados Mello Rego e Lima e Silva Sobrinho, irmão de Caxias e Visconde de Tocantins, apresentam um artigo aditivo à proposta do orçamento do Ministério da Guerra, de 1862, autorizando o governo a criar, no município da Corte, um colégio militar para educação dos jovens que se destinem ao serviço do Exército, cujo ensino compreenderia a instrução necessária para a matrícula nas escolas militares. Mello Rego era militar e José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o Visconde de Tocantins, era irmão de Caxias.

De acordo com o artigo, as bases nas quais se estruturaria o colégio previam que metade do seu efetivo, de até 120 alunos, seria composto de filhos de oficiais inferiores, subalternos e capitães, recebidos gratuitamente. Os filhos dos oficiais superiores, assim como os filhos de generais, pagariam, respectivamente, a mensalidade de 10\$ e 20\$, sendo que aos últimos, só caberiam 20 vagas do efetivo. Os alunos educados gratuitamente deveriam seguir a carreira militar e os outros poderiam escolher outra

qualquer. Além do caráter preparatório subjacente à proposta, fica evidente, neste item da medida, a perspectiva assistencial:

- 4ª Na classe dos sessenta alumnos gratuitos serão preferidos:
 - 1º, os filhos dos militares que morrerem em campanha ou nella ficarem mutilados;
 - 2º, os orphãos de pais;
 - 3º, os dos que tiverem prestado serviços militares relevantes.

O deputado Villela Tavares, um conservador, louvou a lembrança do ex-ministro Caxias, no intuito de criar um colégio militar, acrescentando que “essa idéa é tanto mais vantajosa, quanto deploro entre nós a condição do militar, que com o mesquinho soldo que percebe, não póde satisfazer as necessidades da educação de seus filhos.” Ao que o deputado Silveira Lobo retrucou: “Acho melhor aumentar-se o soldo do que essa medida lembrada”, não apoiando a criação do colégio.

A despeito dessa observação, a proposta do orçamento da Guerra foi aprovada na Câmara em todos os seus parágrafos, bem como os artigos aditivos, mas, assim como no projeto do Senado, a medida do colégio não foi implementada, por falta de regulamentação legislativa.

Não é difícil associar a iniciativa da medida, tomada por Mello Rego e Lima e Silva Sobrinho, à insistência manifestada pela corporação, em vários documentos, no sentido de concretizar a idéia de criação de um colégio militar. Essa aspiração da ordem militar já estava presente, em 1857, e anos seguidos, nos relatórios do então comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, general Polidoro Quintanilha Jordão, em argumentos e palavras tais como: “apresenta-se-me a idéia de um colégio militar, especialmente destinado ao ensino de preparatórios, estabelecimento este de que não se deve prescindir para proteger o futuro dos filhos dos militares menos abastados”. (MOTTA, 1998, p. 107)

Na mesma linha, os relatórios apresentados por Caxias, à frente da pasta da Guerra, tanto em 1861, como referido anteriormente, quanto no ano seguinte, ao sugerir a criação do colégio como uma providência necessária,

Ponderosas razões de equidade para com os officiaes do exercito, de futuro interesse para a civilização do paiz, e particularmente do mesmo exercito, levarão o governo a projectar a creação de um estabelecimento de educação para os filhos de militares com o título de - Collegio Militar - [...]

Caxias propõe o edifício da Fortaleza de São João, onde havia funcionado a Escola de Aplicação, como um ótimo local para instalação do colégio, que poderia abrigar 100 alunos internos, sustentados e vestidos à custa do Estado, como eram os meninos das companhias de aprendizes menores dos Arsenais de Guerra. Aí receberiam a instrução primária e, da secundária, apenas os estudos preparatórios exigidos pelo regulamento das escolas superiores do Exército.

Nesta versão de Caxias, os alunos não estariam obrigados ao serviço militar assim que terminassem os estudos. Entretanto, oferecia-se “vantagens de distinção e vencimentos aos que dentro de um pequeno prazo se apresentassem para o serviço das armas”, já sinalizando para o sistema meritocrático que, no futuro, seria um dos pilares sobre os quais assentaria aquela instituição de ensino.

O debate relativo à criação de um colégio militar, que ocorria no campo político e militar, também se fez presente na imprensa do período:

[...] Recordamos ainda em benefício para a classe militar _ a criação de um collegio para a educação dos filhos de militares. A cerca desta bella idéa, nada mais diremos, depois das judiciosas considerações feitas pelos seus illustres autores em os relatorios do ministerio da guerra nos annos de 186(?) e 185(?).

Temos fé que esse collegio, onde, a par da educação e instrucção, os meninos adquiririão os principios de ordem e subordinação, daria vantagens ao exército e ao paiz, que compensarião plenamente o que com elle se despendesse.

Como se vê, esse trecho do editorial publicado pelo Jornal do Commercio, em 1865, pode ser um indicativo da repercussão que esse movimento, em direção à instituição de um colégio militar, trouxe à época, visto tratar-se de um jornal de grande circulação ao longo do Império.

4.5. Os estudos preparatórios na Marinha: a experiência do Colégio Naval

Como já visto, a preocupação com os estudos preparatórios não foi exclusiva do Exército. A Marinha tomou uma iniciativa, nesse sentido, com a criação do Colégio Naval. Em 1870, a Câmara dos Deputados aprovou o orçamento da Marinha, autorizando o governo a criar um educandário que, especificamente, preparasse candidatos para o ingresso na Escola de Marinha. Seus alunos deveriam ter mais de doze anos e menos de quinze anos de idade ao entrar, após prestarem provas de conhecimentos de gramática, aritmética, francês e inglês. O externato instalou-se no dia

14 de julho de 1871, com trinta e quatro alunos, em prédio do Arsenal de Marinha da Corte. Devido a pouca procura, esse externato não teve prosseguimento, pois somente jovens de recursos, habitantes da Corte, nele se matriculavam (FROTA, 2001), dado às exigências e aos conhecimentos requisitados para a admissão. Além disso, poucos, ao fim do curso, seguiam carreira na Marinha.

Em vista disso, as autoridades concluíram que o internato atenderia mais amplamente às necessidades propostas, sendo capaz de interessar maior número de brasileiros, principalmente aqueles residentes nas províncias. De acordo com o relatório do ministro da Marinha, “assim, pois, concluirei, insistindo no pensamento por mim apresentado no último relatório, de transformar o externato em internato ou Colégio Naval”.

Durante o Gabinete Caxias, foi autorizada a criação do Colégio Naval, sendo efetivada pelo Decreto nº 6.440, de 28 de dezembro de 1876, assinado pela Princesa Isabel, então ocupando a regência. Foi inaugurado em fevereiro de 1877 com setenta e dois alunos procedentes de várias províncias, ocupando o mesmo prédio onde funcionara o externato. Estabelecido como uma organização militar, onde os alunos assentavam praça, recebiam soldo e fardamento, como os aspirantes e, durante três anos, diminuídos para dois em 1879, preparavam-se para ingressar na Escola de Marinha.

Entretanto, a existência do Colégio Naval foi curta. A elevada despesa que acarretava, o baixo índice de procura, as constantes reprovações e a rígida rotina diária que a muitos afugentava conduziram a sua extinção, em 1886. Pelo mesmo decreto, a Escola de Marinha passou a ser denominada Escola Naval e teve o seu curso aumentado de três para quatro anos. O efetivo remanescente de alunos matriculados foi remanejado para a Escola Naval, passando a constituir um curso prévio, igualmente com três anos e com as mesmas características do extinto Colégio Naval.

4.6. Do “sonho de Caxias” à “Casa de Thomaz Coelho”: a criação do Imperial Colégio Militar

Em termos mais amplos, a guerra contra o Paraguai converteu-se em uma experiência coletiva fundamental, a mais importante desde a Independência, para a criação de uma identidade nacional, pois, ao mobilizar uma grande parte da população,

exigiu enormes sacrifícios materiais e humanos, e afetou o cotidiano de milhares de famílias.

Apesar da histórica brutalidade do recrutamento, o início do conflito despertou um autêntico entusiasmo cívico, originando a formação de batalhões de voluntários, e as primeiras vitórias alcançaram grande repercussão, fazendo surgir, talvez, pela primeira vez, um sentido positivo de pátria junto à maioria do povo, que agitava a bandeira nacional nas partidas das tropas. Engrandecia-se a imagem do imperador, como líder e conciliador da nação e, ao mesmo tempo, surgiam os primeiros heróis militares como Caxias, Osório e o Almirante Barroso.

Afinal, a invasão do território brasileiro, sem uma declaração de guerra, gerou revolta e alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. Os exemplos de patriotismo multiplicaram-se pelas diversas províncias. Em muitas delas, era comum que cidadãos se apresentassem, trazendo protegidos, agregados e parentes para se alistarem juntos nos corpos recém-criados de Voluntários da Pátria (IZECKSOHN, 2001).

Os primeiros esforços para a guerra, apesar da grande desorganização, haviam contado com a adesão de vários setores da população e recebido forte publicidade na imprensa. Com entusiasmo, o Diário do Rio de Janeiro afirmou que “não faltam brasileiros ao reclamo de sua pátria”. Izecksohn (2004), examinando o recrutamento militar na Província do Rio de Janeiro, durante a guerra, evidenciou uma grande mobilização popular. Segundo o autor:

A província organizou em poucas semanas dois batalhões de voluntários (5º e 8º), além de ter enviado ao Prata mais de 500 praças e oficiais do corpo policial. Numa expectativa realista, esse esforço seria suficiente e mesmo inédito, uma vez que envolveria grupos sociais normalmente alheios ao recrutamento militar. O 8º Batalhão de Voluntários contava inclusive com dois filhos do juiz de direito da comarca de Campos, de onde vieram também 412 voluntários, custeados por verbas municipais. (p. 188)

Em outras províncias, esse esforço se traduzia em contribuições pecuniárias. Como observado por Ricardo Salles (1990), as doações não eram restritas aos setores mais ricos, envolvendo também funcionários públicos, pequenos sitiantes, alfaiates e outros cidadãos.

Reforçava o patriotismo a certeza de que a precária organização militar do Império seria suficiente para por fim à guerra que, no entanto, estendeu-se por quase seis anos, terminando em 1870. Tornou-se o conflito militar mais importante e sangrento dentre todos, na América Latina do século XIX, só perdendo em número de vítimas para a Guerra de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865 nos Estados Unidos.

Assim, estavam criadas as condições, durante a Guerra do Paraguai, para que emergisse a idéia de fundar um Asilo que abrigasse os soldados invalidados, que voltavam da guerra, ou mesmo, soldados envelhecidos sem meios de subsistência. O movimento partiu de um grupo de comerciantes da “Sociedade de Assinantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro”, dentre eles, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o Visconde de Tocantins, irmão de Caxias, citado anteriormente, e que era presidente da Praça do Comércio.

Com esta finalidade, organizou-se, em 25 de fevereiro de 1865, a “Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria”, com sede na capital que, sob a proteção do imperador, tinha por fim auxiliar o governo a fundar e custear um hospício ou asilo dos inválidos. Os estatutos da Sociedade foram aprovados pelo decreto imperial nº 3904, de 3 de julho de 1867, que teve como seu primeiro presidente o Visconde de Tocantins, sendo a maioria dos sócios beneficentes membros da Praça do Comércio, doravante intitulada de Associação Comercial.

Enquanto isso, uma subscrição pública, em todo o Brasil, começou a angariar fundos para a construção do Asilo. Em pouco tempo, arrecadou-se 1403 contos de réis, uma soma bastante elevada à época. O quadro X, demonstrativo dos soldos pagos aos militares, ajuda, a um só tempo, a ter uma idéia de quão relevante foi a importância arrecadada com a subscrição e, certamente, ilustra os parcos vencimentos militares.

O Asilo dos Inválidos da Pátria foi inaugurado em 29 de julho de 1868, sendo Ministro da Guerra o Barão de Muritiba, Manoel Vieira Tosta. Regido pelos estatutos da Sociedade que se constituía tinha, entre outros objetivos, o de “proteger a educação dos órfãos, filhos dos militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas”, como estabelecia o seu art.1º. Os outros objetivos da Sociedade, bem como a trajetória do Asilo foram objeto de análise no capítulo 3.

O Asilo instalou-se na Ilha do Bom Jesus, no Convento dos Franciscanos, enquanto a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria continuou recebendo donativos e

umentando seu patrimônio. O Asilo ganhava vulto, mas o objetivo precípua de cuidar e ou criar um estabelecimento que provesse educação para órfãos, filhos de militares, como estava determinado em seus estatutos e divulgado nas circulares que convocavam para a subscrição, não era concretizado pelos dirigentes da referida Sociedade.

O exame dos relatórios ministeriais da pasta da Guerra, na parte que cabe ao Asylo de Inválidos da Pátria, fornece indícios de que a Sociedade não cumpria com sua parte contratual, como estava disposto nos estatutos. No relatório de 1870, o Visconde do Rio Branco observa que “toda a despeza com o edificio e custeio do asylo tem sahido dos cofres publicos. Conservando-se ainda disponíveis as quantias com que nacionaes e estrangeiros concorrerão para esta pia e patriótica instituição”.

O primeiro relatório de 1871 confirma o exposto no ano anterior, assinalando que “quanto às avultadas quantias com que muitos nacionaes e estrangeiros concorrerão para tão interessante e pia instituição, ainda não tiveram em sua maior parte applicação alguma”.

No segundo relatório do mesmo ano, constava que “continuação em deposito no Thesouro, e não tem tido applicação, os avultados donativos subscriptos para fundação e custeio deste estabelecimento”.

Já o Ministro Oliveira Junqueira, em 1873, foi mais incisivo, e a propósito da Sociedade, afirmou:

[...] parece-me que, em vista da alta somma a que tem attingido o seu fundo social, (...) fructo de subscrições nacionaes e de valiosos donativos, e de se destinar a Sociedade exclusivamente a estes fins, como claramente o indica o seu título, poderia ella concorrer com quantia superior para o objecto a que se propõe o Governo. Entendo também que já é tempo de começar a mesma sociedade a dar execução nos altos princípios de moral e caridade consignados no Art. 1º de seus estatutos, em virtude do qual lhe compete tomar o encargo de cuidar da educação dos filhos dos militares fallecidos em campanha e de auxiliar a subsistência das viúvas, mães e filhas d’esses servidores da pátria que cahirem em indigência.

Através do poder decisório conferido ao Conselho Diretor pelos estatutos da Sociedade do Asilo, e com o argumento de que, como não entravam mais sócios, fatalmente acabariam seus bens revertendo ao Estado, por morte dos membros da Sociedade e por falta de administrador, os próprios sócios concluíram que, para a

perpetuação da Sociedade era necessário fundi-la com a Associação Comercial, já que esta seria a melhor forma de proteger o patrimônio do Asilo.

A partir de uma manobra nos estatutos, no dia 23 de junho de 1885 foi lavrada em cartório a escritura pública de fusão da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria com a Associação Comercial, sendo ministro da Guerra o deputado Antonio Eleutério de Camargo, do Gabinete Liberal do Conselheiro Saraiva. Tudo indica que essa fusão foi ilegal, pois, conforme o previsto no Art.2º dos estatutos, “a Sociedade durará por todo o tempo que existir o Asilo dos Inválidos da pátria, e, dada cessação deste, a assembléia geral dos sócios deliberará o que entender a tal respeito, de conformidade com a disposição do art. 15º”.

Como o Asilo seguia existindo, seu patrimônio era inalienável, de acordo com o Art. 15º que estabelecia:

As apólices compradas pela sociedade ou que constituírem seu fundo ou patrimônio, e cujo rendimento é applicável ao Asylo dos Inválidos da Pátria serão inalienáveis enquanto este existir e prestar os socorros para que é instituído; pelo que com sua cessação, volverão ao domínio social para terem o destino ou applicação em favor de algum ou alguns dos estabelecimentos pios existentes, ou fundação de algum novo de que haja necessidade.

Diante dos protestos contra a fusão, a Associação Comercial procurou resguardar seus interesses, requerendo ao novo ministro da Guerra Oliveira Junqueira a transferência das apólices do Asilo para o seu patrimônio. Porém, o ministro, num arrazoado contra a fusão, indeferiu o pedido num despacho de outubro de 1885.

Examinando detidamente os papeis relativos a transferência das apólices pertencentes a Sociedade Asylo dos Inválidos da Pátria, [...], e cujos humanitários intuitos se inscrevem no primeiro artigo dos estatutos de 25 de fevereiro de 1867 [...];

E, reconhecendo que essa sociedade formou-se e floresceu sob os auspícios dos poderes públicos e de todas as classes de nossa população, a ponto de atingir o seu capital a elevada somma, em apólices da divida publica de 1.403:000\$000;

Considerando que a reunião de vários cidadãos, por certo muito dignos, não podia ter declarado extinctos e não existentes a Sociedade e o Asylo dos Inválidos da Pátria, porque este notável estabelecimento, de origem semi-official e semi-popular, esta ahi protestando contra essa pretensão, está servindo, noite e dia, aos nobres fins de sua criação, está prestando serviços relevantes aos martyres da patria: ele ahi está com seus asylados, com sua guarnição, os seus empregados militares e

civis, suas oficinas de trabalho modesto, suas enfermarias e todas as criações necessárias;

Considerando mais que não podia applicar-se ao caso vertente o artigo dos estatutos da sociedade *Asylo dos Inválidos da Pátria*, citado contraproducentemente na reunião que teve logar para decretar a improcedente dissolução (...) [referindo-se ao Artº 15]

O Asylo dos Inválidos existe, importante e grande, e, pois, o artº. 15 é a garantia efficaz e jurídica de que não se pode tocar no capital representado pelas apólices possuídas (ou outros bens), não só as primitivas, como as adquiridas depois [...]

E, tendo attentamente ponderado nestas razões e na jurídica argumentação do parecer da Repartição Fiscal deste Ministério e, também, na justíssima resistência feita pelo digno inspector da Caixa da Amortização, não permittindo a entrega requisitada das referidas apólices:

Indefiro a pretensão da illustre Associação Commercial do Rio de Janeiro.

Iniciava-se aí uma celeuma jurídica, já que foi o primeiro entrave que a Associação encontrou para a homologação oficial do ato, sem a qual a fusão não teria validade perante o Direito. Como indicador dos obstáculos enfrentados pela Associação e como sinal de que havia quem representasse seus interesses estava o requerimento do deputado Affonso Celso Jr. ao Ministro da Fazenda, para que este informasse:

A quanto monta a quantia proveniente da subscrição feita pelo Commercio da Corte e destinada à fundação de um asylo de inválidos da pátria - de que se acha de posse o governo? Que applicação pensa dar à referida quantia? Porque motivo não consente sejam averbadas em nome da Associação Commercial as apólices, que esta comprou para o indicado fim?

Na rotação dos gabinetes, que acompanhou o Império, com a subida do Gabinete João Alfredo, em 1888, assume a pasta da Guerra o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, que havia sido Ministro da Agricultura no último Gabinete Caxias (1875) e decide retomar o antigo projeto de criar um colégio militar.

Até esta data, o governo imperial não havia homologado a fusão e, sem esta formalidade legal, as demandas prosseguiriam. De acordo com Figueiredo e Fontes (1958), ciente da impossibilidade do retorno dos bens subtraídos ao Asilo que, de resto, mais cedo ou mais tarde, viriam definitivamente ficar na Associação Commercial, Thomaz Coelho procurou reverter esta situação em favor da antiga idéia de criar um colégio para filhos de militares. Na visão dos autores, o empenho do Conselheiro foi fundamental: “Não era mostrar-se homem do momento, saber arrancar da Associação

Comercial, enquanto ainda os fatos eram recentes, algum dinheiro sonante e transformá-lo num imóvel que servisse ao Colégio Militar?” (p. 14)

Tudo indica que Thomaz Coelho preferiu, ao invés de lutar contra a Associação, trabalhar pela homologação do ato de fusão desta com a Sociedade e, em troca, instar a Associação a comprar um prédio para nele instalar o colégio, a fim de contemplar os intuitos estabelecidos no artº 1 da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, notadamente, cuidar da educação dos filhos de militares.

Assim, através da Resolução Imperial de 25 de abril de 1888 foi obtida a homologação oficial para a fusão, onde se declarava que a Associação Comercial ficava sub-rogada em todos os direitos e obrigações da citada Sociedade, ou seja, obrigada a manter o Asilo dos Inválidos da Pátria e o colégio militar que Thomaz Coelho pretendia criar. (FIGUEIREDO e FONTES, 1958)

Seu relatório fornece indícios de que essa era a idéia que tinha em mente, ao estipular que a manutenção do Colégio Militar seria feita com a “jóia e pensão dos alunos contribuintes e com as sobras dos rendimentos do patrimônio do Asylo dos Inválidos da Pátria, excedentes das despesas feitas com o custeio do dito Asylo”, reafirmando, assim, a obrigação da Associação Comercial, que deveria manter um comissário no Conselho Econômico do Colégio.

Sobre o local de instalação do Colégio cogitou-se, primeiramente, o Jardim Botânico, depois a Escola Militar da Praia Vermelha que, segundo Duque Estrada (1956), o governo imperial queria transferir para Angra, como forma de esvaziar a efervescência positivista e republicana da Escola, mas não havia lá local adequado, em condições para abrigá-la.

O artigo de cunho memorialista do capitão-médico Dr. Luiz Carlos Duque Estrada, professor e um dos fundadores do Colégio Militar, possibilita iluminar alguns acontecimentos que envolveram a criação da instituição. De acordo com suas reminiscências, nos últimos dias de 1888, ele foi convidado pelo capitão reformado, ex-combatente do Paraguai, Dr. José Teles de Menezes, para ajudar na organização do colégio. Teles de Menezes, muito amigo de Thomaz Coelho, recebeu deste a proposta para ser o comandante da nova instituição, que iria chamar-se “Pritaneu Militar”, inspirado, possivelmente, no *Prytanée Militaire de La Fleche*.

Este estabelecimento de ensino, considerado um dos mais antigos da França, ainda funciona no antigo Chateau-Neuf, que pertencera a Henrique IV, e no qual, de 1604 a 1764, existiu o Collège Royal de La Fleche, onde os jesuítas formaram gerações de franceses, como por exemplo, o filósofo René Descartes, que lá estudou de 1607 a 1615. Em 1762, com a expulsão dos jesuítas, o ensino perdurou por mais dois anos, assegurado pelos esforços de antigos alunos dos jesuítas.

No entanto, a vocação militar desta instituição veio após 1764, na reorganização promovida pelo Duque de Choiseul, ministro da guerra de Luis XV, que transformou o colégio em uma Escola de Cadetes preparatória para a *École Royale Militaire du Champ de Mars*, fundada em 1751. Em 1776, a Escola de Cadetes cede lugar a um colégio de padres da doutrina cristã, o qual encerrou as atividades em 1793.

Finalmente, pelo decreto de Saint Cloud, de 24 de março de 1808, Napoleão Bonaparte transferiu para La Flèche o *Prytanée Militaire* que ele mesmo criara em St Cyr, em 1805, para dar educação aos filhos dos oficiais que se destinassem à Escola Militar de St. Cyr, anteriormente criada em Fontainebleau. O referido decreto de Saint Cloud ilustra bem seus propósitos:

Article 1er: à dater du 1er juin prochain, le Prytanée de Saint Cyr sera transféré au collège de La Flèche.

Article 2e: au 1er juillet prochain, l'École Militaire de Fontainebleau sera transféré à Saint Cyr.

Cumpre acrescentar que, atualmente, o *Prytanée National Militaire* é administrado pelo Ministério da Defesa, destinando-se principalmente aos filhos de militares da ativa e da reserva, bem como a filhos de funcionários públicos civis. Acerca da finalidade do Prytanée, ainda na década de 1950, constava de uma notícia sobre o ano escolar de 1955-1956:

Donner à des fils de militaire ou anciens militaires de carrière des Armées de Terre, Mer et de l'Air et aux fils de fonctionnaires de l'État, une instruction et une éducation qui les mettent à même de concourir dans les meilleures conditions possibles pour l'admission aux grandes écoles militaires.

Voltando a Duque Estrada, este, em suas memórias, narrou que era decisão do Império transformar a Escola Militar da Praia Vermelha em escola preparatória, visto que “era tida como um centro de fermentação política hostil aos governos e ao trono”. Para tanto, foi estabelecido o plano de uma reforma completa do ensino militar, onde seria criado o Pritaneu Militar, com a finalidade já conhecida e instalado na Praia Vermelha. Seria mantida a Escola de Tiro de Realengo e criada a Escola Superior de

Guerra. Agregou, também que “a extinção gradual da Escola Preparatória e sua substituição pelo Pritaneu Militar era coisa que já não admitia discussão no espírito do conselheiro Thomaz Coelho”. (DUQUE ESTRADA, 1956, p. 9)

Essa referência de Duque Estrada aludindo a uma possível junção dos estudos preparatórios com o ensino secundário, que seria ministrado no colégio, confirma não só a tendência já referida de expansão do ensino militar na direção do nível secundário, como também aponta a necessidade de formação de “bons” quadros para o Exército. Demonstra, igualmente, o movimento efetuado por Thomaz Coelho, no sentido de atender algumas aspirações antigas dos militares, procurando retirá-los da crise política, naqueles últimos momentos que antecederam a República.

Contudo, durante a visita de inspeção do ministro, a fim de verificar as condições da Escola da Praia Vermelha, para adaptá-la à instalação do Pritaneu, ocorreu o episódio envolvendo o aluno Euclides da Cunha, resultante do processo de descontentamento que fervia na corporação. Como citado por Nelson Werneck Sodré (1965):

[...] por ocasião de visita do ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho de Almeida, ao desfilarem a Escola, destacou-se da coluna um cadete e, num assomo de rebeldia, atirou o sabre ao chão, depois de inutilmente tentar vergá-lo no joelho. Esse cadete era Euclides da Cunha. (p.160).

De acordo com Duque Estrada (1956), “a ansiedade era geral, as discussões sem reservas e a necessidade da mudança da forma de governo era pregada como o meio supremo de salvação pública”. (p. 9) A preocupação do governo em conter o envolvimento crescente dos militares na política transparece no Aviso do Ministro da Guerra despachado ao Diretor da Escola Superior de Guerra e ao Comandante da Escola Militar da Corte:

Declara que não é consentâneo ao militar fazer manifestações ou assistir a reuniões de carácter político, que sejam contrárias ás instituições do paiz, incorrendo em falta disciplinar ou mesmo crime, conforme as circunstancias, os militares que compareceram a taes reuniões ou manifestações.

Duque Estrada compartilhava com o Dr. Teles de Menezes, a “profissão de fé” republicana, bastante clara na transcrição dos projetos de educação cívica, que ambos tinham para os alunos do Pritaneu:

E que digam as minhas reminiscências, como demos juntos largas à nossa fantasia [...] aos futuros alunos do Pritaneu, acima de todas as coisas deveria pulsar forte e intenso o amor sagrado da Pátria. Ficaria também por nossa conta fazê-los saber que a Pátria só é grande quando é livre e que ela só é livre quando se governa e se dirige por seus filhos livremente escolhidos sem imposições de nascimento, sem privilégios e sem distinções. (DUQUE ESTRADA, 1956, p. 9)

No entanto, o Imperador não aceitou o nome de “Pritaneu Militar”, escolhido por Thomaz Coelho, por considerá-lo “revolucionário”, nem acatou a indicação do Dr. Teles de Menezes como comandante do Colégio, por ser republicano, tendo em consideração que “o Imperador não podia sancionar a criação de mais um ninho de cidadãos que viessem mais tarde se bater pela liberdade da sua pátria estremecida”. (DUQUE ESTRADA, 1956, p. 13)

Como sugerem Figueiredo e Fontes (1958), além de problemas para encontrar um espaço para instalar o colégio, o conselheiro Thomaz Coelho enfrentou dificuldades políticas para obter o decreto de criação do Colégio, atribuídas pelos autores às “ressentidas mágoas do Governo imperial contra o Exército” (p. 15). Afinal, a 9 de março de 1889, foi assinado o decreto imperial criando o Imperial Colégio Militar da Corte e aprovando o seu primeiro Regulamento.

Para comandante, foi nomeado o major Dr. Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, membro da intelectualidade militar que havia sido diretor da *Revista do Exército Brasileiro*, promovido a coronel para assumir o posto. Um mês depois, no dia 10 de abril de 1889, foi comprado o Palacete da Babilônia, pertencente aos Barões de Itacurussá, por 220 contos de réis; constando da escritura que, se por qualquer eventualidade, deixasse de funcionar no prédio o Colégio Militar, aquele reverteria para a Associação Comercial, a fim de ser incorporada ao patrimônio do Asylo dos Inválidos da Pátria. Manuel Miguel Martins, Barão de Itacurussá, era casado com Jerônima de Mesquita, filha do Barão de Mesquita e neta do Conde de Bonfim, herdeira do Palacete. Em suas memórias, Nelson Werneck Sodré (1967) assim o descreve:

Para instalá-lo, o Governo adaptara a antiga chácara do barão de Mesquita, extensa área plana, cercada uma elevação que tinha por trás a Pedra da Babilônia. A elevação era encimada pela casa senhorial, das mais belas do gênero, com grande escadaria na frente e altos porões destinados às carruagens. O terreno fora cercado por muros encimados por ameias em toda a extensão, configurando o tipo militar: O morro cortado de rampas de acesso, que ligavam à parte plana, rampas em que a terra compactada, apoiada em altíssimos muros de pedra, tomavam a

forma abaluartada que, com os muros em ameias, davam a idéia de fortificação antiga. (p. 5)

No que concerne ao custeio do Colégio, no entanto, o primeiro relatório da pasta da Guerra na República já reportava que a Associação Comercial “não tem feito as entradas das quantias com que deve concorrer para as despesas do Collegio Militar, como prescreve o respectivo Regulamento, por isso que, com a redução dos juros de suas apólices não tem ella podido satisfazer essas despesas e outras, que lhe cabem”.

Porém, em 1895, a Associação já não se obrigava mais a cumprir sua parte e diminuiu sensivelmente o custeio do Colégio com as sobras do rendimento do patrimônio do Asilo. A postura da Associação foi endossada pelo despacho do então Ministro da Fazenda Rodrigues Alves, publicado pelo Jornal do Commercio e citado por Figueiredo e Fontes (1958):

Não pode ele obrigar à Associação Comercial, que nem foi ouvida, nem consentiu em tal disposição, acrescento que concorreu grandemente para a organização do Instituto. (p. 20)

Após 1900, segundo a pesquisa de Figueiredo e Fontes (1958), não há notícias dos juros das apólices do patrimônio que custeassem o Colégio Militar. Em compensação, esses juros ajudaram a construir a sede da Associação Comercial na rua 1º de Março, onde hoje funciona o Centro Cultural Banco do Brasil. Nesse sentido, é indicativo o requerimento da Associação Comercial, encaminhado à comissão de orçamento da Câmara dos Deputados, ainda em 1887, exigindo “auxílio pecuniário com que possa a mesma levar a effeito o edificio em construção, destinado à Praça do Commercio e lembrando a decretação do imposto de 1% sobre os dividendos dos bancos e companhias existentes nesta capital”.

Vários protestos e demandas jurídicas ainda ocorreriam, questionando a apropriação do patrimônio do Asilo pela Associação Comercial, como pareceres de Ministros da Guerra, ações de asilados e de juízes, com o apoio do Jornal do Commercio, até a última polêmica (de que se tem notícia) em 1931, entre o general Alcântara, então comandante do Colégio Militar e o Dr. Serafim Vallandro, presidente da Associação Comercial. (FIGUEIREDO e FONTES, 1958).

Considerações Finais

O tema que moveu essa pesquisa foi compreender o processo de criação do Imperial Colégio Militar, em fins do século XIX, e suas relações com o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tendo em vista a ausência de estudos acerca do assunto, numa área em que predominam trabalhos de cunho memorialista, e o caráter específico da instituição, compreende-se a importância de pesquisar a emergência do Colégio Militar como uma contribuição para o debate e para a reflexão acerca da história das instituições escolares no Brasil.

Ao examinar a questão da profissionalização do Exército, tive como perspectiva o fator educacional, ou seja, o incremento na formação dos militares, principalmente a partir da reforma de Manuel Felizardo, em 1850, que sedimentou a meritocracia; como também o fator político, considerando o Exército parte do projeto de reordenação e consolidação do Estado Imperial.

Operei com a possibilidade de que o Exército imperial tenha sido reorganizado a partir de uma orientação conservadora o que, se por um lado, restringiu o alcance da modernização, gerando enorme insatisfação nos meios militares, notadamente, após a Guerra do Paraguai, quando ficou nítido o estado de obsolescência do Exército e as demandas profissionalizantes se agudizaram, por outro lado, não invalidou a idéia de reforma institucional.

No entanto, a idéia de compor um exército profissional moderno, bem instruído, calcado nos valores corporativos esbarrava na natureza escravista da sociedade imperial. Em decorrência do desprestígio conferido à corporação e dos padrões históricos de recrutamento, a composição social do Exército não favorecia sua modernização, já que a maioria da tropa era composta pelos indivíduos mais pobres da população que, historicamente, não tinham acesso a qualquer possibilidade de educação.

Dessa forma, as iniciativas educativas emergem, no Exército, condicionadas por um caráter assistencialista somado ao questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados, frente à necessidade imperiosa de qualificação dos quadros, acompanhando a profissionalização do Exército.

Neste trabalho, procurei historicizar uma das práticas de ensino do Exército imperial, principalmente na perspectiva assistencialista, presente na concepção do Asylo. Vale destacar que esta dimensão já se encontrava em iniciativas anteriores como, por exemplo, a participação de militares no método do ensino mútuo e as escolas elementares criadas nos Arsenais de Guerra e nos presídios. Essas iniciativas destinavam-se não só aos soldados, mas também a civis, adultos e crianças, notadamente, os órfãos desvalidos, que o exército se encarregava de cuidar.

Entretanto, conforme foi possível observar, o assistencialismo como prática educativa não foi prerrogativa do Exército, antes fez parte de um modelo de formação e atendimento a populações mais pobres, que se difundia internacionalmente e estava presente em outras esferas do Estado Imperial. O assistencialismo era compreendido como forma de, por um lado, ser um paliativo para a questão da pobreza urbana e, por outro, garantir a tranqüilidade pública, pois, ao recolher esses meninos pobres ou órfãos, coibia-se a mendicância e nesse sentido, acreditava-se, era possível prevenir o crime e a violência.

Por sua vez, a emergência do Imperial Colégio Militar está relacionada às transformações por que passava o Exército, em seu processo de profissionalização. Tais mudanças refletiam a tendência reformista para ampliar e diversificar o ensino militar, cuja expansão não se limitaria ao número de unidades escolares, mas também assumiria outra face, atribuindo ao Exército o papel de prover o ensino secundário aos jovens que quisessem seguir a carreira das armas, em virtude da pouca qualificação de seus quadros.

Assim, na esteira dessas demandas por profissionalização, os estudos preparatórios para as Escolas Militares caminharam no sentido de constituir um curso secundário, resultando na criação do Imperial Colégio Militar, em 1889, reivindicação antiga da corporação, já esboçadas em propostas anteriores, como as de Caxias, como ministro, em 1861, do General Polidoro, em 1857, e do também ministro da guerra Manoel Felizardo, em 1859.

Cumprе acrescentar que esse modelo assistencialista de formação e de atendimento da população mais pobre deitou raízes fundas no Brasil e se encontra presente até hoje, em muitas de nossas práticas educativas e em algumas políticas públicas para a educação. Notadamente, no Sistema Colégio Militar que, num processo

de capilarização, abrange atualmente doze colégios por todo o Brasil, nos quais o caráter assistencial permanece como um dos eixos fundamentais, previsto no atual Regulamento dos Colégios Militares (R-69).

Sendo assim, pode-se considerar que, a despeito da dimensão assistencialista, expressa nas propostas manifestadas pela alta oficialidade militar, há indícios de que a iniciativa de criação do Colégio Militar teve, predominantemente, um caráter preparatório, onde a instituição funcionaria como um lugar que fomentaria vocações legítimas de “bons militares”, acostumados à disciplina e aos valores estabelecidos pela ordem militar, que atendessem aos anseios do projeto profissionalizante em curso.

Devido aos limites impostos por este trabalho, tendo em vista o corte efetuado, possivelmente, algumas questões ficaram para uma pesquisa futura. Por exemplo, examinar em detalhes as práticas educativas instauradas no cotidiano do Colégio Militar, como funcionava o sistema de avaliação; perceber que mudanças ocorreram no currículo, em virtude das reformas educacionais da República e procurar identificar a qual público o colégio atendia. Caberia ainda, analisar a produção da instituição, como as revistas dos alunos e professores, para compreender o processo de construção de uma identidade institucional e, da mesma forma, examinar as publicações do Exército a fim de perceber se e como foi tratada a questão da criação do Colégio.

Finalizando, cumpre acrescentar que as lacunas sobre o tema persistem e, neste trabalho, longe de esgotar o assunto, pretendi contribuir para o debate no campo da história da educação, acerca da profissionalização do Exército, no período imperial, fornecendo elementos para uma história do Colégio Militar da Corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia Maria Costa Alves. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campos de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

_____. “A presença militar na educação do século XIX”. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José G. (Orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. “A visão militar da educação no Império”. In: GONDRA, José (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

AMARANTE, Paulo. *Psiquiatria social e colônias de alienados no Brasil*. 1982. 129 p. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil, história e historiografia (2000). Rio de Janeiro: UFRJ, resumos dos trabalhos e CD-ROM.

Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira (2002). Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, resumos dos trabalhos e CD-ROM.

Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação escolar em perspectiva histórica (2004), Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná: SBHE, resumos dos trabalhos e CD-ROM.

BARROSO, José Liberato. *A instrução pública no Brasil - pelo Conselheiro Doutor José Liberato Barroso*. Pelotas: Seiva, 2005. (Série Filosofia e História da Educação: TAMBARA, Elomar e ARRIADA, Eduardo - orgs.). Publicado originalmente em 1867.

BASTOS, Maria Helena C. “O ensino mútuo no Brasil (1808-1827)”. In: BASTOS e FARIA FILHO (orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BASTOS e FARIA FILHO (orgs). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BEATTIE, Peter M. *The tribute of blood: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: An Intellectual Portrait*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902, 7 v.

CARDOSO, Maria Luiza. *História da educação de crianças e jovens carentes nas instituições militares: do Brasil Colônia até o final do Segundo Reinado*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org). *H.G.C.B.* t.III, v.2. São Paulo: Difel, 1978.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *O povo em Armas: Guarda Nacional 1831-1850*. 1968. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República - um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *El mundo como representación - História cultural: entre práctica y representación*. Barcelona: Gedisa editorial, 3ª reimp., 1996, p. 61.

_____. *Foucault e os historiadores, os historiadores e Foucault*. Trad. Daisy Elisio. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: PROPED, 2006, (mimeo).

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. 5.ed. São Paulo: Difel, 1983.

CIAVATTA, Maria. “Educando o trabalhador da grande ‘família’ da fábrica - A fotografia como fonte histórica”. In: CIAVATTA, Maria et ALVES, Nilda (orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

CIAVATTA, Maria et ALVES, Nilda (orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA E CUNHA, Antônio de Pádua. *Aspectos estilísticos da poesia de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.

CUNHA, Beatriz da Costa e. “Assistência e profissionalização do exército: elementos para uma história do Colégio Militar da Corte (1889-1906)”. In: *Anais da 28ª Reunião ANPED*, 2005. Arquivo disponível em CD-ROM.

_____. “‘Quem dá aos pobres, empresta a Deus’: apontamentos para uma história do Asylo dos Inválidos da Pátria” In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: UFU, 2006. Resumos dos trabalhos.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Ressentimento e revolta: formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha - 1874/1889*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUDLEY, William S. “Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889.” *Journal of Latin American Studies* 8, 1976.

DUQUE ESTRADA, Luiz Carlos. *Subsídio para a história do Colégio Militar do Rio de Janeiro*. s.ed., Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1956.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGEL, Magali Gouveia. *Praieira* (Verbetes), In: Vainfas, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. *Ato adicional* (Verbetes), In: Vainfas, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FARIA FILHO, Luciano M. de. (org). *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *Francisco de Lima e Silva* (Verbetes), In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Luis Otávio. *O nascimento de uma instituição científica - o periódico médico da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil*. In: *História oral*, São Paulo, n°1, jun. 1998.

_____. “Historia oral: una brújula para los desafios de la historia”. In: *Historia, Antropología y fuentes orales: escenarios migratórios*. Barcelona, n° 28, 2002.

FIGUEIREDO, Antônio Joaquim; FONTES, Arivaldo. *Breve introdução à história dos colégios militares*. s.ed., Rio de Janeiro, 1958.

FONSECA, Paloma Siqueira. “A presiganga e as punições da Marinha (1808-31)”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

FONTES, Arivaldo. *Vultos do Ensino Militar*. Rio de Janeiro: SENAI, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. 7. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. “1973 - Sobre o internamento penitenciário”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Ditos & Escritos IV* (Estratégia, Poder-Saber). Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. “1977 - Poder e Saber”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Ditos & escritos IV* (Estratégia, Poder-Saber). Rio de Janeiro: Forense, 2003a.

_____. “1984 - O cuidado com a verdade”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Ditos e escritos V* (Ética, sexualidade, política). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. “1972 - Retornar à História”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense, 2000b.

_____. “1967 - Sobre as maneiras de escrever a História”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense, 2000c.

_____. *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000a.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Colégio Naval: 50 anos*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 16.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as – uma análise dos processos de seleção de professores no século XIX (1855-1863)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GINZBURG, Carlo. In: PALLARES - BURKE, Maria Lucia. *As muitas faces da história*. São Paulo: UNESP, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GONDRA, José. *Artes de Civilizar - Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

_____. *A Instrução Inspeccionada – formulação, implantação e funcionamento da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854-1863)*. Projeto de pesquisa, 2003. Mimeografado.

H AidAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Edusp/ Grijalbo, 1972.

HILGERMANN, Werner e KINDER, Hermann. *Atlas historique - de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique*. Paris: Librairie Académique Perrin, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “Do Império à República”. In HOLANDA, Sérgio Buarque. (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1977 t. 2, v. 5.

HONORATO, Manoel da Costa. *Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria*. s.ed. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State*. New York: Vintage Books, 1964.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia - A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

_____. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: n° 27, 2001.

_____. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise M. F. *História do Brasil no contexto da história ocidental*. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in independence- era Brazil: Bahia, 1790-1840*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. “‘O abrigo da farda’: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”. In: *Revista AFRO-ÁSIA*, n° 17, Salvador: UFBA, 1996.

_____. “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889)”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

LEMOS, Daniel C. A. *O Discurso da Ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mc BETH, Michael C. “The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?”. In: DEAN, Warren e ALDEN, Dauril (Orgs). *Essays concerning the*

socioeconomic History of Brazil and Portuguese India. Gainesville: University of Florida Press, 1971.

MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia e GONDRA, José G. (Orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MAGALHÃES, Justino P. *Tecendo Nexos - história das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial - 1870 a 1889*. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del. (org) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “Fotografia e história, possibilidades de análise”. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue - Recrutamento militar e construção do Estado Imperial*. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ, Rio de Janeiro.

_____. “Encargos, privilégios e direitos” In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: BIBLIEX Editora, 1998.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NEVES, Lúcia B. P. *Nação*. (Verbetes). In: Vainfas, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta. “Historiografia da educação e fontes”. In: *Cadernos ANPED*. Porto Alegre: ANPED, n° 5, 1993.

PEIXOTO, Dermeval. *Memórias de um velho soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

PIVA, Tereza Cristina de Carvalho. *Ciência e ideologia nos primórdios do Colégio Militar do Rio de Janeiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2005.

RIZZINI, Irma. “Educação popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para formação de artífices”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo e ERTHAL, Regina de Carvalho. *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Miguel Daltro. *Notícia Chronológica do Collegio Militar*. s.ed. Rio de Janeiro: 1908.

SCHULZ, John. *O Exército na política - origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Wesley. “A espada e a pena: um projeto político de Brasil a partir de um colégio militar em Minas Gerais”. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira* (2002), Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, Resumos dos trabalhos.

_____. “Para além de Foucault, uma abordagem de questões disciplinares em instituições que utilizam instrumentos de modelização e conformação de sujeitos”. In: *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação escolar em perspectiva histórica* (2004), Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná: SBHE, Resumos dos trabalhos.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte - os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD/ADESA, 1996.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. “Das ruas, das estalagens e cortiços... Para um ‘encanto à moda francesa’”. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: UFU, 2006. Resumos dos trabalhos.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos - a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839 - 1889)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial - A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANNA, Gilberto Souza. “O Sabre e o Livro - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988)”. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil, história e historiografia*. 2000, Rio de Janeiro: Versão disponível em CD-ROM.

_____. “O Sabre e o Livro - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988)”. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil, história e historiografia*. 2000a., Rio de Janeiro: Resumos dos trabalhos.

VIDAL, Diana G. “A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação”. In: FARIA FILHO, Luciano M. de. (org). *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

XAVIER, Libânia Nacif. “Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000)”. In: Sociedade Brasileira de História da Educação (org). *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Ed. Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001.

WARDE, Mirian e CARVALHO, Marta. “Política e Cultura na produção da história da educação no Brasil”. *Contemporaneidade e Educação*, ano V, n°. 7, 1º Sem. 2000.

WEBER, Max. *Textos selecionados*. (seleção de Mauricio Tragtenberg). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. “Ancorando quadros de formatura na história institucional”. In: *Anais da 28ª Reunião ANPED*, 2005. Arquivo disponível em CD-ROM.

FONTES

Anais da Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, anos indicados.

Anais do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, anos indicados.

Coleção de Leis e Decretos do Brasil.

Relatórios apresentados pelos Ministros da Guerra à Assembléia Geral do Império, anos indicados.

Relatórios apresentados pelos Ministros da Guerra da República, anos indicados.

Relatórios apresentados pelos Ministros da Marinha à Assembléia Geral do Império, anos indicados.

Avisos do Ministério da Guerra, anos citados.

Livro de Ordens do Dia do Quartel General do Exército.

Regulamento do Imperial Colégio Militar de 1889.

Regulamentos do Colégio Militar de 1890 a 1906.

PERIÓDICOS

Diario do Rio de Janeiro, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Gazeta de Notícias, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Vida Fluminense, anos indicados, versão microfilmada disponível na Biblioteca Nacional.

Revista A Aspiração, edições comemorativas e anos indicados.

SITES

<http://www.bcb.gov.br> acesso em 23/02/2006.

<http://www.jesuites.com/histoire/prytanee/index.html>, acesso em 14/04/2006.

<http://fr.wikipedia.org/wiki/prytaneemilitaire>, acesso em 14/04/2006.

<http://www.prytanee.net>, acesso em 14/04/2006.

<http://www.crl.edu>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, Philipe. *O tempo da história*. Lisboa: Relógio d'água, 1992.

BENJAMIN, Walter. "Escavando e recordando". In: *Obras escolhidas I: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARONE, Edgar. *A república Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1978.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia - A história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOSSE, François. Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo. In: DOSSE, François. *A história à prova do tempo - Da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.

O'BRIEN, Patricia. "A história da cultura de Michel Foucault". In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Foucault e a "nova história"*. Trad. Daisy Elisio. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: PROPED, 2006, (mimeo).

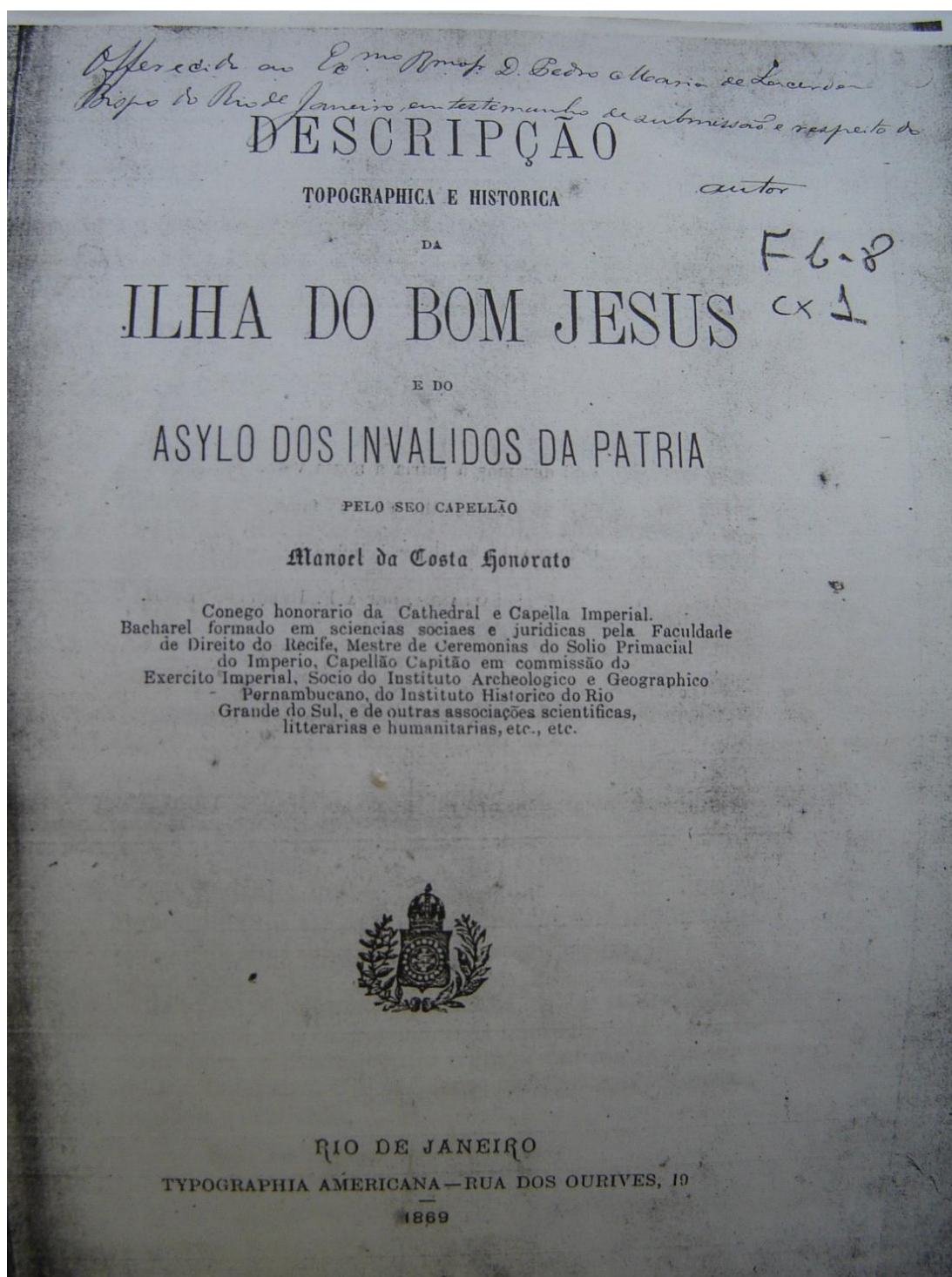
REVEL, Jacques. *Máquinas, estratégias, condutas: o que compreenderam os historiadores*. Trad. Daisy Elisio. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: PROPED, 2006, (mimeo).

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

VEYNE, Paul. "Foucault revoluciona a história". In: *Como se escreve a história*. 4. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EdUnB, 1998.

Anexos

Anexo 1: Contra-capa do livro do cônego Manoel da Costa Honorato (1869)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Anexo 2: Transcrição de notícia publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 29/07/1868

“O ASYLO DOS INVALIDOS DA PATRIA NA ILHA DE BOM JESUS _

Cumprio se enfim a palavra.

Está paga uma divida de honra para o soldado brasileiro!

O soldado nacional que se invalidou nos campos da guerra, defendendo a patria muitas vezes peito a peito com o inimigo, não será mais o mendigo a quem a caridade publica sustentava com o pão amargo dos infelizes.

O dia 29 de Julho de 1868, dia já notavel nos annaes da historia brasileira, marca, em paginas eternas no grande livro da humanidade, uma epoca e um facto illustres que a posteridade honrara cheia de reconhecimento, agradecendo a mão benefica que impellio o governo e o povo a tal empenho, tudo quanto se fez e se fara em prol dos miseros invalidos da patria, atirados a margem do caminho como um fardo inutil, ou machina de guerra que se arruinou?

Era já de sabido valor a fortuna doada ao Brazil neste dia memoravel – natalicio de uma princeza, augusta pelo sangeu e pelos dotes de sua alma, herdeira de uma dynastia grata ao coração de todos os homens justos, e querida pelo povo, isento de paixões e de interesses politicos, que perturbão as melhores razões e cegão os mais lucidos talentos.

Eloquente escolha foi a deste dia.

A mulher rainha que se vê destinada pelo céo a ser mãe e amiga de seu povo, e que tem na sua alma o cofre das felicidades publicas, que só podem provir da bondade refletida de um generoso coração, vê hoje, no dia do festivo de seus annos, pagar-se a mais sagrada de todas as dividas, aquella que a nação havia contrahido com seu soldado, no dia em que, pela voz do Imperador, o mandarão marchar em defesa do pendão auri-verde da liberdade, calcado aos pés ingratos de um vizinho inimigo.

Sublime evangelho da civilização, religião augusta do christianismo, quanto é nobre a gratidão de um povo integro, confraternisado com a desgraça de seus irmãos mutilados no campo de da luta, nas muralhas que vencião, qu(??)ão ao som do hymno nacional salvárão em actos de sublime heroismo a honra e a dignidade da nação.

Inavlidos da patria! _ Se ha no coração do homem uma (??)dor(??) estranha, profunda e íntima, _ reservada por Deos para os dias tremendos da desgraça, dôr que se deve sentir quando o ferro inimigo decepa um braço ou uma perna, que se vê rojado pelo chão, tornando-nos quase inutil para nós e para a patria, essa dor immensa está compensada no sagrado tributo da veneração do povo, na gratidão da pátria, no amor respeitável do Imperador, que, seguindo o patriotico exemplo dado à França e ao mundo por Henrique IV, souve, á custa de uma admiravel perseverança, de um zelo paternal, erigir um palacio para os defensores do paiz, que também é seu e patria de seus filhos.

Não temos, é verdade, para dar ao soldado brasileiro um edificio architectonico, primando pelo bello, maravilha de seu tempo e exemplos da arte a futuros constructores, como aquelle que Luiz XIV, por decreto de 12 de Março de 1670, fundou em Pariz para seus soldados; edificio planeado pelo architecto Libreal Bruant, seguido depois por Mansard, e que, embora não concluido, abriu em 1674 as suas portas aos soldados e officiaes feridos e inutilizados nas campanhas da França; temos, porém, um vasto edificio, ou edificios, singelo em suas divisões, simples em sua aparência, sem columnas nem arcadas, sem naves nem zimbórios, obras de bellas-artes, que com razão orgulhem as musas nacionaes, um asylo no qual se reservou para os invalidos, de preferencia á administração, os seus melhores e mais vastos compartimentos.

Em lugar saudável, poetico e de sorprendente effeito, panorama de lindas vistas, onde os olhos não se fartão de contemplar mil variegadas belezas do solo brasileiro, está assentado o *asylo dos invalidos da patria*, que só a uma vontade poderosa era licito preparar em tão breve tempo.

O antigo convento da ilha do Bom Jesus está completamente transformado. A igreja, restaurada, apresenta um lindo aspecto, já pela sua situação no alto da eminencia em que foi construida, já pela singeleza interna da sua decoração.

Aos lados do corpo da igreja, tanto no primeiro como no segundo pavimento, ha vastissimos dormitorios, destinados sómente a este fim, e não á persistencia diaria dos invalidos, como succede nas companhias ou dormitorios dos quartéis, que são o único abrigo do soldados. Existem ao fundo, convenientemente construidas, as latrinas quer de um quer de outro pavimento.

A cozinha, despensa e accomodações annexas estão de certo modo isoladas, mas com perfeito nexu com os dormitorios do grande edificio do refeitório, cuja

grandeza de 221 palmos de fundo e 45 de largo permite que se accommodem á mesa em um só pavimento todos os invalidos.

O segundo pavimento deste edificio, meio chalet, é destinado a sala de recreio e descanso dos invalidos, sendo o terceiro pavimento morada do commandante.

Esta grande peça do asylo, avarandada na frente, lembrará sempre pela sua decoração externa aos nobres soldados que alli têm de entrar muitas vezes os mais queridos nomes de seus chefes, soldados como elles e amigos seus, porque a gloria que os enobrece é também obra de seus feitos e valentia.

Sobre a porta da entrada, que fica ao centro do edificio, aberta em marmore, lê-se a seguinte inscripção: *D. Pedro II, Imperador do Brazil e perpetuo defensor, mandou erigir este asylo para os bravos que ficarão mutilados na defesa da patria.* 1868.

Que bella commemoração, que digno exemplo!

O Imperador, que symbolisa a patria, o perpetuo defensor de sua integridade, mandando erigir sob seus cuidados, o edificio destinado ao abrigo dos defensores dessa mesma patria, desses soldados que virão a seu lado centos de camaradas mortos pela fereza dos inimigos, e que com seus peitos construirão muralhas para salvar a vida dos vencedores, que lá vinhão após elles em nuvens de victoria.

À direita da inscripção, em outra pedra marmore, vê-se gravado em um braço o memoravel _ *29 de Julho de 1868* _ dia da inauguração; e á esquerda em posição aquella está uma pedra em branco, na qual se ha de gravar a data do dia em que, a nação, volvendo ao seio da paz, houver terminado esta guerra a que fomos provocados pelo governo do Paraguay.

No segundo pavimento, sobre as vergas das tres janellas da frente, ha tres escudos, tambem de marmore, com as seguintes inscrições: _ no do centro _ *Marquez de Caxias* _ no da direita - _ *General Polydoro*, e no da esquerda _ *Visconde do Herval*. Sobre as janellas do terceiro pavimento gravarão se em identicos escudos, no centro _ *Conde de Porto Alegre*, á direita _ *Barão do Triumpho*, e á esquerda _ *General Argolo*.

No ponto mais elevado de eminencia, em que está assentado o asylo, construiu se uma caixa d'água de recepção e distribuição, a qual, alimentada por um encanamento submarino, o primeiro talvez que se faz na America, derivado da caixa de S. Christóvão,

e submergido da Ponta do Cajú até a ilha, fornecerá agua suficiente a todas as necessidades do estabelecimento.

Ao desembarcar-se na ilha, está, a 180 palmos distante do futuro caes, um vasto edificio de dous pavimentos, levemente assobradado, tendo 260 palmos de frente e 80 palmos de fundos, donde partem duas alas que alinham pelos lados do edificio n'uma extensão de 60 palmos de comprimento e 45 de largo.

A direita desta grande habitação está designada, no pavimento inferior, para as irmãs de caridade, tendo em cima a enfermaria, bem ventilada, que é um grandissimo salão com capacidade para 60 leitos pelo menos. Ha annexos, salas de banho, latrinas, etc. Na ala direita está a cozinha das irmãs da caridade, suas dependencias, e bem assim a sua capella particular.

A esquerda é reservada para secretaria, arrecadação, casa de ordem, estado-maior, botica, tendo também em baixo uma cozinha e refeitório para os officiaes invalidos, cujos aposentos são no pavimento superior.

Á entrada, sobre o patamar da escada principal, está em uma pedra a seguinte legenda: _ *No reinado do Sr. D. Pedro II, sendo ministro da guerra o conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigio-se este edificio, 1868.*

Ao fundo desta casa e a conveniente distancia ha um gazometro, assentado pelo Sr. Dr. Dutton, e que dará luz para todos os edificios perfeitamente illuminados. Á direita do edificio anteriormente descripto, e em grandeza semelhante, está se construindo um outro que lhe formará semetria e será applicado ás officinas dos invalidos. Todos os edificios serão guardados por *para-raios*, que por falta de tempo não forão assentados, mas que estão promptos.

Ligeiramente discripta ao correr da penna, ahi fica exposta em pallida linguagem a grande obra que a gratidão nacional, pela energia do Imperador, levantou em homenagem ao valor e aos serviços do nosso exercito alli representados sob o honroso nome de invalidos da patria.

O que devem aquelles soldados ao Sr. D. Pedro II poucos talvez o avaliem. Só quem vio de perto a perseverança, a dedicação, o interesse quotidiano do Imperador pela promptificação destas obras, póde apreciar quanto esforço empregado e que nobre dedicação não tem pelo seu povo o egregio filho do fundador do Imperio.

Forão engenheiros architectos de todas estas obras o Sr. coronel Antonio Carneiro Leão, director das obras militares e os seus ajudantes, Dr. Carlos Frederico de Lima, Dr. João da Rocha Fragoso, Dr. Cornelio Carlos de Barros e Azevedo e Dr. Miguel A. J. Rangel de Vasconcellos, aos quaes com sobeja justiça cabem merecidos louvores pela nobre dedicação com que souberão corresponder á vontade do Imperador.

Está cumprida a palavra e inaugurado no dia 29 de Julho de 1868 o *asylo dos invalidos da patria*.

Gloria ao Imperador e ao exercito brasileiro”.

B. T.

Anexo 3: Instruções para o Asylo de Inválidos da Pátria

N. 4.

(Vide pag. 19)

INSTRUÇÕES PARA O ASYLO DE INVALIDOS.

Art. 1.º Fica estabelecido na cõrte, em logar designado pelo governo, um asylo de invalidos da patria.

Art. 2.º Serão admittidos ao asylo :

§ 1.º As praças do exercito, que se impossibilitarem para o serviço militar em consequencia de ferimentos recebidos em combate, velhice, desastres ou molestias adquiridas no mesmo serviço, e não poderão, por qualquer destes motivos, obter os meios de sua subsistencia.

§ 2.º As praças de pret do exercito reformadas, que não se acharem inteiramente impossibilitadas de promover os meios de sua subsistencia, e o requererem.

§ 3.º As actuaes praças do asylo de invalidos, tanto da cõrte como das provincias.

Art. 3.º Os invalidos recolhidos ao asylo contribuirão, para as despesas do estabelecimento, com as pensões que receberem do Thesouro Nacional, e aquelles que não perceberem pensões concorrerão com a metade do soldo da sua reforma.

Art. 4.º As praças, que, pela junta militar de saude, forem julgadas nas condições do § 1.º do art. 2.º, serão immediatamente remittidas pelo quartel-general ao asylo, acompanhadas de uma guia, em que se mencionem todas as circumstancias de sua vida militar.

§ 1.º As praças reformadas, que quizerem ser admittidas ao asylo, o deverão requerer ao ministerio da guerra, com informações de seos superiores, que abonem a sua conducta.

§ 2.º As praças invalidas que se acharem nas provincias fóra dos asylos, e quizerem ser recolhidas ao asylo militar de invalidos da patria, igualmente o deverão requerer ao ministerio da guerra por intermedio dos respectivos presidentes.

Art. 5.º Aos officiaes e praças de pret do asylo serão abonadas etapas, que serão recolhidas a uma caixa, pela qual se fará a despeza da alimentação dos mesmos officiaes e praças.

Art. 6.º O asylo de invalidos será organizado em companhias de 100 praças de pret cada uma.

§ 1.º As praças que excederem de 100, emquanto não completarem este numero, formarão uma secção de companhia addida á ultima companhia organizada.

§ 2.º Os officiaes invalidos serão distribuidos pelas companhias.

Art. 7.º Haverá no estabelecimento os seguintes empregados:

1.º Um commandante, official superior.

2.º Um fiscal, capitão ou official superior.

3.º Um ajudante, official subalterno.

4.º Um quartel-mestre, idem.

5.º Um secretario, capitão ou subalterno.

6.º Tantos commandantes de companhias quantas forem as companhias, podendo ser capitães ou subalternos.

7.º Dous cirurgiões do corpo de saude ou contractados e um pharmaceutico.

8.º Um capellão.

9.º Irmãos de caridade, enfermeiros e serventes em numero sufficiente.

Art. 8.º O asylo fica sujeito ao regimen e disciplina militar; seos funcionarios terão as mesmas obrigações e perceberão os mesmos vencimentos dos de iguaes categorias nos batalhões do exercito.

Art. 9.º O commandante é o fiscal permanente do asylo em tudo que concerne ao serviço, á ordem e disciplina do estabelecimento; é o primeiro responsavel pelo cumprimento de tudo quanto dispõem as presentes instrucções, e compete-lhe:

1.º Inspeccionar, sempre que julgar conveniente, e pelo menos uma vez por semana, os dormitórios, moveis, roupa, lavanderia, dispensa, cozinha e todas as dependencias do estabelecimento, dando logo as providencias para remediar as faltas que encontrar.

2.º Rubricar todos os papeis que houverem de sahir do asylo, ou tiverem de ficar archivados.

3.º Publicar ordens do dia para melhor regularidade do serviço.

4.º Manter a disciplina, o asseio e economia do estabelecimento.

5.º Fazer observar as praticas religiosas.

6.º Obrigar os invalidos a que trabalhem no horto, nas officinas, conforme suas aptidões e forças phisicas.

7.º Inspeccionar mensalmente a escripta da secretaria e conselho economico, examinando si está em dia, feita com asseio e regularidade.

Art. 10. O fiscal substituirá o commandante em suas faltas ou impedimentos temporarios,

É da competencia do fiscal:

1.º O serviço militar e a policia interna do estabelecimento.

2.º Coadjuvar o commandante na manutenção da disciplina, asseio e economia do estabelecimento.

3.º Organisar o mappa diario do estabelecimento de accôrdo com os mappas, igualmente diarios, que lhe forem fornecidos pelos commandantes das companhias.

4.º Ter sob sua fiscalisação o serviço geral do estabelecimento.

5.º O detalhe, direcção e fiscalisação do serviço do asylo, em conformidade com as regras estabelecidas nas presentes instrucções.

6.º A fiscalisação de toda a escripturação do estabelecimento.

Art. 11. O ajudante, além das obrigações que pelas ordens e regulamentos do exercito competem aos ajudantes dos corpos, tem a de fiscalisar todo o serviço das officinas e do horto.

Art. 12. Ao quartel-mestre, além das obrigações, que lhe são inherentes, cumpre:

1.º Promover a arrecadação dos dinheiros pertencentes ao asylo.

2.º Pagar todas as despesas.

3.º Tirar as provisões de reformas e titulos de pensões das praças do asylo, que ainda não tenham podido obter seos titulos, ou provisões.

4.º Confeccionar as contas e orçamentos da receita e despeza do asylo.

Art. 13. Ao secretario incumbe:

1.º Lavrar e assignar com o commandante as actas do conselho economico.

2.º Transcrever no livro respectivo todos os contractos que se celebrarem.

3.º Escribir os livros e papeis que lhe forem designados pelo commandante.

4.º Processar todas as contas de despeza do asylo, extrahir dellas cópias para serem archivadas na secretaria.

Art. 14. Os commandantes de companhias, além das attribuições que lhes são proprias, terão as que lhes forem designadas pelo commandante do asylo em relação ao serviço interno do estabelecimento,

§ unico. Os officiaes de companhias, além de coadjuvarem o respectivo commandante no serviço da companhia, poderão ser empregados no serviço interno e externo do estabelecimento conforme fór mais conveniente.

Art. 15. Os medicos observarão fielmente, no exercicio de sua profissão, tudo quanto dispõe o regulamento do corpo de saude do exer

cito, ao qual ficarão sujeitos, como si fossem militares, os medicos civis que, na falta dos do corpo de saúde, forem contractados.

§ 1.º O medico mais graduado, ou o mais antigo em igualdade de patente, será o director da enfermaria.

§ 2.º O pharmaceutico, militar ou não, será sempre considerado militar, e, como tal, sujeito ás leis militares.

§ 3.º O serviço dos enfermos fica sujeito á immediata fiscalisação das irmãs de caridade, que coadjuvarão, tanto quanto fór possível, o mesmo serviço.

Art. 16. Ao capellão do estabelecimento, além da conservação e boa guarda dos objectos necessarios ao culto divino, incumbe:

1.º Celebrar missa em todos os domingos e dias santificados, no fim da qual fará uma pratica sobre a doutrina do evangelho do dia.

2.º Ouvir de confissão e administrar a communhão aos individuos do estabelecimento, prestando-lhes todos os auxilios do seo sagrado ministerio.

3.º Ensinar a ler e escrever aos invalidos e seos filhos, para o que terá um ajudante, que poderá ser um dos empregados do estabelecimento.

Art. 17. As irmãs de caridade, que haverá em numero sufficiente para o tratamento dos doentes, serão igualmente incumbidas da fiscalisação, tanto do asseio e ordem de todo o estabelecimento, como do serviço da cozinha, dispensa, lavanderia e rouparia; sendo tambem as zeladoras da capella.

Art. 18. Para o serviço de fachina do estabelecimento terão as irmãs de caridade serventes á sua disposição; a superiora, de accôrdo com o commandante do asylo, detalhará diariamente o mesmo serviço.

Art. 19. Os officiaes e praças invalidas poderão exercer no estabelecimento os empregos que forem compativeis com suas forças phisicas, contanto que tenham para isso as necessarias habilitações.

Art. 20. Os inferiores e cornetas poderão ser praças veteranas dos corpos do exercito, escolhidos pelo seo bom comportamento, quer civil, quer militar.

Art. 21. No estabelecimento haverá, além do refeitório, e alojamentos necessarios, o seguinte:

1.º Um horto.

2.º Officinas.

3.º Uma lavanderia.

4.º Uma rouparia.

5.º Uma enfermaria.

6.º Uma capella.

Art. 22. A rouparia será dividida em duas secções distinctas, sendo uma pertencente á roupa do asylo, e a outra á da enfermaria do mesmo asylo.

§ unico. Toda a roupa do asylo será marcada: a que pertencer á enfermaria terá, além da marca geral, um signal particular.

Art. 23. Todos os objectos, de que os invalidos não fizerem uso frequente, serão depositados na rouparia; tendo cada objecto a indicação do invalido a quem pertence.

Art. 24. Os invalidos, em horas apropriadas, trabalharão no horto, ou nas officinas, conforme fór mais conveniente.

Art. 25. A enfermaria, além da pharmacia, rouparia e todos os utensilios precisos, terá uma ou mais salas com a capacidade necessaria para accommodar de 40 a 60 leitos, e será inteiramente separada dos alojamentos das companhias; os affectados de molestias contagiosas serão logo removidos para outras enfermarias ou hospitaes.

§ unico. O serviço da enfermaria será feito, tanto quanto fór pos-

sivel, conforme o regulamento mandado executar pela ordem do dia da secretaria da guerra n. 258 de 16 de Maio de 1861.

Art. 26. Os invalidos casados residirão em quartos separados; suas mulheres e filhos serão alimentados á custa do estabelecimento; d'entre aquellas, pelos seus bons costumes e comportamento serão escolhidas as que forem necessarias para coadjuvarem o serviço das irmãs de caridade.

Art. 27. Haverá em arrecadação no asylo o armamento e equipamento precisos para a guarda do estabelecimento, que será feita pelas praças do asylo, que poderem prestar serviço moderado.

Art. 28. Os invalidos terão um uniforme simples, composto de blusa de panno para o inverno, blusa de brim para o verão, e bonet redondo. Tanto a blusa como o bonet não terão vistas nem vivos.

§ unico. A cada um dos invalidos serão distribuidas as peças de fardamento, nas epocas e em numero designados na tabella annexa ás presentes instrucções.

Art. 29. Os productos do horto serão em proveito do estabelecimento; dous terços dos das officinas serão para o individuo que exercer o respectivo officio, e a terça parte em favor do estabelecimento.

Art. 30. A renda do estabelecimento constará:

1.º Das contribuições das praças do asylo.

2.º Dos donativos particulares.

3.º Das etapas dos officiaes e praças de pret do asylo.

4.º Do terço das quantias provenientes da venda de objectos fabricados pelos invalidos no estabelecimento.

5.º Da quantia proveniente da venda dos productos do horto.

Art. 31. A um conselho economico, na fórma das disposições do decreto e regulamento n. 1649 de 6 de Outubro de 1855, será incumbida a gerencia e fiscalisação da receita e despeza do estabelecimento.

Art. 32. A despeza do rancho, e de tudo quanto lhe diz respeito, será feita com a importancia das etapas, e todas as mais o serão á custa do ministerio da guerra.

Art. 33. Os generos, comprados e recebidos pelo agente do estabelecimento, serão entregues á superiora das irmãs de caridade por meio de peso e medida; e, no acto da recepção, uma irmã, designada pela superiora, examinará com o medico do estabelecimento a qualidade dos generos, rejeitando-se os que não forem de primeira qualidade.

Art. 34. Mensalmente serão recolhidas ao Thesouro nacional as quantias provenientes das sobras do rancho e da receita do estabelecimento.

Art. 35. A's praças invalidas serão applicados correccionalmente, pelas faltas que commetterem, castigos moderados, e prisão solitaria sem redução de alimentação, ou com esta, conforme a gravidade do delicto; para o que haverá no estabelecimento uma prisão apropriada,

§ 1.º Não será applicado, em caso algum, o castigo de pancadas aos invalidos.

§ 2.º Serão, por ordem do ministerio da guerra, expulsos do asylo os invalidos que se mostrarem incorrigiveis, ouvindo-se sempre um conselho de disciplina, de nomeação do ajudante general do exercito.

Art. 36. O commandante do asylo proporá annualmente ao ministerio da guerra, motivando a proposta, as praças do mesmo asylo que, por seu exemplar comportamento, devão ter qualquer premio, recompensa ou distincção. O numero dos propostos não poderá exceder a seis.

Art. 37. As praças do asylo, que preferirem residir nas provincias

às vantagens do estabelecimento, deverão para isso requerer ao governo pelos tramites legais.

Art. 38. O commandante do asylo organizará um regulamento para o serviço interno do estabelecimento e regimen das officinas, submittendo-o á approvação do governo; e semestralmente apresentará ao ministerio da guerra um relatorio dos trabalhos executados durante o semestre.

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1867.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Tabella a que se refere o § unico do art. 28 das instrucções desta data.

Capote.....	1 para 4 annos
Blusa de panno.....	1 para 1 anno
Blusa de brim.....	3 por anno
Bonet.....	1 " "
Calças brancas.....	3 " "
Ditas de brim escuro.....	3 " "
Ditas de panno azul.....	1 " "
Camisas brancas.....	4 " "
Ditas de meia.....	3 " "
Sapatos.....	3 pares por anno
Cobertas de lã.....	1 por anno
Gravata de couro.....	1 " "

Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1867.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

N. 5.

(Vide pag. 19.)

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ASYLO DOS INVALIDOS DA PATRIA.

Dom Pedro, por Graça de Deos, e Unanime aclamação dos Povos, Imperador constitucional e Defensor Perpetuo de Brazil: Faço saber aos que esta Minha Carta virem que, attendendo ao que representou a Directoria da Sociedade « Asylo dos Invalidos da Patria », que se pretende estabelecer nesta côrte, e de conformidade com o decreto n. 3904 de 3 do corrente mez: Hei por bem conceder á referida sociedade autorisação para exercer suas funcções, e approvar os respectivos estatutos com a obrigação de não ter execução qualquer alteraço que nelles se faça sem previa approvaço do governo Imperial. Pelo que Mandêi passar a presente, por Mim assignada, a qual será sellada com o sello das Armas Imperiaes. Pagou 378000 de emolumentos, e 108000 de direitos, como consta dos competentes documentos em fórma.

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1867, 46.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

Carta, pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem conceder á Sociedade « Asylo dos Invalidos da Patria » autorisação para exercer

Anexo 4: Decreto n° 3904 de 3/07/1867 aprovando os Estatutos da Sociedade Asylo dos Inválidos da Pátria

— 87 —

suas funções, e Approvar os respectivos Estatutos, como acima se declara.

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Sellada na Chancellaria do Imperio, em 31 de Julho de 1867.—
José da Cunha Barbosa, Registrado.

Registrada a fls. 17 v. do Livro de Cartas Imperiaes, 5.ª Secção.
Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 6 de Agosto de 1867.—*Guilherme Rodrigues de Moura*, a fez.

DECRETO N. 3904 DE 3 DE JULHO DE 1867

Approva os Estatutos da Sociedade Asylo dos Invalidos da Patria.

Attendendo ao que representou a directoria da sociedade Asylo dos Invalidos da Patria, que se pretende estabelecer nesta côrte, e de conformidade com a minha immediata resolução de 5 do mez passado, tomada sobre parecer da secção dos negocios do Imperio do conselho de estado, exarado em consulta de 10 de Maio: Hei por bem conceder á referida sociedade autorisação para exercer suas funções, e approvar seos estatutos com a obrigação de não ter execução qualquer alteração que nelles se faça, sem prévia approvação do governo Imperial.

José Joaquim Fernandes Torres, senador do Imperio, do meo conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Julho de 1867, 46º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.—*José Joaquim Fernandes Torres.*

Estatutos da Sociedade Asylo dos Invalidos da Patria.

CAPITULO UNICO.

Da Sociedade, seos fins e administração.

SECÇÃO I.

Da Sociedade e seos fins.

Art. 1.º A sociedade denominada—Asylo dos Invalidos da Patria—cuja séde principal é na capital do Imperio, tem por fim concorrer ou auxiliar o governo imperial na fundação e custeio de um asylo no qual serão recolhidos e tratados os servidores do paiz que por sua velhice ou mutilação na guerra, não poderem mais prestar serviço; e dada sufficiencia de meios, poderá ella outrosim proteger a educação dos orphaos filhos de militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas; e assim mais prestar soccorros que couberem em suas forças as maes, viuvras e filhas dos militares ou mortos, ou impossibilitados do serviço em combate.

Art. 2.º A sociedade durará por todo o tempo que existir o Asylo dos Invalidos da Patria, e, dada cessação deste, a assembléa geral dos socios deliberará o que entender a tal respeito, de conformidade com a disposição do art. 15

Art. 3.º Podem pertencer á sociedade nacionaes e estrangeiros, residentes ou não no Império, que della quizerem fazer parte uma

vez que contribuição com uma joia não inferior a 50\$000, e uma annuidade de 12\$000 paga semestralmente; sendo, porém, dispensado ou julgado remido desta o que concorrer com joia não menor de 100\$000.

São considerados socios installadores todos os que subscreverão até o presente qualquer donativo á sociedade, comprehendidas as offertas de serviços gratuitos.

Art. 4.º Será considerado socio benemerito o que concorrer para a sociedade com davida superior a 1:000\$000, prestar-lhe serviços gratuitos fazendo parte de sua administração por mais de dous annos consecutivos, ou agenciando donativos não inferiores em somma a 2:000\$000.

A qualificação de — benemeritos — será proposta e resolvida em conselho e communicada pelo secretario deste ao assim qualificado.

O socio qualificado de benemerito tem dous votos na assembléa geral em todos os objectos sujeitos á deliberação desta.

SECÇÃO II.

Da administração da sociedade.

Art. 5.º Pertencendo ao governo imperial a administração e regimen do asylo dos invalidos da patria, por parte da sociedade considerada como elemento auxiliador do governo imperial, para o fim caridoso de sua instituição, será ella representada e dirigida por um conselho director composto:

1.º de um presidente e em seos impedimentos ou falta de um vice-presidente.

2.º de seis conselheiros.

O presidente e vice-presidente serão nomeados pelo Imperador, e os seis conselheiros eleitos de tres em tres annos pela assembléa geral dos socios a maioria de votos dos socios presentes e em um só escrutinio: e dado empate no numero de votos decidirá a sorte.

Dando-se vaga em algum membro do conselho, este lhe nomeará successor, cujo exercicio durará até a primeira eleição do conselho.

Art. 6.º Compete ao conselho:

1.º Arrecadar as joias, annuidades, juros, rendimentos e quaesquer donativos feitos á sociedade, comprehendido o recebido e o que resta a receber constante do relatorio da commissão da praça do commercio, e outras quaesquer quantias em poder de diversos, doadas ou applicadas ao fim da sociedade.

2.º Empregar todo o dinheiro que receber de conta e por conta da sociedade em apolices da divida publica interna fundada de juro de 6 % para o asylo de invalidos da patria, podendo, emquanto o dinheiro recebido não for sufficiente para a compra de uma apolice, ou fór de provavel vantagem alguma demora na aquisição de taes titulos, depositar as quantias existentes com vencimento de juro no thesouro nacional ou em banco conceituado.

3.º Deliberar sobre a entrega ao director, presidente, delegado do governo imperial, de quaesquer juros e rendimentos do fundo ou patrimonio social para que tenham a devida applicação.

4.º Aceitar, si julgar conveniente, doações, legados e heranças feitas á sociedade.

5.º Examinar annualmente as contas da administração na parte de sua competencia, e outras com que tenham connexão, si lhe fôrem franqueadas, dando de tudo conta á assembléa geral dos socios em desenvolvido relatorio.

6.º Dar seu parecer sobre qualquer objecto que tenha relação com os interesses e fins da sociedade, quando fôr para isso consultado pelo governo imperial ou seu delegado.

7.º Prestar-se e cada um de seus membros, a qualquer incumbencia que tenha por objecto o melhoramento, fiscalisação e ordem de tudo que fôr de conveniencia aos interesses e fins da sociedade.

8.º Nomear e demittir todos os empregados que lhe fôrem peculiares.

9.º Organisar e pôr em execução o regimento interno para ordem de seus trabalhos e expediente.

10.º Promover por todos os meios a seu alcance a obtenção de donativos em favor dos fins da sociedade, deliberando e procedendo a respeito o que entender conveniente, dirigindo mesmo aos poderes do Estado as petições que julgar necessarias.

11.º Designar o dia da reunião ordinaria annual da assembléa geral dos socios e sua convocação extraordinaria quando a julgar precisa.

12.º Approvar quaesquer relatorios e exposições que o presidente, como orgão do conselho, tiver de apresentar á assembléa geral dos socios.

13.º Propôr á assembléa geral as modificações ou alterações que entender necessarias ou convenientes nos estatutos.

Art. 7.º O conselho designará d'entre os seus membros um para servir de secretario e outro de thesoureiro, cujas attribuições serão fixadas no regimento interno.

Art. 8.º O presidente do conselho director preside-o e á assembléa geral dos socios, é orgão de um e de outra, e dirige seus trabalhos; suas outras attribuições serão designadas no regimento interno.

Art. 9.º A assembléa geral dos socios se reunirá ordinariamente todos os annos no mez de Agosto para lhe ser apresentado o relatório do conselho director, e se considerará constituída desde que estiverem presentes 50 socios pelo menos, salvas as excepções expressas nestes estatutos que exigirem a presença de maior numero: não são admittidas nella procurações.

O presidente do conselho director, que o é também da assembléa geral dos socios, na direcção dos trabalhos desta será auxiliado por dous secretarios que designará d'entre os socios presentes.

Art. 10. A convocação ordinaria ou extraordinaria da assembléa geral será feita por edital publicado nos jornaes duas vezes consecutivas pelo menos, e cinco dias antes do fixado para sua reunião.

Art. 11. O relatório do conselho director será publicado tres dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa geral, podendo esta approvar as contas annuaes sem intervenção prévia de uma commissão fiscal, si a julgar dispensavel; em caso contrario, havendo reclamação, será essa commissão composta de tres socios e eleita em seguimento pela assembléa geral.

Art. 12. Compete á assembléa geral:

1.º Alterar ou reformar os estatutos, sendo, porém, para isso necessaria a presença de 100 socios pelo menos; e ainda assim nada se poderá votar a tal respeito na mesma sessão em que fôr apresentada qualquer proposição.

2.º Eleger o conselho director de tres em tres annos.

3.º Julgar as contas annuaes.

4.º Approvar opportunamente, com ou sem modificação, o regimento interno organizado pelo conselho director.

Art. 13. Quaesquer bens de raiz, moveis ou semoventes que a sociedade adquira serão vendidos e liquidados, o seu producto empregado conforme a disposição do § 2.º do art. 6.º

Art. 14. O mandato do conselho director é amplo e illimitado em

Anexo 5: Artº 15 dos Estatutos da Sociedade Asylo dos Inválidos da Pátria

— 90 —

relação á livre e geral administração de tudo que disser respeito aos direitos e interesses da sociedade, pelo que o mesmo conselho póde demandar e ser demandado, sem nenhuma reserva de poderes, visto como, lhe são concedidos todos, comprehendidos mesmo os em causa propria.

Art. 15. As apolices compradas pela sociedade ou que constituirem seu fundo ou patrimonio, e cujo rendimento é applicavel ao Asylo dos Invalidos da Patria serão inalienaveis emquanto este existir e prestar os soccorros para que é instituido; pelo que, com sua cessação, volverão ao dominio social para terem o destino ou applicação em favor de algum ou alguns dos estabelecimentos pios existentes, ou fundação de algum novo de que haja necessidade, conforme resolver a sociedade sobre proposta do conselho director: para esta deliberação, porém, deverão estar presentes pelo menos 200 socios.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1867.—*José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho*, director.—*José Carlos Mayrink*.—*Thomaz Alves Junior*.—*Bernardo Casimiro de Freitas*.—*Visconde de S. Mamede*.—*José Pereira Soares*.

N. 6.

(Vid. pag. 27)

SERMÃO PREGADO PELO REVM. SR. CONEJO JOAQUIM JOSÉ DA FONSECA LIMA NO SOLEMNE « TE-DEUM » CELEBRADO NA INAUGURAÇÃO DO ASYLO DOS INVALIDOS.

Scientia inflat, charitas autem edificat.
A sciencia ensoberbece, porém a caridade edifica

(S. Paulo 1ª aos Corinth. cap. 8, v. 2.)

Senhor. (*)

Mais uma vez se realisa esta verdade catholica que acabo de enunciar. A' impulsos da caridade inaugura-se hoje este edificio destinado á figurar entre as maiores glorias do vosso reinado. E quanto é bello vêr essa virtude christã apontando para a aureola luminosa que lá na eternidade é a mais digna recompensa dos verdadeiros heróes, e ao mesmo tempo inspirando cá na terra doces lenitivos e justas compensações aos rigores do dever!

Este dia (**), Senhor, já tão assignalado para o vosso coração paternal e para todos os brasileiros que vêm no throno e na dynastia imperial a mais segura garantia da ordem e das liberdades publicas assim como da prosperidade do Imperio, assume na presente solemnidade novos direitos ao jubilo nacional.

Até eu, Senhor, o mais humilde ministro da palavra evangelica, sinto atear-se-me no já cansado peito a flamma ardente do geral entusiasmo, com que todos desde Vós ao ultimo cidadão applaudem este preito de honra tributado aos martyres da patria.

Mas, senhores, tão alto é o objecto deste regozijo da nação, tão rico de profundas e gratas emoções, que de certo delle me não encarregaria si uma vontade suprema m'o não tivesse imposto.

(*) S. M. o Imperador.

(**) 29 de Julho, anniversario natalicio de S. A. a Serenissima Princesa D. Isabel.

Anexo 6: Tabela digitada a partir da original manuscrita (Figura IV)

Imperial Collegio Militar													
Programma de distribuição semanal de tempo durante o ano lectivo de 1889 para os alumnos do 1º anno													
Dias		6/2 às 8		9/2 às 10/2		11 às 12		12/2 às 2		4/2 às 6			
Segunda-feira	5/2	Estudo	9 às 9/2	Arithmética		Franc ez		Esgrima	2	Hygiene militar	6		
Terça-feira	às 6/2	Gymnástica e nataçã o	Forma tura	Geogra phia	10 /2 às 11	Portu guez	12 às 12 /2	Musica	às 4/2	Noções práticas de disciplina, economia e administração militar	6/2	8	
Quarta-feira	Ass e i o	Estudo	Alm o ç o	Arithmética	Forma tura	Franc ez	Forma tura	Escrip tu ração	Re c r e i o	Direitos e deveres do soldado e do cidadão	8	8/2	
Quinta-feira	e	Gymnástica e nataçã o	Des c a n s o	Geogra phia	Forma tura	Portu guez		Esgrima	/ Ja n t a r	Instruções de Infantaria	E	D	
Sexta-feira	C a f e	Estudo		Arithmética		Franc ez		Musica		Educação moral e religiosa	Estu d o	Estu d o	
Sába do		Equita ção		Geogra phia		Portu guez		Desenh o		Instruções de Infantaria			
Domi ngo		Missa		Passeio							Recreio		
Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1889.													
Antônio Vieira Arêas Junior													

Anexo 7: Ata da inauguração do Imperial Collegio Militar

Ata da sessão de inauguração das aulas do Imperial Collegio Militar

Aos seis dias do mez de Março de mil oitocentos e
setenta e nove, na Corte do Imperio, achando se reu-
nidos, no salão de honra do edificio da rua de São
Francisco Xavier n. 21, os Ex.^{mos} Sr. Conselheiros Barão Ho-
monem de Mello, Monsenhor Luis Raymundo da Silva Bri-
te, e Sr. Coronel Doutor Antonio Vicente Ribeiro Guimarães
e mais pessoas abaixo assignadas, e mesmo Sr. Coronel
Doutor Guimarães declarou ás pessoas presentes que achava
se autorizado pelo Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Thomaz José Cor-
deiro de Almeida, Ministro e Secretaris de Estado dos Ne-
gocios da Guerra, a inaugurar os trabalhos do Imperial Col-
legio Militar. Depois de lidos pelo secretario o Decreto nume-
ro 10202 de 9 de Março ultimo, que criou este collegio, e a
relação de respectivo pessoal docente e administrativo, foi
dada a palavra ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Barão Homem de
Mello, orador official, que leu o discurso de inauguração
concluido este discurso, o Sr. Coronel Doutor Guimarães de-
clarou inaugurados os trabalhos e abertas as aulas do
Imperial Collegio Militar. E para constar, lavrou-se a
presente acta.

Antonio Vicente Ribeiro Guimarães
Coronel Comandante

Barão Homem de Mello

Mons.^{sr} Luis Raymundo da Silva Brito

Manuel Rodrigues de Campos

Capitão e ajudante

Agostinho de Almeida Barros

Tenente e ajudante

Anexo 8: Artigos iniciais do primeiro Regulamento do Colégio Militar (1889)

— 280 —

Regulamento a que se refere o Decreto n.º 10202 de 9 de Março de 1889

CAPITULO I

DA ORGANISAÇÃO E FINS DO COLLEGIO

Art. 1.º Fica creado n'esta Côrte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do exercito e da armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociais.

Art. 2.º Os alumnos constituirão um corpo, ao qual será applicado o regimen disciplinar, economico e administrativo dos corpos do exercito, salvo o que não fôr praticavel, em razão da idade dos mesmo alumnos e da indole especial d'este instituto.

Art. 3.º Será internato, mas poderá admittir alumnos externos, comtanto que estes só se retirem do collegio depois de findos os trabalhos theoreticos e praticos do dia, na forma do regimen interno.

Tendo por fim iniciar os alumnos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrucção, de modo que, ao terminarem os alumnos o curso, estejam aptos a proseguir estudos superiores das escolas militares do imperio.

Art. 4.º Os alumnos assentarão praça no acto da matricula, mas o tempo que se demorarem, frequentando o curso, não lhes será computado para effeito algum, salvo o disposto no artigo 73.

Art. 5.º Os alumnos gratuitos, que completarem o curso, ficarão obrigados á prestação de serviço militar, de accordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade ou de indemnizarem o collegio das despesas que houverem feito.

CAPITULO II

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 6.º Os pais ou tutores dos matriculandos deverão apresentar ao Ministerio da Guerra requerimento acompanhado de todos os documentos justificativos das condições

Anexo 9: Mapa demonstrativo do movimento escolar de 15 de fevereiro de 1899 a 31 de janeiro de 1900.

Collegio Militar

Mapa demonstrativo do movimento escolar de 15 de Fevereiro de 1899 a 31 de Janeiro de 1900

Movimento permanente	Exames em Maio de 1899					Exames em Dezembro de 1899					Maturadas			Desligamentos					Observações	
	Alunos aprovados	Alunos reprovados	Alunos suspensos	Alunos faltantes	Alunos em exame	Alunos aprovados	Alunos reprovados	Alunos suspensos	Alunos faltantes	Alunos em exame	Alunos em exame em 15 de Fevereiro de 1899	Alunos em exame em 15 de Janeiro de 1900	Somma	de matriculas	de desligamentos	de faltas	Somma	Alunos existentes		
Alunos graduados	108	53	27	26	50%	153	103	248	242	68%	303	60	363	38	38	8	69	315	de numero dos	
Alunos matriculados	108	53	27	26	50%	153	103	248	242	68%	420	113	533	7	14	4	21	46	123	alunos de
Alunos matriculados	108	53	27	26	50%	153	103	248	242	68%	420	113	533	7	14	4	21	46	123	que se acham a
Cursos de 1º e 2º annos	Latim	10	3	2	2	18	7	20	20	incluidos 22 com o aproveitamento das matriculas de Junho										de numero dos alunos de cada curso. Foram desligados os que se acham a duas ultimas.
	Francês	12	3	2	7	11	6	27	21	8 com o das de 2º, 5 com o das de 3º, 8 com o das de 4º, e 5 por haverem concluido o curso.										
	Arithmetica	12	3	2	5	11	11	22	22	curso primario de 2º anno, sendo 26 de 2º serie dos de uma das duas ultimas.										
	Geographia	12	3	2	6	12	12	24	24											
	Portuguez linear	10	3	2	2	10	10	20	20											
	Latim	1	1			2	2	4	4											
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											
	Geographia					2	2	4	4											
	Portuguez linear					2	2	4	4											
	Latim					2	2	4	4											
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											
	Geographia					2	2	4	4											
	Cursos de 3º e 4º annos	Latim					2	2	4	4										
Francês						2	2	4	4											
Arithmetica						2	2	4	4											
Geographia						2	2	4	4											
Portuguez linear						2	2	4	4											
Latim						2	2	4	4											
Francês						2	2	4	4											
Arithmetica						2	2	4	4											
Geographia						2	2	4	4											
Portuguez linear						2	2	4	4											
Latim						2	2	4	4											
Francês						2	2	4	4											
Arithmetica						2	2	4	4											
Geographia						2	2	4	4											
Cursos de 5º e 6º annos		Latim					2	2	4	4										
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											
	Geographia					2	2	4	4											
	Portuguez linear					2	2	4	4											
	Latim					2	2	4	4											
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											
	Geographia					2	2	4	4											
	Portuguez linear					2	2	4	4											
	Latim					2	2	4	4											
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											
	Geographia					2	2	4	4											
	Portuguez linear					2	2	4	4											
Cursos de 7º e 8º annos	Latim					2	2	4	4											
	Francês					2	2	4	4											
	Arithmetica					2	2	4	4											

Collegio Militar, em 31 de Janeiro de 1900

José Augusto de Vasconcelos

Fonte: Arquivo Histórico do Exército